



# FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS



ANO 29  
2023

# Compara Brasil

O **Compara Brasil** é um portal que organiza e gerencia os dados sobre as finanças públicas dos estados e municípios, disponibilizando uma ampla variedade de consultas e pesquisas aos dados fiscais de forma simples e rápida.

Com o **Compara Brasil**, o usuário pode conhecer a situação fiscal de cada município ou Estado e realizar comparações entre eles, através de planilhas, gráficos e rankings, sempre baseados em fontes oficiais.

Desenvolvido pela **Aequus Consultoria Econômica e Sistemas**, o portal oferece uma grande parte do acesso de forma gratuita. Para os assinantes, são oferecidos serviços exclusivos e dados mais atualizados.



Desenvolvido  
por



**Experimente  
e assine:**



**[www.comparabrasil.com.br](http://www.comparabrasil.com.br)**

 **compara.brasil**



**BRUNO MARIANELLI**  
PREFEITO DE LINHARES

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a 29ª edição do anuário **Finanças dos Municípios Capixabas**. Esta longa publicação tem, a cada ano, nos fornecido uma visão abrangente e detalhada da situação financeira dos municípios do Estado do Espírito Santo, divulgando dados e análises fundamentais para o fortalecimento da gestão fiscal das nossas cidades.

O anuário nos mostra que a despesa total dos municípios capixabas foi de R\$ 18 bilhões, em 2022. Comparando-se com a do Governo do Estado, que foi de R\$ 22,8 bilhões no mesmo ano, vemos que são valores bastante próximos. Mais da metade do gasto municipal no Espírito Santo foi direcionada à educação, saúde e assistência social. Os investimentos municipais em obras e compras de equipamentos alcançaram R\$ 2 bilhões e corresponderam a quase 12% do total de suas despesas. E ainda registram indicadores de saúde financeira que perduram há vários anos, incluindo um número cada vez maior de prefeituras com suficiência de caixa e bom enquadramento nas regras fiscais, todos expostos neste anuário.

Claro que o desempenho favorável das receitas contribui para este cenário. Destacam-se o crescimento da arrecadação direta dos governos locais, com o IPTU, o ITBI, as taxas e, principalmente, o ISS, nosso principal tributo, além, é claro, do recebimento das transferências do Estado e da União, ainda que o ICMS estadual tenha sido reduzido em virtude de ingerências do Governo Federal, em 2022.

Enfim, as informações contidas em **Finanças dos Municípios Capixabas** nos fazem perceber o quão importante tem sido a atuação da esfera municipal no Estado do Espírito Santo, particularmente para a população que aqui reside, que vive nas cidades e que se utiliza diariamente dos serviços municipais.

# NOTAS METODOLÓGICAS / 03

## PANORAMA

<b>04</b>	Receitas .....	<b>04</b>
	Despesas .....	<b>07</b>
	Suficiência financeira .....	<b>09</b>

## RECEITA

<b>18</b>	ISS .....	<b>18</b>
	IPTU .....	<b>24</b>
	ITBI .....	<b>30</b>
	QPM-ICMS .....	<b>36</b>
	FPM .....	<b>44</b>
	Royalties .....	<b>54</b>

## DESPESA

<b>62</b>	Pessoal .....	<b>62</b>
	Custeio .....	<b>68</b>
	Investimentos .....	<b>72</b>

## DESPESA POR FUNÇÃO

<b>78</b>	Saúde .....	<b>78</b>
	Educação .....	<b>86</b>
	Assistência Social .....	<b>94</b>
	Câmaras municipais .....	<b>100</b>

## EXPEDIENTE



Rua: Dr. Eurico de Aguiar, nº  
888, sl. 505 e 506  
CEP: 29.056-200, Vitória-ES  
Tels.: (27) 3235-7841 / 3235-7546

### EQUIPE TÉCNICA:

- **Alberto Jorge Mendes Borges**
- **Tânia Mara Cursino Villela**
- **Victor Batista Trindade**
- **Arthur Mendonça Emery Cade**

### ADMINISTRATIVO:

**Marta Luiza Cursino Villela**

### ASSESSORIA DE IMPRENSA:

**C2 Comunicação**

### REVISÃO:

**Andréia Pegoretti**

### PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

**Link Editoração**

### CAPA:

**Cristina Xavier**

### FOTOS:

**Yevhenii Chulovskyi/Shutterstock.com**  
**allamimages/Shutterstock.com**

VISITE O NOSSO SITE  
E VEJA TODAS AS EDIÇÕES:  
**[www.aequus.com.br](http://www.aequus.com.br)**

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda  
Proibida a reprodução total ou parcial desta  
publicação sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios  
Capixabas /  
Organização de Alberto J. M  
Borges e Tânia M. C. Villela,  
v29 (2023). Vitória, ES:  
Aequus Consultoria,  
julho/2023

CDU:336.1  
ISSN 2317-5273

### Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados no anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação real entre diversos períodos. Foi utilizada a média aritmética dos números índices de janeiro a dezembro de cada ano para a formação dos índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2022.

### IPCA médio de 2022, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos

2017	2018	2019	2020	2021	2022
1,3136	1,2671	1,2215	1,1835	1,0928	1,000

### Fonte de dados

As informações contábeis publicadas em Finanças dos Municípios Capixabas foram extraídas dos balanços municipais consolidados, obtidos das prestações de contas anuais de governo discriminadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Todos os municípios apresentaram os demonstrativos contábeis em suas prestações de contas até 28 de junho de 2023, data final da coleta dos dados de 2022 no sítio da STN. Apenas Lúna, Santa Maria de Jetibá e São Domingos do Norte não haviam publicado seus Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) até o fechamento do anuário.

Para tornar a série histórica compatível e corrigir a falta de dados dos municípios ao longo dos anos, optou-se pela utilização de estimativas que foram somadas somente nos valores totais. A metodologia das estimativas supõe que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média dos municípios que pertençam à mesma faixa populacional e que expuseram os dados.

Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope) e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

### Deduções do Fundeb

Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-Parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

### Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de trazer dados mais próximos da realidade, Finanças dos Municípios Capixabas desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, fez-se necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos de todas as categorias econômicas.

Ressalta-se ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nos documentos aos quais a publicação teve acesso. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados.

### ISS, IPTU e ITBI

A partir do exercício de 2018, entrou em vigor uma nova forma de codificação das receitas para estados e municípios. O modelo – estabelecido pela Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal de nº 5, de 25 de agosto de 2015 – foi adotado com objetivo de unificar a estrutura lógica de codificação entre todos os entes federados.

Com esse novo plano de contas, os resultados da arrecadação tributária própria de 2018 a 2022 incluem as quantias referentes à dívida ativa, juros e multas de cada tributo.

### Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por Finanças dos Municípios Capixabas engloba toda a despesa corrente empenhada com pessoal e encargos sociais.

### Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital empenhada, excluídas as amortizações da dívida. Portanto, as inversões financeiras estão incluídas.

### Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por Finanças dos Municípios Capixabas abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos os juros e encargos da dívida e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

### Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- O ou 0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. não se aplica dado numérico; e
- ... dado numérico não disponível.

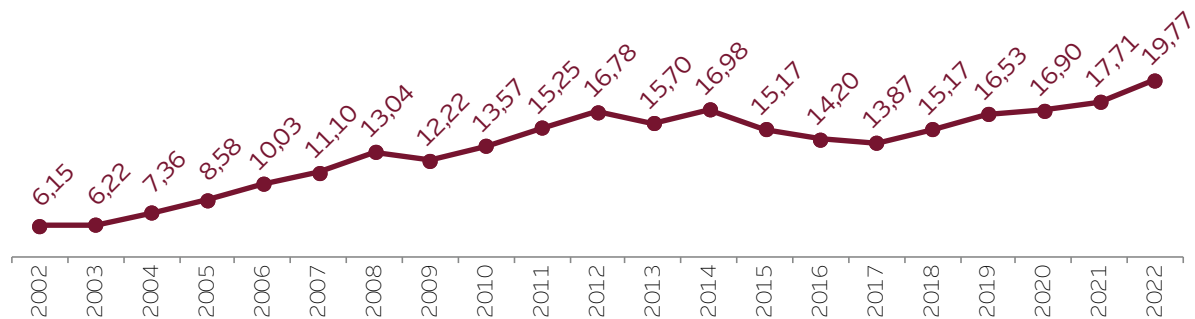
# I - RECEITAS

Se 2021 foi um bom ano fiscal para os municípios capixabas, 2022 mostrou-se ainda melhor. A receita total municipal chegou a R\$ 19,77 bilhões, valor 11,6% maior do que o

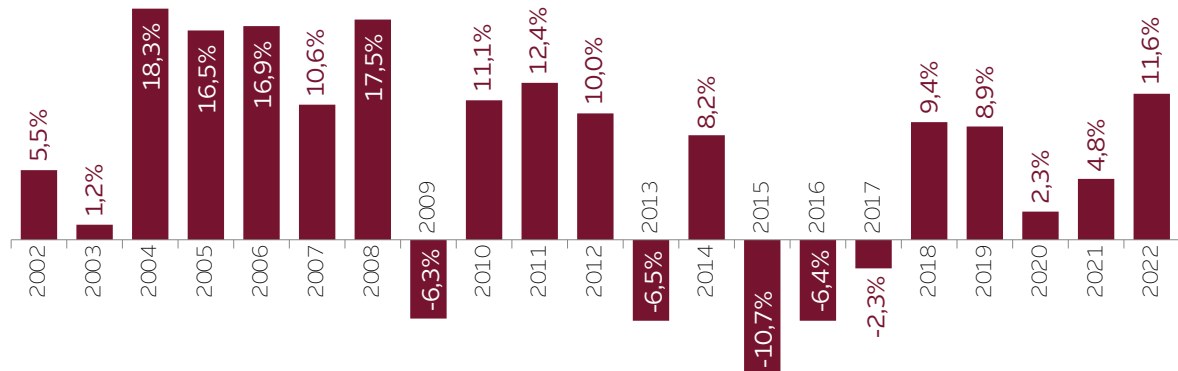
registrado no ano anterior, já considerada a inflação medida pelo IPCA. Esse excelente desempenho deveu-se ao comportamento positivo das receitas correntes e de capital.

## Evolução da receita total

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



## Taxa de crescimento real da receita total em relação ao ano anterior



## RECEITAS correntes

São os recursos que o ente público recebe regularmente, seja pela sua arrecadação direta (receita tributária própria), seja por meio de transferências constitucionais, legais ou de convênios

com outras esferas de governo, além de receitas como a patrimonial (ganhos financeiros, por exemplo), as compensações financeiras (royalties) e outras menores.

## RECEITAS de capital

São aquelas direcionadas para os investimentos e que, normalmente, não ingressam de forma regular nos cofres municipais. São formadas por operações de crédito, alienação de bens e transferências de capital.

No âmbito das receitas correntes, a transferência da União a título do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou um crescimento significativo de 15,6% em 2022, o que resultou num total repassado de R\$ 3,27 bilhões e num acréscimo de R\$ 441,4 milhões para os cofres dos municípios capixabas. Esse bom desempenho apoiou-se quase que exclusivamente na arrecadação do Imposto de Renda (IR), que, além de representar a maior parte do Fundo, obteve elevação de 15,8%, enquanto o IPI sofreu uma vertiginosa queda de 20,7%, já descontada a inflação. Veja mais na página 44.

As transferências estaduais da quota-parte do ICMS para os municípios capixabas, por sua vez, acusaram ligeiro recuo de 0,9%, para o patamar de R\$ 4,15 bilhões. Esse montante pode ser considerado satisfatório, já que praticamente manteve o último nível do repasse de 2021. Em junho de 2022, a fim de conter a alta dos preços, o Governo Federal editou a Lei Complementar nº 194, que classificou os combustíveis, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo como bens e serviços essenciais para fins de tributação. Dessa forma, o ICMS sobre esses itens passou a ter alíquotas máximas de 17% ou 18%, variando entre os estados segundo suas próprias normas. Antes da mudança, as tarifas da gasolina, por exemplo, situavam-se entre 23% e 34%. Com isso, o volume da arrecadação do ICMS dos estados, que vinha subindo até meados de 2022, amargou um forte revés desde então. Veja mais na página 36.

Já os royalties e as participações especiais pagos pela exploração do petróleo e do gás natural recuaram 9,7%, para R\$ 1,22 bilhão. A baixa poderia ter sido bem

mais acentuada, na medida em que houve um expressivo declínio de 35% na produção de petróleo e gás no Espírito Santo. O fator que sustentou as quantias pagas foi a majoração do preço médio anual do barril de petróleo, de US\$ 70,85 para US\$ 100,06, no mesmo período. Do total dos recursos provenientes da exploração petrolífera, cerca de 60% foram direcionados para três municípios: Presidente Kennedy (R\$ 269,1 milhões), Marataízes (R\$ 232,2 milhões) e Itapemirim (R\$ 222,3 milhões). Veja mais na página 54.

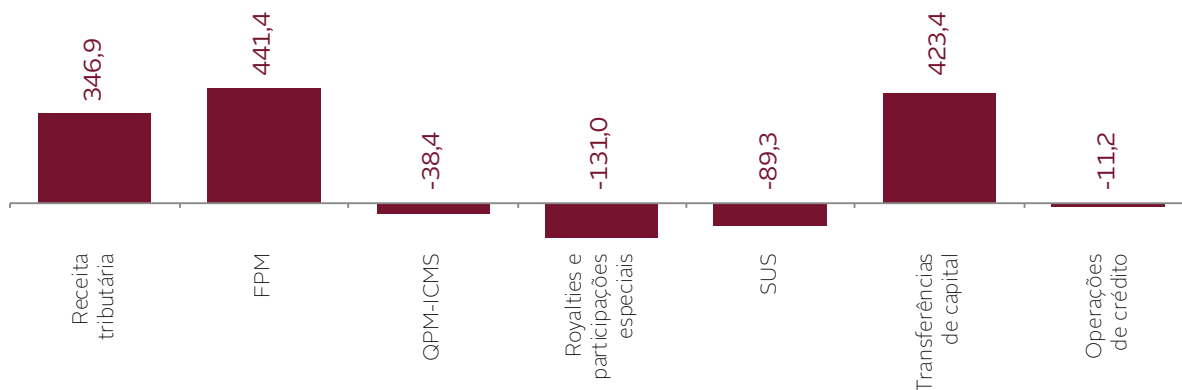
A exemplo do ano anterior, a receita tributária foi puxada pelo excelente comportamento do ISS, principal imposto sob a competência dos municípios no país. Para as cidades capixabas, o ISS somou R\$ 1,96 bilhão, uma ampliação de 14,5% em relação a 2021, acrescentando R\$ 248,7 milhões à receita corrente. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelas prefeituras também cresceu de forma significativa. Com alta de 17,6%, atingiu R\$ 413,2 milhões e adicionou R\$ 61,9 milhões às receitas correntes. Já o IPTU, com recolhimento total de R\$ 554,9 milhões, e as taxas, com R\$ 332,7 milhões, anotaram evoluções de 7,1% e 12%, respectivamente, agregando cerca de R\$ 35 milhões a mais na receita corrente, cada um.

Entre os tributos municipais, apenas o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) traçou retração, de 11,2%. Esse desempenho reflete o arrefecimento do mercado imobiliário, afetado negativamente pela disparada das taxas de juros promovida pelo Banco Central desde o início de 2022, visando a conter o recrudescimento da inflação. Ainda assim, o total auferido em 2022, de R\$ 292,5 milhões, supera o de todos os anos anteriores a 2021. Veja mais na página 30.

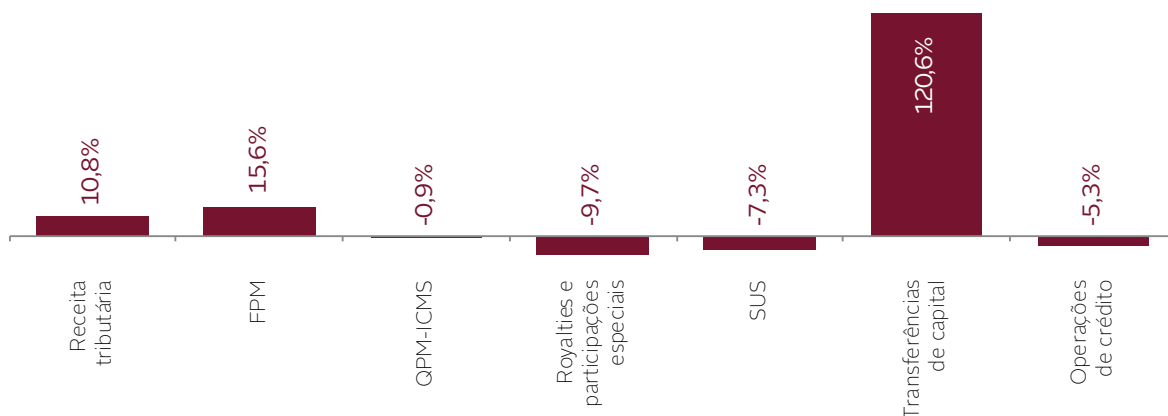
As transferências para o SUS são recursos que os municípios recebem da União e do Estado para custearem as ações no Sistema Único de Saúde. A quase integralidade dessas verbas é transferida pela União. Em 2022, os municípios capixabas receberam R\$ 1,13 bilhão, cifra que, apesar de ter caído 7,3% no confronto com 2021, permaneceu superior à do período anterior à pandemia da Covid-19. Tomando como base o ano de 2019, a transferência para o SUS municipal de 2022 foi 28% maior. Essa importante fonte de recurso representou 5,7% da receita total, a mesma faixa dos anos anteriores à crise sanitária, o que se deu em razão do bom desempenho das receitas.

### Varição absoluta das principais receitas - 2022/2021

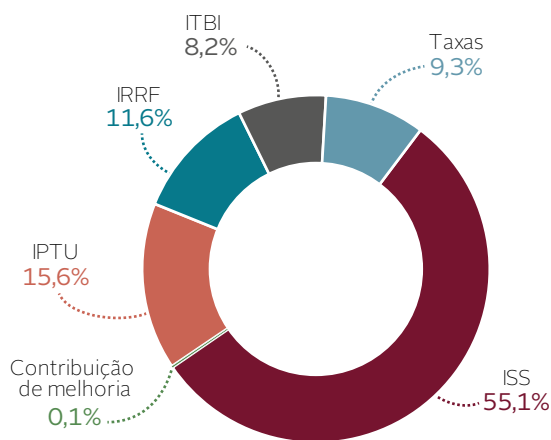
em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real das principais receitas - 2022/2021



### Composição da receita tributária em 2022



As receitas de capital, por sua vez, registram uma relevante variação positiva de 72,2% entre 2021 e 2022, alcançando R\$ 1,02 bilhão. Esse avanço foi

impulsionado pela escalada substancial nos aportes feitos pelo governo estadual aos municípios, que quase triplicaram, progredindo de R\$ 227,9 milhões, em 2021, para R\$ 607,8 milhões, em 2022. As transferências de capital da União também experimentaram ganho, embora mais moderado, de 20,2%, para atingir R\$ 147,5 milhões em 2022.

Os recursos captados pelos municípios com as instituições financeiras, por meio de operações de crédito, que também compõem as receitas de capital, encolheram acentuadamente nos dois últimos anos, contabilizando R\$ 201,1 milhões, em 2022. Os montantes mais vultosos de capital obtidos por meio de empréstimos foram verificados em Vila Velha (R\$ 63,2 milhões), Cariacica (R\$ 50 milhões), Linhares (R\$ 23,1 milhões), Serra (R\$ 21,1 milhões), Vitória (R\$ 16 milhões) e Colatina R\$ 11,1 milhões). Veja mais na página 74.



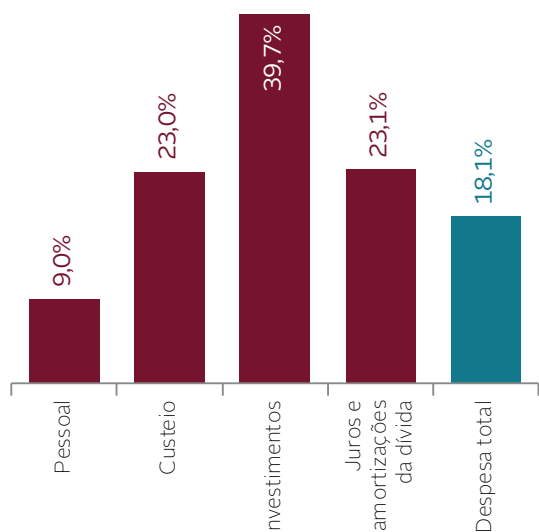
## II – DESPESAS

Em 2022, as despesas dos municípios capixabas aumentaram 18,1%, já descontada a inflação medida pelo IPCA, contabilizando R\$ 18 bilhões. Mesmo com essa pujante alta, as gestões municipais mantiveram um resultado orçamentário positivo, uma vez que o gasto total ficou abaixo da receita total em R\$ 1,46 bilhão. Foi a segunda maior performance de uma série histórica iniciada em 1998, ficando atrás apenas da constatada no exercício anterior.

A elevação das despesas explica-se, em parte, pelo fato de em 2021, ano base de comparação, ter ocorrido uma contração de 3,4% no indicador, especialmente por meio da retenção dos dispêndios com pessoal e investimentos.

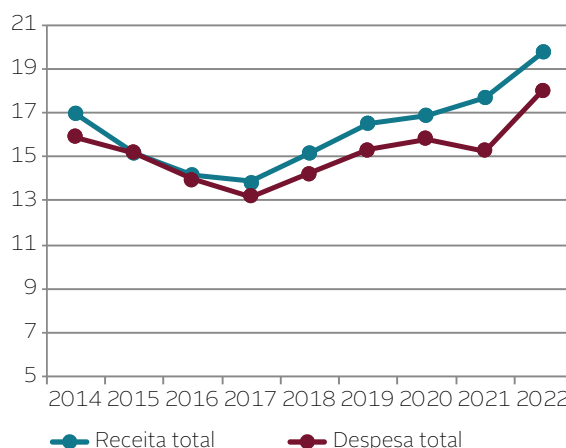
Em 2021, a despesa com pessoal do conjunto dos municípios capixabas diminuiu 4% em decorrência dos efeitos da Lei Complementar (LC) nº 173/2020, que concedeu auxílios financeiros aos entes subnacionais, ao mesmo tempo em que vedou contratações, realização de concursos públicos, concessão de reajustes salariais e benefícios a partir de 27 de maio de 2020 até o final de 2021. Os investimentos, por sua vez, retrocederam 29,2%, variação que não guarda surpresa, pois em primeiro ano de governo as administrações municipais normalmente não se dedicam à realização de obras e compras de equipamentos.

### Taxa de crescimento real dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2022/2021



### Evolução da receita total e da despesa total

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Assim, em 2022, sem as amarras da LC nº 173, o desembolso com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo dos municípios capixabas consumiu R\$ 7,83 bilhões, cifra 9% maior do que a registrada no ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA. Ainda assim, o nível de comprometimento médio da receita corrente dos municípios capixabas com a despesa com o funcionalismo, de 41,8% em 2022, encontra-se num dos mais baixos níveis de toda a série histórica compilada por **Finanças dos Municípios Capixabas** desde 2000. Veja mais na página 62.

Os dispêndios de custeio, por sua vez, tiveram uma intensa ascensão de 23% em 2022, para R\$ 7,69 bilhões. Esse incremento é consequência da retomada completa dos serviços públicos, após dois anos de paralisação total ou parcial devido à pandemia da Covid-19. Com isso, o nível de comprometimento médio da receita corrente com o custeio municipal pulou de 36,5%, em 2021, para 41%, em 2022, uma proporção elevada, que só encontra paralelo com o indicador de 2018, de 40,1%. Veja mais na página 68.

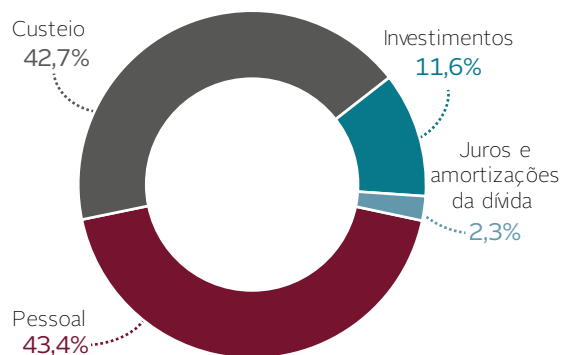
Em 2022, os desembolsos com os serviços da dívida subiram 23,1%, para chegar a R\$ 408,2 milhões ao final do exercício, um adicional de R\$ 76,7 milhões sobre o ano anterior. Contribuíram de forma mais decisiva para esse incremento os municípios de Linhares, cujos dispêndios passaram de

R\$ 28,4 milhões, em 2021, para R\$ 57,8 milhões, em 2022, um acréscimo de R\$ 29,4 milhões, Itapemirim (R\$ +17,9 milhões), Serra (R\$ +10 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ +7,6 milhões), Cariacica (R\$ +7,5 milhões) e São Mateus (R\$ +6,5 milhões).

Quanto aos investimentos realizados pelos municípios capixabas, estes acumularam R\$ 2,09 bilhões em 2022, importância 39,7% acima da constatada no ano anterior. O excepcional desempenho, o segundo maior da história das cidades do Estado, deve-se, sobretudo, ao crescimento das receitas, especialmente as do FPM, das receitas tributárias próprias dos municípios e das transferências de capital do Estado, que alcançaram a marca de R\$ 607,8 milhões. Veja mais na página 72.

Finalizando a análise da despesa segundo a ótica da categoria econômica, vale mencionar que o dispêndio com pessoal continua sendo o maior entre todos os grandes itens, compondo 43,4% do gasto total em 2022. Em seguida, estão os demais custeios, que representaram 42,7%, e os investimentos, com 11,6%. Os desembolsos com a dívida sempre corresponderam à menor parte, com 2,3% no ano em referência, pois o grau de endividamento municipal costuma ser muito baixo quando comparado ao estadual ou federal.

### Composição da despesa por categoria econômica - 2022



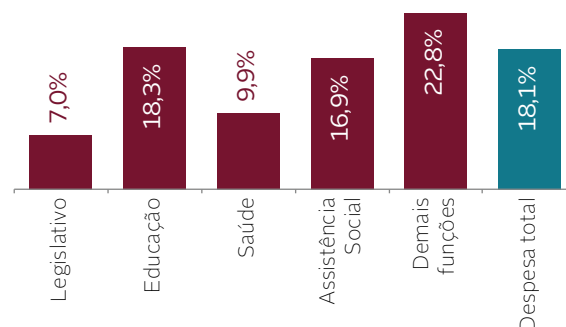
Observando-se as despesas pela classificação funcional, é possível inferir que a educação recebeu um aporte significativo de recursos em 2022. Com um vultoso ganho de 18,3%, o montante destinado à área totalizou R\$ 5,55 bilhões, o que representou um aumento de R\$ 859,9 milhões em relação ao ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA.

Esse incremento refletiu a retomada normal das atividades escolares e, sobretudo, os reajustes salariais que puderam ser concedidos com o término da vigência da LC nº 173/2020. Destacam-se também as vigorosas receitas municipais vinculadas à área. Com exceção da quota-parte municipal no ICMS, que acusou queda, as outras fontes municipais atreladas conseguiram ótimo desempenho. Outro importante fator que contribuiu para a alta na educação foi a Emenda Constitucional (EC) nº 119/2022, a qual concedeu, aos municípios que não conseguiram aplicar os 25% das receitas associadas no ensino, a possibilidade de aportarem a diferença faltante nos exercícios de 2022 e 2023. Veja mais na página 86.

Na saúde, após a ligeira perda de 1,7%, em 2021, houve um fortalecimento significativo de 9,9% nas verbas aplicadas em 2022, totalizando R\$ 3,6 bilhões. Esse valor superou até mesmo a despesa empenhada de 2020, que foi de R\$ 3,34 bilhões, um ano marcado pela eclosão da maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos. Veja mais na página 78.

A aplicação de recursos pelos municípios capixabas em programas de assistência social, que vinha se expandindo desde 2018 e que sofreu um revés em 2021, retomou sua trajetória ascendente. Com impulso de 16,9%, o indicador registrou o montante de R\$ 607,4 milhões em 2022. Certamente, a área necessita de financiamentos crescentes, pois, segundo dados do Ministério da Cidadania, a situação de pobreza e extrema pobreza afetou 23,9% do total de habitantes do Espírito Santo, em 2022, o maior índice desde 2015, com acréscimo de mais de cinco pontos percentuais (p.p) sobre 2021, quando o resultado calculado estava em 18,6%. Veja mais na página 94.

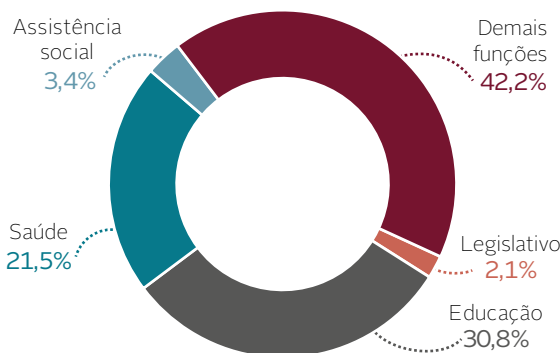
### Taxa de crescimento real dos principais itens da despesa por função - 2022/2021



Juntas, as áreas de educação, saúde e assistência social, que compõem o núcleo do gasto social, responderam por mais da metade (54,2%) de toda a despesa municipal, em 2022.

Já os dispêndios dos legislativos municipais no Espírito Santo, que vinham de três anos de contração, subiram 7%, em 2022, no comparativo com o exercício anterior, para R\$ 401,4 milhões. A recuperação orçamentária das câmaras municipais é derivada da superação dos efeitos derivados da pandemia da Covid-19, notadamente devido ao retorno das atividades presenciais parlamentares, que foram limitadas ou realizadas remotamente nos anos da crise sanitária.

### Composição da despesa por função - 2022



## III – SUFICIÊNCIA financeira

A aferição da suficiência financeira é uma excelente medida para se avaliar a saúde fiscal de curto prazo dos entes subnacionais. Apurado com base no confronto entre a disponibilidade de caixa e os restos a pagar, considerando exclusivamente os recursos não vinculados, esse dado identifica se, ao fim do último exercício, há sobra de recursos suficientes para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras.

Nota-se que o conceito aqui adotado considera todos os restos a pagar referentes a valores liquidados e não liquidados. Ou seja, para o exercício de 2022, foram considerados todos os empenhos que não foram pagos nem cancelados até 31 de dezembro, conforme registrado nos Relatórios de Gestão Fiscal dos municípios.

$$\text{Indicador de suficiência financeira} = \frac{\text{disponibilidade de caixa}}{\text{receita corrente}}$$

Sendo: disponibilidade de caixa = depósitos bancários – restos a pagar

Vale observar ainda que a disponibilidade de caixa é um conceito de estoque. Assim, a situação de 2022 é influenciada pelos resultados acumulados nos anos anteriores. Por exemplo, se um município tinha uma disponibilidade de caixa de R\$ 2 milhões, em 2020, e incorporou novos R\$ 3 milhões, em 2021, sua nova posição é de R\$ 5 milhões. É importante entender esse conceito, pois a situação fiscal de 2022 é reflexo, em grande parte, de um processo que se iniciou dois anos antes.

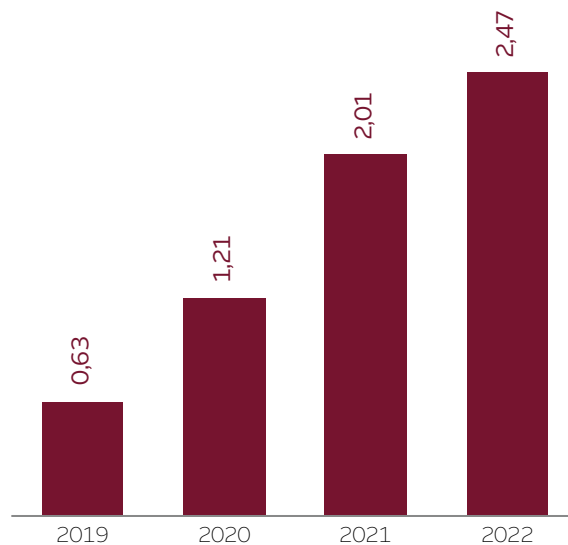
Desde 2020, os municípios capixabas vêm registrando indicadores positivos de suficiência financeira. Naquele ano, a melhora da disponibilidade de caixa foi influenciada pelo fato de ser último ano de mandato, quando é proibido às administrações deixarem despesas para o exercício seguinte sem cobertura financeira, bem como pelo repasse de recursos da União aos municípios a fim de reforçar seus orçamentos para o enfrentamento à Covid-19. Assim, as prefeituras capixabas fecharam o exercício com uma sobra de caixa da ordem de R\$ 1,21 bilhão.

No ano seguinte, em 2021, com uma posição mais confortável herdada do exercício anterior, os municípios viram suas receitas progredirem 4,8%, ao mesmo tempo em que reduziram as despesas em 3,4%, o que fez suas disponibilidades de caixa saltarem para R\$ 2 bilhões. Como proporção da receita corrente, a disponibilidade de caixa com recursos não vinculados estendeu-se substancialmente, passando de 6,4%, em 2020, para 10,7%, em 2021.

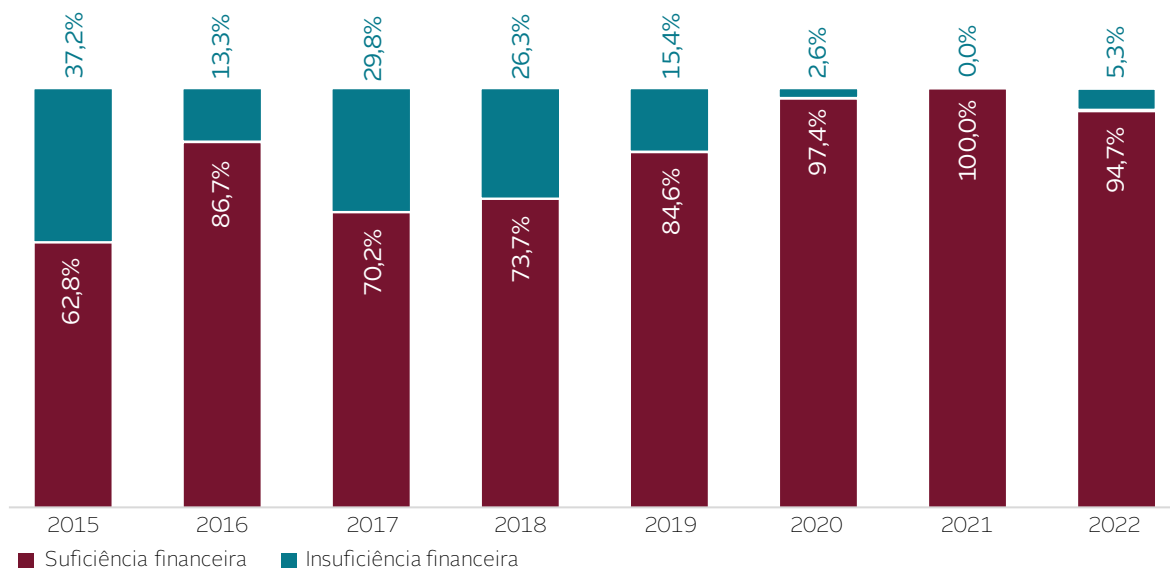
Em 2022, em que pese as despesas terem se expandido num ritmo mais acelerado do que o das receitas, a disponibilidade de caixa das cidades voltou a crescer, para marcar R\$ 2,47 bilhões, valor correspondente a 13,4% da receita corrente. Em termos absolutos, as maiores disponibilidades de caixa em 2022 foram registradas em Vitória (R\$ 895,6 milhões), Presidente Kennedy (R\$ 362,2 milhões), Aracruz (R\$ 232,5 milhões), Serra (R\$ 174,5 milhões), Vila Velha (R\$ 80,8 milhões), Linhares (R\$ 73,8 milhões), Colatina (R\$ 56,8 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 52,5 milhões). Como proporção da receita corrente, os maiores indicadores

foram apresentados por Presidente Kennedy (68,8%), Vitória (35,2%), Aracruz (32,9%), Castelo (28,2%), Santa Teresa (25,1%) e Rio Bananal (23,6%).

### Evolução da disponibilidade de caixa em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Composição dos municípios conforme a (in)suficiência financeira



## COMPOSIÇÃO DA RECEITA - 2022

Municípios	Receita tributária	FPM	QPM-ICMS	Royalties e participações especiais	Outras	Total <sup>1</sup>
	em %					
Afonso Cláudio	4,7	30,8	25,8	2,0	36,8	100,0
Água Doce do Norte	4,6	32,8	20,8	3,3	38,6	100,0
Águia Branca	4,5	22,6	26,3	2,9	43,6	100,0
Alegre	9,0	28,3	15,8	1,9	45,0	100,0
Alfredo Chaves	13,8	28,5	23,3	2,4	32,0	100,0
Alto Rio Novo	2,4	32,5	20,9	4,1	40,2	100,0
Anchieta	18,6	12,0	25,4	18,6	25,4	100,0
Apiacá	4,2	36,5	18,9	4,6	35,8	100,0
Aracruz	19,2	10,7	27,9	3,5	38,7	100,0
Atilio Vivácqua	4,7	27,2	21,2	2,6	44,3	100,0
Baixo Guandu	9,9	25,6	17,3	1,7	45,5	100,0
Barra de São Francisco	10,1	27,3	23,7	1,6	37,3	100,0
Boa Esperança	3,7	29,3	19,5	2,5	44,9	100,0
Bom Jesus do Norte	4,0	36,3	13,3	3,4	42,9	100,0
Brejetuba	5,1	28,5	25,1	2,8	38,6	100,0
Cachoeiro de Itapemirim	17,7	17,4	17,5	1,6	45,9	100,0
Cariacica	16,1	10,5	24,7	0,3	48,4	100,0
Castelo	9,9	26,7	23,9	1,6	37,9	100,0
Colatina	10,2	14,3	15,3	0,6	59,6	100,0
Conceição da Barra	8,0	25,7	17,6	2,1	46,6	100,0
Conceição do Castelo	5,7	29,4	29,2	2,9	32,7	100,0
Divino de São Lourenço	4,3	41,4	21,5	5,2	27,6	100,0
Domingos Martins	9,9	19,8	27,2	1,3	41,8	100,0
Dores do Rio Preto	4,9	31,1	22,5	3,9	37,6	100,0
Ecoporanga	5,6	33,2	27,8	2,3	31,2	100,0
Fundão	12,3	26,5	11,6	11,7	38,0	100,0
Governador Lindenberg	3,4	34,0	30,6	3,4	28,7	100,0
Guaçuí	8,2	30,5	12,0	1,9	47,4	100,0
Guarapari	26,7	17,2	7,7	0,7	47,7	100,0
Ibatiba	6,5	36,8	15,5	2,6	38,7	100,0
Ibiraçu	7,7	27,9	15,6	2,8	46,1	100,0
Ibitirama	5,2	28,6	19,8	3,6	42,8	100,0
Iconha	8,3	31,6	18,2	2,6	39,2	100,0
Irupi	4,2	36,5	18,8	2,9	37,5	100,0
Itaguaçu	4,6	34,5	20,5	3,0	37,3	100,0
Itapemirim	5,3	8,3	19,7	46,6	20,2	100,0
Itarana	4,9	32,6	23,6	3,2	35,7	100,0
Iúna	5,6	28,3	14,8	2,1	49,3	100,0
Jaguaré	7,9	22,4	18,8	12,5	38,5	100,0
Jerônimo Monteiro	7,3	33,9	15,0	3,4	40,3	100,0
João Neiva	11,6	27,5	14,8	2,0	44,0	100,0
Laranja da Terra	4,7	32,0	24,9	3,2	35,3	100,0
Linhares	14,8	13,8	23,2	10,1	38,2	100,0
Mantenópolis	6,8	41,7	15,1	3,5	32,9	100,0
Marataizes	5,9	10,3	5,8	53,4	24,6	100,0
Marechal Floriano	9,3	30,7	27,6	2,2	30,2	100,0
Marilândia	4,2	28,4	26,8	2,8	37,8	100,0
Mimoso do Sul	5,8	29,1	17,9	2,1	45,1	100,0
Montanha	7,2	33,5	24,9	2,5	31,8	100,0
Mucurici	5,0	34,0	26,4	4,3	30,4	100,0
Muniz Freire	6,7	29,7	22,8	2,3	38,4	100,0
Muqui	4,4	38,4	19,0	3,3	34,8	100,0
Nova Venécia	6,7	25,0	24,2	1,3	42,8	100,0
Pancas	6,1	32,6	21,4	2,7	37,2	100,0
Pedro Canário	6,7	31,1	11,6	2,2	48,4	100,0
Pinheiros	10,4	31,4	27,2	2,2	28,8	100,0
Piúma	11,4	26,9	5,5	18,6	37,7	100,0
Ponto Belo	4,1	31,5	19,4	4,0	41,1	100,0
Presidente Kennedy	3,1	3,8	2,6	51,1	39,5	100,0
Rio Bananal	5,5	23,2	25,8	1,8	43,7	100,0
Rio Novo do Sul	7,8	30,8	16,7	3,1	41,6	100,0
Santa Leopoldina	4,9	27,2	30,7	2,8	34,4	100,0
Santa Maria de Jetibá	7,7	20,8	40,4	1,3	29,9	100,0
Santa Teresa	7,4	27,1	22,3	1,9	41,4	100,0
São Domingos do Norte	3,9	24,8	29,3	3,1	38,8	100,0
São Gabriel da Palha	7,6	28,4	21,5	1,7	40,8	100,0
São José do Calçado	5,6	25,6	12,3	2,5	53,9	100,0
São Mateus	15,8	19,7	17,2	4,7	42,6	100,0
São Roque do Canaã	4,2	31,3	21,3	3,1	40,1	100,0
Serra	27,2	6,6	29,4	1,5	35,2	100,0
Sooretama	3,9	29,1	22,0	1,8	43,2	100,0
Vargem Alta	5,4	25,6	17,8	2,0	49,1	100,0
Venda Nova do Imigrante	10,7	27,8	25,2	2,0	34,3	100,0
Viana	14,6	15,6	30,0	3,3	36,4	100,0
Vila Pavão	4,2	28,8	26,4	3,6	37,0	100,0
Vila Valério	5,2	29,9	31,1	2,5	31,3	100,0
Vila Velha	32,9	7,9	13,2	1,0	45,0	100,0
Vitória	37,3	12,3	23,4	0,9	26,1	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>18,0</b>	<b>16,5</b>	<b>21,0</b>	<b>6,2</b>	<b>38,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Nota: <sup>1</sup>receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas", na página 3).



## RECEITA TOTAL

Posição	Município	Receita total <sup>1</sup> em R\$	População 2022
1º	Vitória	2.573.931.658,20	322.869
2º	Serra	1.998.374.991,63	520.649
3º	Vila Velha	1.689.894.039,02	467.722
4º	Cariacica	1.261.007.809,90	353.510
5º	Linhares	964.694.723,37	166.786
6º	Cachoeiro de Itapemirim	765.547.834,75	185.784
7º	Aracruz	743.187.797,44	94.765
8º	Colatina	588.410.981,30	119.992
9º	Presidente Kennedy	527.143.133,54	13.696
10º	Guarapari	489.442.168,61	124.656
11º	Itapemirim	477.378.613,38	39.832
12º	São Mateus	453.385.603,44	123.750
13º	Marataizes	434.461.183,62	41.929
14º	Viana	413.077.318,25	73.423
15º	Anchieta	288.387.434,32	29.984
16º	Nova Venécia	217.919.940,25	49.065
17º	Santa Maria de Jetibá	214.253.580,38	41.636
18º	Domingos Martins	200.324.592,97	35.416
19º	Barra de São Francisco	181.510.298,80	42.498
20º	Jaguari	176.986.802,71	28.931
21º	Castelo	167.234.069,28	36.930
22º	São Gabriel da Palha	157.008.415,60	32.252
23º	Baixo Guandu	154.652.442,14	30.674
24º	Conceição da Barra	154.196.239,45	27.458
25º	Alegre	140.105.376,39	29.177
26º	Sooretama	136.176.098,57	26.502
27º	Guaçu	130.219.221,43	29.358
28º	Afonso Cláudio	128.833.368,14	30.684
29º	Rio Bananal	128.313.764,10	19.273
30º	Santa Teresa	128.148.575,87	22.808
31º	Venda Nova do Imigrante	124.771.890,90	23.831
32º	Ilúna	122.638.984,58	28.590
33º	Mimoso do Sul	119.308.949,27	24.475
34º	Vargem Alta	116.059.145,88	19.563
35º	Fundão	112.317.685,86	18.014
36º	Pedro Canário	111.617.390,03	21.522
37º	Piúma	110.650.613,02	22.300
38º	Pinheiros	110.632.392,43	23.915
39º	João Neiva	107.986.547,74	14.079
40º	Ecoporanga	104.536.173,41	21.992
41º	Muniz Freire	100.114.923,42	18.153
42º	Marechal Floriano	96.792.031,97	17.641
43º	Ibatiba	94.246.488,99	25.380
44º	Pancas	91.122.933,73	18.893
45º	Montanha	88.798.413,18	18.900
46º	Alfredo Chaves	87.089.084,25	13.836
47º	Boa Esperança	84.590.485,27	13.608
48º	Vila Valério	82.988.684,30	13.728
49º	Iconha	78.315.916,59	12.326
50º	São José do Calçado	77.390.404,34	10.878
51º	Atílio Vivácqua	72.860.406,10	10.540
52º	Santa Leopoldina	72.807.808,03	13.106
53º	Itaguaçu	71.768.371,46	13.589
54º	Ibiraçu	71.157.085,20	11.713
55º	Marilândia	69.903.024,57	12.202
56º	Brejetuba	69.664.959,43	12.985
57º	Irupi	67.818.015,82	13.710
58º	Conceição do Castelo	67.377.806,95	11.937
59º	Água Branca	65.664.463,97	9.711
60º	Muqui	64.512.827,01	13.745
61º	Rio Novo do Sul	64.325.914,97	11.069
62º	São Roque do Canaã	63.420.025,73	10.886
63º	Laranja da Terra	62.049.264,46	11.094
64º	Itarana	60.764.381,11	10.597
65º	Água Doce do Norte	60.432.053,58	12.042
66º	São Domingos do Norte	60.004.966,58	8.589
67º	Mantenópolis	59.412.555,35	12.770
68º	Jerônimo Monteiro	58.473.237,14	11.575
69º	Governador Lindenberg	58.368.269,40	11.009
70º	Bom Jesus do Norte	54.684.580,34	10.254
71º	Ibitirama	52.000.680,77	9.520
72º	Vila Pavão	51.563.793,69	8.911
73º	Dores do Rio Preto	47.871.116,57	6.596
74º	Ponto Belo	47.247.638,35	6.497
75º	Alto Rio Novo	45.810.895,50	7.434
76º	Mucurici	43.765.729,27	5.466
77º	Apicá	40.692.034,36	7.223
78º	Divino de São Lourenço	35.912.062,59	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>19.766.511.184,31</b>	<b>3.833.486</b>

## RECEITA TOTAL PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Receita total <sup>1</sup> (A)	População
			em R\$	2022 (B)
1º	Presidente Kennedy	38.488,84	527.143.133,54	13.696
2º	Itapemirim	11.984,80	477.378.613,38	39.832
3º	Marataizes	10.361,83	434.461.183,62	41.929
4º	Anchieta	9.618,04	288.387.434,32	29.984
5º	Mucurici	8.006,90	43.765.729,27	5.466
6º	Vitória	7.972,06	2.573.931.658,20	322.869
7º	Aracruz	7.842,43	743.187.797,44	94.765
8º	João Neiva	7.670,04	107.986.547,74	14.079
9º	Ponto Belo	7.272,22	47.247.638,35	6.497
10º	Dores do Rio Preto	7.257,60	47.871.116,57	6.596
11º	São José do Calçado	7.114,40	77.390.404,34	10.878
12º	Divino de São Lourenço	7.065,13	35.912.062,59	5.083
13º	São Domingos do Norte	6.986,26	60.004.966,58	8.589
14º	Atílio Vivácqua	6.912,75	72.860.406,10	10.540
15º	Água Branca	6.761,86	65.664.463,97	9.711
16º	Rio Bananal	6.657,70	128.313.764,10	19.273
17º	Iconha	6.353,72	78.315.916,59	12.326
18º	Alfredo Chaves	6.294,38	87.089.084,25	13.836
19º	Fundão	6.235,02	112.317.685,86	18.014
20º	Boa Esperança	6.216,23	84.590.485,27	13.608
21º	Alto Rio Novo	6.162,35	45.810.895,50	7.434
22º	Jaguari	6.117,55	176.986.802,71	28.931
23º	Ibiraçu	6.075,05	71.157.085,20	11.713
24º	Vila Valério	6.045,21	82.988.684,30	13.728
25º	Vargem Alta	5.932,58	116.059.145,88	19.563
26º	São Roque do Canaã	5.825,83	63.420.025,73	10.886
27º	Rio Novo do Sul	5.811,36	64.325.914,97	11.069
28º	Vila Pavão	5.786,53	51.563.793,69	8.911
29º	Linhares	5.784,03	964.694.723,37	166.786
30º	Itarana	5.734,11	60.764.381,11	10.597
31º	Marilândia	5.728,82	69.903.024,57	12.202
32º	Domingos Martins	5.656,33	200.324.592,97	35.416
33º	Conceição do Castelo	5.644,45	67.377.806,95	11.937
34º	Apicá	5.633,67	40.692.034,36	7.223
35º	Viana	5.625,99	413.077.318,25	73.423
36º	Santa Teresa	5.618,58	128.148.575,87	22.808
37º	Conceição da Barra	5.615,71	154.196.239,45	27.458
38º	Laranja da Terra	5.593,05	62.049.264,46	11.094
39º	Santa Leopoldina	5.555,30	72.807.808,03	13.106
40º	Muniz Freire	5.515,06	100.114.923,42	18.153
41º	Marechal Floriano	5.486,77	96.792.031,97	17.641
42º	Ibitirama	5.462,26	52.000.680,77	9.520
43º	Brejetuba	5.365,03	69.664.959,43	12.985
44º	Bom Jesus do Norte	5.333,00	54.684.580,34	10.254
45º	Governador Lindenberg	5.301,87	58.368.269,40	11.009
46º	Itaguaçu	5.281,36	71.768.371,46	13.589
47º	Venda Nova do Imigrante	5.235,70	124.771.890,90	23.831
48º	Pedro Canário	5.186,20	111.617.390,03	21.522
49º	Santa Maria de Jetibá	5.145,87	214.253.580,38	41.636
50º	Sooretama	5.138,33	136.176.098,57	26.502
51º	Jerônimo Monteiro	5.051,68	58.473.237,14	11.575
52º	Baixo Guandu	5.041,81	154.652.442,14	30.674
53º	Água Doce do Norte	5.018,44	60.432.053,58	12.042
54º	Piúma	4.961,91	110.650.613,02	22.300
55º	Irupi	4.946,61	67.818.015,82	13.710
56º	Colatina	4.903,75	588.410.981,30	119.992
57º	Mimoso do Sul	4.874,73	119.308.949,27	24.475
58º	São Gabriel da Palha	4.868,18	157.008.415,60	32.252
59º	Pancas	4.823,11	91.122.933,73	18.893
60º	Alegre	4.801,91	140.105.376,39	29.177
61º	Ecoporanga	4.753,37	104.536.173,41	21.992
62º	Montanha	4.698,33	88.798.413,18	18.900
63º	Muqui	4.693,55	64.512.827,01	13.745
64º	Mantenópolis	4.652,51	59.412.555,35	12.770
65º	Pinheiros	4.626,07	110.632.392,43	23.915
66º	Castelo	4.528,41	167.234.069,28	36.930
67º	Nova Venécia	4.441,45	217.919.940,25	49.065
68º	Guaçu	4.435,56	130.219.221,43	29.358
69º	Ilúna	4.289,58	122.638.984,58	28.590
70º	Barra de São Francisco	4.271,03	181.510.298,80	42.498
71º	Afonso Cláudio	4.198,71	128.833.368,14	30.684
72º	Cachoeiro de Itapemirim	4.120,63	765.547.834,75	185.784
73º	Guarapari	3.926,34	489.442.168,61	124.656
74º	Serra	3.838,24	1.998.374.991,63	520.649
75º	Ibatiba	3.713,42	94.246.488,99	25.380
76º	São Mateus	3.663,72	453.385.603,44	123.750
77º	Vila Velha	3.613,03	1.689.894.039,02	467.722
78º	Cariacica	3.567,11	1.261.007.809,90	353.510
<b>TOTAL</b>		<b>5.156,28</b>	<b>19.766.511.184,31</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: <sup>1</sup>receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas", na página 3).









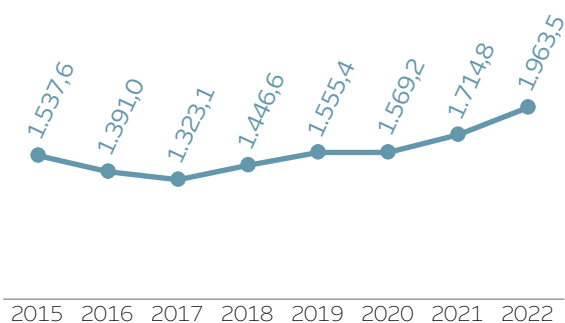


## DESEMPENHO

A receita de ISS alcançada pelo conjunto dos municípios capixabas em 2022 ficou muito próxima de R\$ 2 bilhões. Esse valor foi 14,5% maior que o do ano anterior, de R\$ 1,71 bilhão, já descontada a inflação medida pelo IPCA médio de 2022.

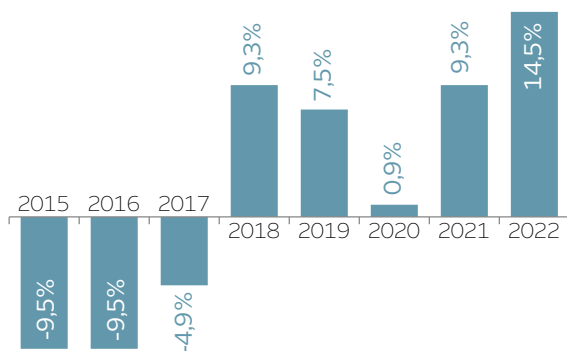
### Evolução da arrecadação do ISS

Inclui os dados da dívida ativa a partir de 2018 em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real do ISS em relação ao ano anterior

Inclui os dados da dívida ativa a partir de 2018



O desempenho do setor de serviços define em grande parte o comportamento do recolhimento do ISS, além de outros fatores relacionados à legislação e à gestão do tributo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que em 2022 o volume de serviços no país cresceu 8,3%, a maior taxa

desde o início da pesquisa, em 2011. No Espírito Santo, o patamar auferido foi de 8,9%, ou seja, um pouco melhor que a média nacional.<sup>1</sup>

Após a fase crítica da pandemia da Covid-19, ocorrida em 2020, a performance do ISS registrou dois bons anos de expansão. Em 2021, apesar de ainda haver algumas limitações relacionadas à crise sanitária durante o primeiro semestre, a economia iniciou sua retomada. Já em 2022, houve uma aceleração do crescimento dos serviços, puxada por atividades como transporte de cargas e de passageiros, gestão de portos, hotelaria, eventos, feiras e congressos, restaurantes, locações de automóveis, serviços de internet, tratamento de dados, desenvolvimento de sistemas e consultorias, entre outras.

Entre os dez maiores municípios do Espírito Santo, as mais robustas ampliações na receita de ISS em 2022 deram-se em Linhares (48,5%), Aracruz (29,4%), São Mateus (19,9%), Cariacica (18,3%), Cachoeiro de Itapemirim (17,6%) e Serra (16,9%).

Quando se trata de valores absolutos, a maior elevação foi a de Vitória, com R\$ 57,5 milhões adicionais, uma vez que a capital é o maior arrecadador do tributo no Estado, tendo recolhido R\$ 640 milhões, em 2022. Sua alta foi de 9,9% no mesmo período. Em Serra, onde a receita foi de R\$ 298,2 milhões, a segunda maior entre as cidades capixabas, o acréscimo absoluto foi de R\$ 43,1 milhões.

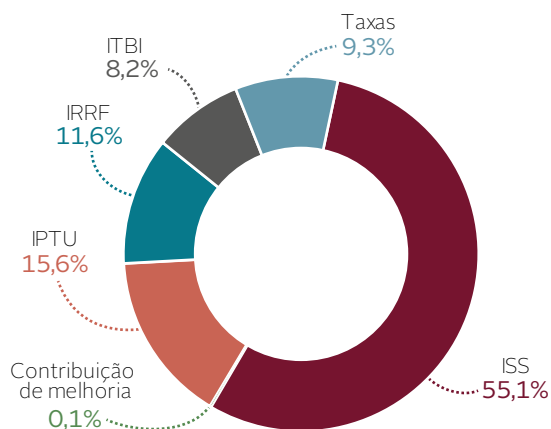
Observando-se o ISS dos demais municípios, cabe destaque para Água Doce do Norte (138,6%), com o maior incremento percentual entre todas as cidades capixabas, porém, com uma arrecadação modesta e uma das menores receitas de ISS per capita. Devem ser citados ainda Águia Branca (89,9%), Dorés do Rio Preto (82,7%) e Vila Pavão (81,3%), todos municípios de pequeno porte populacional.

Na sequência, vem Anchieta, com variação positiva de 74,1%. Apesar de ter apenas 29.984 habitantes, a cidade apresenta a terceira maior receita de ISS per capita no Estado em virtude da presença da Samarco Mineração. Após o desastre em Mariana-MG, em 2015, a empresa ficou desativada até dezembro de 2020, expandindo gradualmente sua produção a

<sup>1</sup> Pesquisa Mensal de Serviços - dezembro de 2022 - IBGE, publicado em 10/02/2023. [https://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Servicos/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/2022/pms\\_202212caderno.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2022/pms_202212caderno.pdf)

partir de 2021. Em 2022, produziu 9,3 milhões de toneladas de minério de ferro, contra 7,9 milhões em 2021, contribuindo para o fortalecimento do ISS em Anchieta<sup>2</sup>. Ainda assim, a receita de R\$ 31,8 milhões não alcançou nem a metade do que o município já obteve em 2012 e 2013, quando ultrapassava os R\$ 80 milhões anuais. A retomada total da Samarco deverá fazer com que o município chegue novamente ao posto de maior cifra per capita de ISS no Estado. A mineradora prevê atingir 100% de sua capacidade antes de 2030.

### Composição da receita tributária - 2022



## IMPORTÂNCIA DO ISS para os municípios

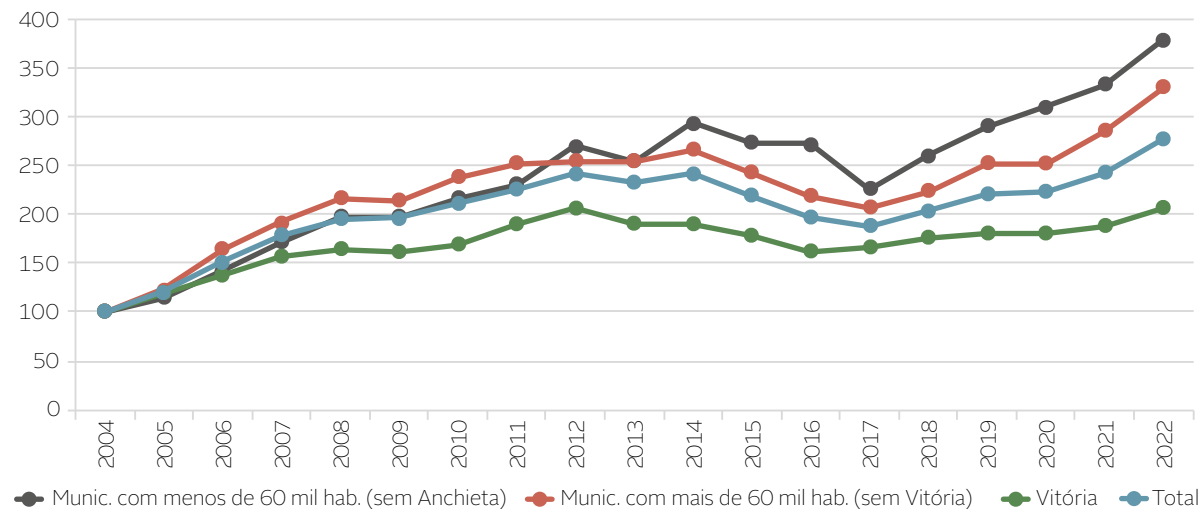
Como se vê no gráfico ao lado, o ISS é responsável por mais da metade (55,1%) do total dos recursos tributários próprios dos municípios capixabas. Em relação à receita corrente, sua participação foi de 10,5% no ano de 2022. Mesmo que essa importância mude conforme o porte populacional, verifica-se que o ISS tem se tornado cada vez mais relevante também para os municípios com menor número de habitantes.

O gráfico abaixo revela que o grupo das cidades com patamar inferior a 60 mil habitantes (exceto Anchieta) já vinha demonstrando uma evolução mais forte na sua arrecadação sobre serviços do que Vitória, desde 2006. Em 2012, esse conjunto passou a superar também o ritmo de alta dos demais municípios maiores. A criação do Simples Nacional, no final de 2006, contribuiu muito para o impulso do ISS dos municípios menos populosos, pois alcançou setores que antes se mantinham fora da abrangência do Fisco municipal. De 2004 a 2022, a receita de ISS dos municípios capixabas com até 60 mil habitantes (exceto Anchieta) subiu 280%, enquanto naqueles com mais de 60 mil moradores (exceto Vitória) a elevação chegou a 232%, mais que o dobro do observado em Vitória (108%). No total, a escalada foi de 179%.

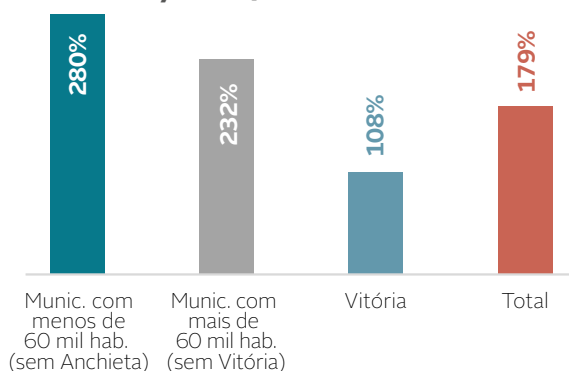
<sup>2</sup> Relatório da Samarco - 2021: [https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2022/04/Samarco-Relatorio-Admin-e-Demonstracoes-Financeiras\\_2021.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2022/04/Samarco-Relatorio-Admin-e-Demonstracoes-Financeiras_2021.pdf). Relatório da Samarco - 2022: [https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2023/04/Samarco\\_Relatorio-da-Administracao-2022.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2023/04/Samarco_Relatorio-da-Administracao-2022.pdf)

### Evolução da arrecadação do ISS por faixa populacional

ano-base 2004=100



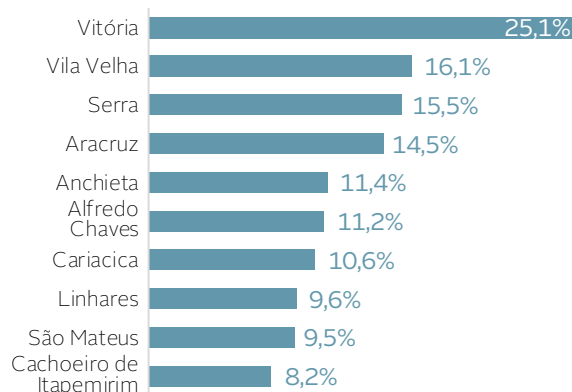
## Varição da receita de ISS - 2022/2004



Embora os municípios menores tenham apresentado uma ascensão mais expressiva na arrecadação de ISS, as maiores cidades, que já concentravam a maior parte dessa receita e tiveram um bom ritmo de evolução, foram as que mais estenderam sua participação no recolhimento total do imposto no Espírito Santo, conforme indicado pelo gráfico abaixo. É nítida a perda da presença de Vitória, passando de 43,8%, em 2004, para 32,6%, em 2022, uma queda de 11,1 pontos percentuais (p.p.). Nesse processo, os maiores municípios (exceto Vitória) fortaleceram sua parcela em 8,6 p.p., mas os de menor porte também tiveram ganho, de 2,6 p.p.

Mesmo reduzindo sua participação na arrecadação total do ISS no Estado, Vitória ainda tem esse tributo como a maior fonte de seus recursos, correspondendo a um quarto (¼) da sua receita corrente. Cidades capixabas de médio porte também possuem parcelas importantes de seus orçamentos assentadas nesse imposto, como mostra o gráfico ao lado.

## Dez municípios com as maiores participações do ISS na receita corrente em 2022

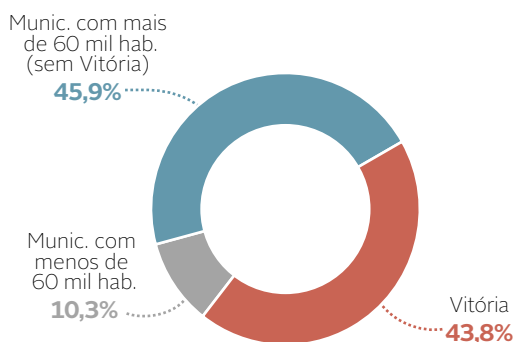


## A NFS-E Nacional

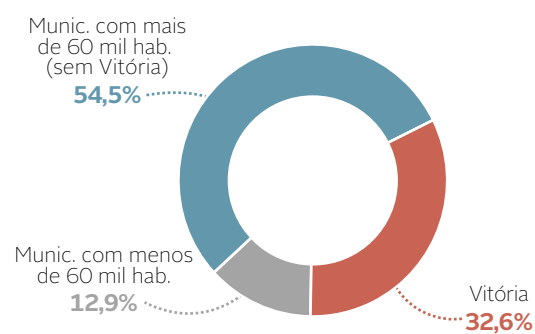
A implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Nacional (NFS-e Nacional) teve início em junho de 2022, mas o desenvolvimento do seu sistema vem sendo feito desde 2016, num esforço conjunto entre a Receita Federal do Brasil (RFB), a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o Sebrae e outros órgãos, entidades e empresas prestadoras de serviços.

Em outubro de 2022, a Portaria RFB nº 236 instituiu o Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (CGNFS-e), formado por 15 membros titulares e

## Participação dos municípios na receita total de ISS - 2004



## Participação dos municípios na receita total de ISS - 2022



15 suplentes. São cinco integrantes da Receita Federal representando a União e dez componentes por parte dos municípios e do Distrito Federal, sendo cinco indicados pela Abrasf e cinco pela CNM. Ao CGNFS-e, cabe gerir a padronização da NFS-e Nacional e o Ambiente de Dados Nacional.

Até meados de 2023, havia 503 municípios, entre eles 18 capitais, adeptos ao convênio com a Receita Federal<sup>3</sup> para o uso da NFS-e Nacional. Esse grupo corresponde a 60% das emissões de notas fiscais de serviço eletrônicas e a 55% da arrecadação sobre serviços do país.<sup>4</sup> Para que o sistema já desenvolvido entre em operação e possa gerar a guia única de recolhimento, aguarda-se apenas a sua regulamentação.

Mas qual é exatamente o objetivo da NFS-e Nacional? Já existia a NFS-e, mas não havia um padrão nacional. Com as centenas de variações nos sistemas de notas fiscais de serviços entre os municípios, prestadores de serviços que trabalham em nível nacional ou regional encontram dificuldades no momento de emitir os documentos. O propósito da NFS-e Nacional é regulamentar um padrão para emissão e consulta de documentos fiscais para todos os prestadores e tomadores de serviços no país.

Os municípios, por sua vez, terão acesso a informações fiscais de qualidade, redução de custos administrativos e operacionais, compartilhamento de dados entre administrações tributárias, maior eficiência na atividade fiscal, abrangência de municípios que não dispõem de infraestrutura tecnológica local, simplificação das obrigações acessórias, redução da sonegação, uniformização das informações em diversos órgãos, seja na esfera federal, seja na municipal, e possibilidade de cruzamento de informações contábeis, fiscais e previdenciárias.

Além do emissor nacional, disponível nas versões *desktop* e *mobile*, o Sistema Nacional da NFS-e oferecerá uma plataforma com outros produtos que poderão ser escolhidos pelas prefeituras. Entre eles, apenas a adesão ao Ambiente de Dados Nacional (ADN) será

obrigatória, pois os demais serviços serão opcionais. O ADN é um ambiente único e padronizado para o compartilhamento de informações econômico-fiscais entre as administrações tributárias, promovendo a integração dos municípios e disponibilizando dados para os contribuintes, sem prejuízo dos sigilos fiscal e comercial. Trata-se de um banco de dados eletrônico que concentrará as informações de todas as NFS-e emitidas no país.

Os demais produtos que serão oferecidos pelo sistema são:

- Módulo de Apuração Nacional (MAN), que calcula automaticamente para o contribuinte o valor do imposto, oferecendo-lhe a guia eletrônica para efetuar o pagamento;
- APIs de integração (*Application Programming Interface*), que fazem a comunicação entre o ambiente dados dos municípios, das empresas e dos entes conveniados com o ADN; e
- Sefin Nacional da NFS-e, um ambiente computacional que funciona como uma Secretaria de Finanças virtual para validar as Declarações de Prestação de Serviços (DPS) que são enviadas pelos contribuintes e autorizar as NFS-e correspondentes.

O sistema da NFS-e Nacional é um grande salto em direção à modernização, unificação e simplificação do ISS. Com ele, os municípios demonstram que estão avançando muito em prol da melhoria do sistema tributário, entregando ao contribuinte um mecanismo automatizado de cálculo e apuração do imposto, em que o público enxergará somente um sistema nacional, não tendo mais que entender de legislações e sistemas de diversos municípios onde eventualmente opere.

Não se sabe, até o momento, qual será o futuro da NFS-e nacional diante do processo de reforma tributária que se encontra em análise atualmente no Senado. O objetivo da implementação da NFS-e Nacional era o de ser obrigatória para todos os municípios para que a total parametrização do sistema realizasse a repartição da receita do imposto entre os municípios de origem e de destino de forma automática. O contribuinte, ao emitir as notas e apurar e pagar o imposto, só veria uma base de cálculo e uma alíquota. A divisão seria feita internamente pelo sistema, afastando as possibilidades de conflito.

<sup>3</sup> Para conveniar o município, entre em: <https://www.gov.br/nfse/pt-br/como-conveniar-se/como-conveniar-se>

<sup>4</sup> Informações de 12/05/2023 coletadas no gov.br, no Portal da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica: <https://www.gov.br/nfse/pt-br>





## ISS

Posição	Município	ISS em R\$	População 2022
1º	Vitória	640.014.194,30	322.869
2º	Serra	298.206.479,27	520.649
3º	Vila Velha	260.161.520,67	467.722
4º	Cariacica	122.165.371,57	353.510
5º	Aracruz	102.485.644,97	94.765
6º	Linhares	89.870.556,10	166.786
7º	Cachoeiro de Itapemirim	58.679.324,42	185.784
8º	São Mateus	41.564.696,95	123.750
9º	Guarapari	34.998.798,61	124.656
10º	Colatina	32.627.156,15	119.992
11º	Anchieta	31.804.973,95	29.984
12º	Viana	29.604.587,56	73.423
13º	Alfredo Chaves	9.010.354,38	13.836
14º	Baixo Guandu	8.808.425,56	30.674
15º	Domingos Martins	8.568.927,22	35.416
16º	João Neiva	8.315.502,39	14.079
17º	Conceição da Barra	7.680.924,06	27.458
18º	Venda Nova do Imigrante	7.672.546,76	23.831
19º	Presidente Kennedy	7.653.425,90	13.696
20º	Castelo	7.577.115,18	36.930
21º	Nova Venécia	7.478.581,60	49.065
22º	Jaguaré	7.086.901,90	28.931
23º	Santa Maria de Jetibá	6.615.626,26	41.636
24º	Marataizes	6.531.650,33	41.929
25º	Barra de São Francisco	6.487.950,21	42.498
26º	Itapemirim	6.212.312,58	39.832
27º	Fundão	6.117.871,78	18.014
28º	Alegre	6.026.819,43	29.177
29º	Pinheiros	5.612.971,63	23.915
30º	Marechal Floriano	4.973.331,74	17.641
31º	Santa Teresa	4.109.769,27	22.808
32º	São Gabriel da Palha	3.967.292,38	32.252
33º	Pedro Canário	3.956.217,20	21.522
34º	Guaçuí	3.933.073,89	29.358
35º	Piúma	3.876.801,53	22.300
36º	Montanha	3.726.443,18	18.900
37º	Ibiraçu	3.656.716,62	11.713
38º	Mimoso do Sul	3.522.765,36	24.475
39º	Iúna	3.426.493,38	28.590
40º	Vargem Alta	3.249.070,44	19.563
41º	Iconha	3.109.033,03	12.326
42º	Ibatiba	2.757.850,80	25.380
43º	Pancas	2.749.522,91	18.893
44º	Muniz Freire	2.716.850,20	18.153
45º	Afonso Cláudio	2.694.214,44	30.684
46º	São José do Calçado	2.621.544,36	10.878
47º	Sooretama	2.460.386,51	26.502
48º	Atílio Vivácqua	2.133.845,06	10.540
49º	Rio Novo do Sul	2.106.917,57	11.069
50º	Brejetuba	2.006.459,84	12.985
51º	Vila Valério	1.852.598,16	13.728
52º	Ecoporanga	1.750.279,96	21.992
53º	Rio Bananal	1.644.883,14	19.273
54º	Conceição do Castelo	1.597.401,23	11.937
55º	Santa Leopoldina	1.534.992,51	13.106
56º	Água Branca	1.438.124,24	9.711
57º	São Roque do Canaã	1.297.477,20	10.886
58º	Itarana	1.252.343,86	10.597
59º	Muqui	1.246.219,10	13.745
60º	Jerônimo Monteiro	1.212.210,10	11.575
61º	Itaguaçu	1.191.141,80	13.589
62º	São Domingos do Norte	1.177.510,94	8.589
63º	Boa Esperança	1.151.497,13	13.608
64º	Dores do Rio Preto	1.121.860,02	6.596
65º	Marilândia	1.116.849,19	12.202
66º	Laranja da Terra	1.038.809,22	11.094
67º	Mantenópolis	963.130,31	12.770
68º	Bom Jesus do Norte	901.437,04	10.254
69º	Água Doce do Norte	863.662,76	12.042
70º	Mucurici	852.398,12	5.466
71º	Ibitirama	815.584,32	9.520
72º	Vila Pavão	743.852,67	8.911
73º	Irupi	703.340,53	13.710
74º	Ponto Belo	662.165,74	6.497
75º	Governador Lindenberg	630.196,14	11.009
76º	Apiaçá	523.181,37	7.223
77º	Alto Rio Novo	434.334,40	7.434
78º	Divino de São Lourenço	390.155,88	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>1.963.503.448,48</b>	<b>3.833.486</b>

## ISS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	ISS (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Vitória	1982,27	640.014.194,30	322.869
2º	Aracruz	1081,47	102.485.644,97	94.765
3º	Anchieta	1060,73	31.804.973,95	29.984
4º	Alfredo Chaves	651,23	9.010.354,38	13.836
5º	João Neiva	590,63	8.315.502,39	14.079
6º	Serra	572,76	298.206.479,27	520.649
7º	Presidente Kennedy	558,81	7.653.425,90	13.696
8º	Vila Velha	556,23	260.161.520,67	467.722
9º	Linhares	538,84	89.870.556,10	166.786
10º	Viana	403,21	29.604.587,56	73.423
11º	Cariacica	345,58	122.165.371,57	353.510
12º	Fundão	339,62	6.117.871,78	18.014
13º	São Mateus	335,88	41.564.696,95	123.750
14º	Venda Nova do Imigrante	321,96	7.672.546,76	23.831
15º	Cachoeiro de Itapemirim	315,85	58.679.324,42	185.784
16º	Ibiraçu	312,19	3.656.716,62	11.713
17º	Baixo Guandu	287,16	8.808.425,56	30.674
18º	Marechal Floriano	281,92	4.973.331,74	17.641
19º	Guarapari	280,76	34.998.798,61	124.656
20º	Conceição da Barra	279,73	7.680.924,06	27.458
21º	Colatina	271,91	32.627.156,15	119.992
22º	Iconha	252,23	3.109.033,03	12.326
23º	Jaguaré	244,96	7.086.901,90	28.931
24º	Domingos Martins	241,95	8.568.927,22	35.416
25º	São José do Calçado	241,00	2.621.544,36	10.878
26º	Pinheiros	234,71	5.612.971,63	23.915
27º	Alegre	206,56	6.026.819,43	29.177
28º	Castelo	205,18	7.577.115,18	36.930
29º	Atílio Vivácqua	202,45	2.133.845,06	10.540
30º	Montanha	197,17	3.726.443,18	18.900
31º	Rio Novo do Sul	190,34	2.106.917,57	11.069
32º	Pedro Canário	183,82	3.956.217,20	21.522
33º	Santa Teresa	180,19	4.109.769,27	22.808
34º	Piúma	173,85	3.876.801,53	22.300
35º	Dores do Rio Preto	170,08	1.121.860,02	6.596
36º	Vargem Alta	166,08	3.249.070,44	19.563
37º	Santa Maria de Jetibá	158,89	6.615.626,26	41.636
38º	Itapemirim	155,96	6.212.312,58	39.832
39º	Mucurici	155,95	852.398,12	5.466
40º	Marataizes	155,78	6.531.650,33	41.929
41º	Brejetuba	154,52	2.006.459,84	12.985
42º	Barra de São Francisco	152,66	6.487.950,21	42.498
43º	Nova Venécia	152,42	7.478.581,60	49.065
44º	Muniz Freire	149,66	2.716.850,20	18.153
45º	Água Branca	148,09	1.438.124,24	9.711
46º	Pancas	145,53	2.749.522,91	18.893
47º	Mimoso do Sul	143,93	3.522.765,36	24.475
48º	São Domingos do Norte	137,10	1.177.510,94	8.589
49º	Vila Valério	134,95	1.852.598,16	13.728
50º	Guaçuí	133,97	3.933.073,89	29.358
51º	Conceição do Castelo	133,82	1.597.401,23	11.937
52º	São Gabriel da Palha	123,01	3.967.292,38	32.252
53º	Iúna	119,85	3.426.493,38	28.590
54º	São Roque do Canaã	119,19	1.297.477,20	10.886
55º	Itarana	118,18	1.252.343,86	10.597
56º	Santa Leopoldina	117,12	1.534.992,51	13.106
57º	Ibatiba	108,66	2.757.850,80	25.380
58º	Jerônimo Monteiro	104,73	1.212.210,10	11.575
59º	Ponto Belo	101,92	662.165,74	6.497
60º	Laranja da Terra	93,64	1.038.809,22	11.094
61º	Sooretama	92,84	2.460.386,51	26.502
62º	Marilândia	91,53	1.116.849,19	12.202
63º	Muqui	90,67	1.246.219,10	13.745
64º	Bom Jesus do Norte	87,91	901.437,04	10.254
65º	Afonso Cláudio	87,81	2.694.214,44	30.684
66º	Itaguaçu	87,65	1.191.141,80	13.589
67º	Ibitirama	85,67	815.584,32	9.520
68º	Rio Bananal	85,35	1.644.883,14	19.273
69º	Boa Esperança	84,62	1.151.497,13	13.608
70º	Vila Pavão	83,48	743.852,67	8.911
71º	Ecoporanga	79,59	1.750.279,96	21.992
72º	Divino de São Lourenço	76,76	390.155,88	5.083
73º	Mantenópolis	75,42	963.130,31	12.770
74º	Apiaçá	72,43	523.181,37	7.223
75º	Água Doce do Norte	71,72	863.662,76	12.042
76º	Alto Rio Novo	58,43	434.334,40	7.434
77º	Governador Lindenberg	57,24	630.196,14	11.009
78º	Irupi	51,30	703.340,53	13.710
<b>TOTAL</b>		<b>512,20</b>	<b>1.963.503.448,48</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

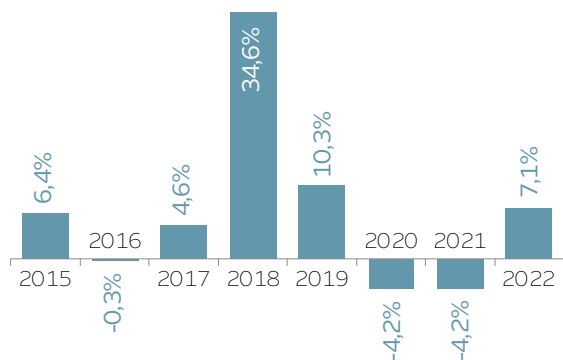
## DESEMPENHO

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do conjunto dos municípios capixabas alcançou

R\$ 554,9 milhões em 2022. A cifra é 7,1% superior à obtida no ano anterior, considerando a correção dos valores pelo IPCA.

### Taxa de crescimento real do IPTU em relação ao ano anterior

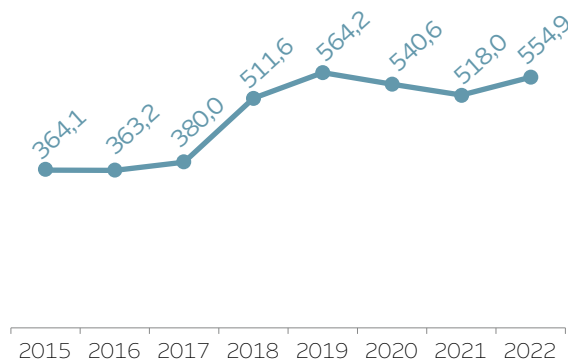
Inclui os dados da dívida ativa a partir de 2018



Entre as quatro maiores cidades do Espírito Santo, Serra registrou o melhor desempenho, com alta de 13,8% na receita de IPTU, totalizando R\$ 106,1 milhões no exercício em relato. Pela primeira vez, o município ultrapassou Vitória e chegou à segunda posição no ranking, ficando atrás apenas de Vila Velha, cujo recolhimento ficou em R\$ 120 milhões, 7% a mais sobre 2021.

### Evolução da arrecadação do IPTU

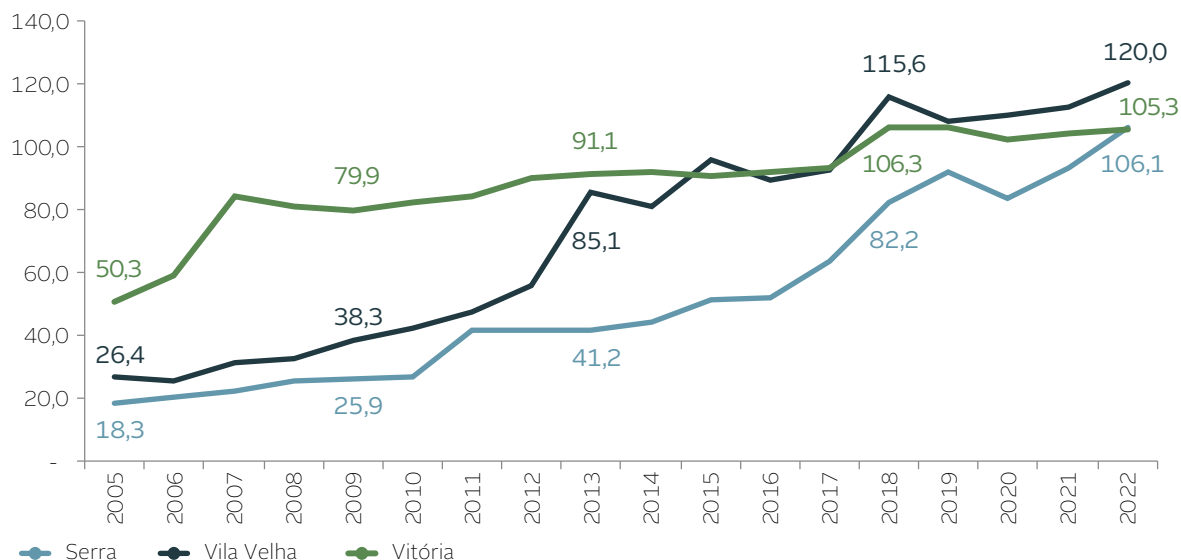
Inclui os dados da dívida ativa a partir de 2018 em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Por outro lado, o comportamento do IPTU da capital experimentou uma tímida expansão de 1,3%, para R\$ 105,3 milhões. Como ilustrado no gráfico abaixo, Vitória, que havia perdido a liderança para Vila Velha no meio da década passada, permanecia na segunda colocação desde 2018 e, em 2022, caiu mais um degrau, sendo desbancada pela Serra e passando a ocupar o terceiro lugar na lista.

### Evolução da arrecadação do IPTU

Em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Destaca-se ainda a trajetória de Cariacica, com crescimento de 23,9% na receita do imposto, que saltou de R\$ 23,4 milhões, em 2021, para R\$ 29 milhões, em 2022. Cachoeiro também apurou um bom resultado, com ampliação de 7,5% na arrecadação, somando R\$ 31,3 milhões com o tributo, enquanto Guarapari marcou um pequeno acréscimo de 1,8%.

Vale ressaltar, que durante o biênio 2019-2020, o município de Anchieta obteve uma receita extraordinária de IPTU, fruto de um acordo celebrado entre a prefeitura e a Samarco Mineração, por meio do qual a empresa concordou em pagar o imposto que estava sendo pleiteado pela administração pública local na Justiça, referente ao período de 1999 a 2018. Como resultado, o balanço do município registrou uma receita de IPTU de R\$ 63,6 milhões, em 2019, e de R\$ 59,4 milhões, em 2020. Tais quantias, já corrigidas pelo IPCA, são cerca de dez vezes superiores ao montante captado em anos típicos, que gira em torno de R\$ 5 milhões a R\$ 7 milhões. Dessa forma, os recursos extraordinários também contribuíram para elevar a soma do recolhimento em 2019 e 2020. Com o retorno à normalidade no biênio seguinte, a receita do

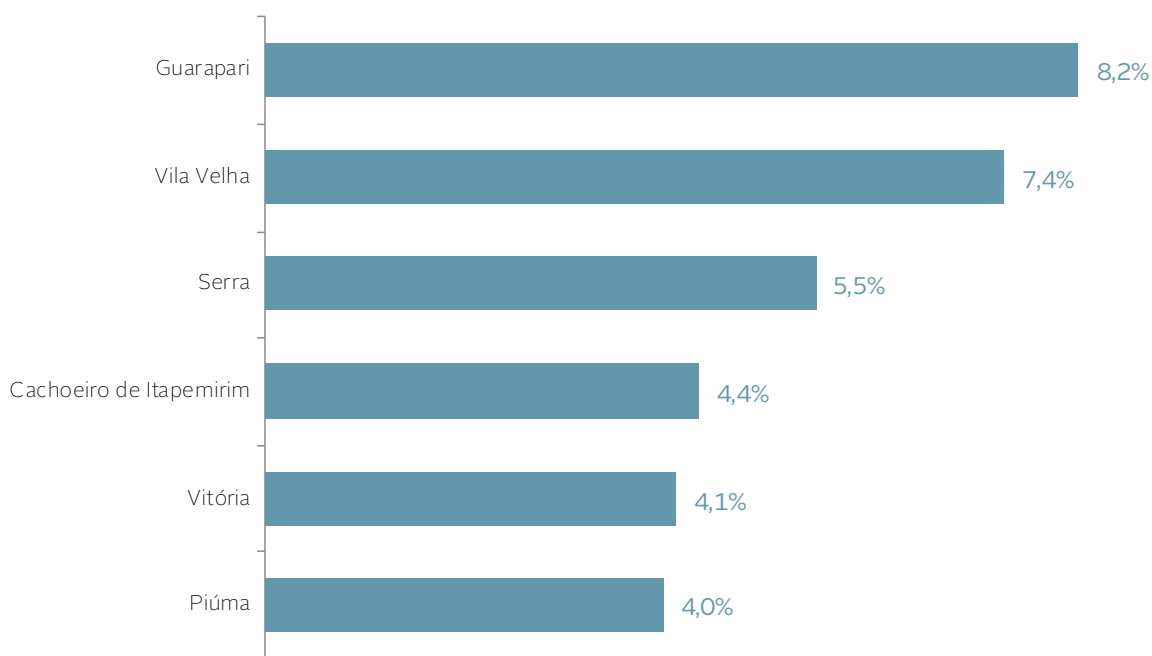
imposto em Anchieta ficou em R\$ 8,3 milhões, em 2021, e em R\$ 10,6 milhões, em 2022.

## PESO NA receita corrente

Como pode ser observado nos gráficos abaixo e na próxima página, a participação do IPTU no orçamento e a arrecadação per capita tendem a ser maiores em cidades mais populosas, com maior grau de desenvolvimento socioeconômico e com forte presença de atividades turísticas em sua economia. Essas características definem a quantidade, o valor e o tipo dos imóveis residenciais, comerciais e industriais existentes em cada município.

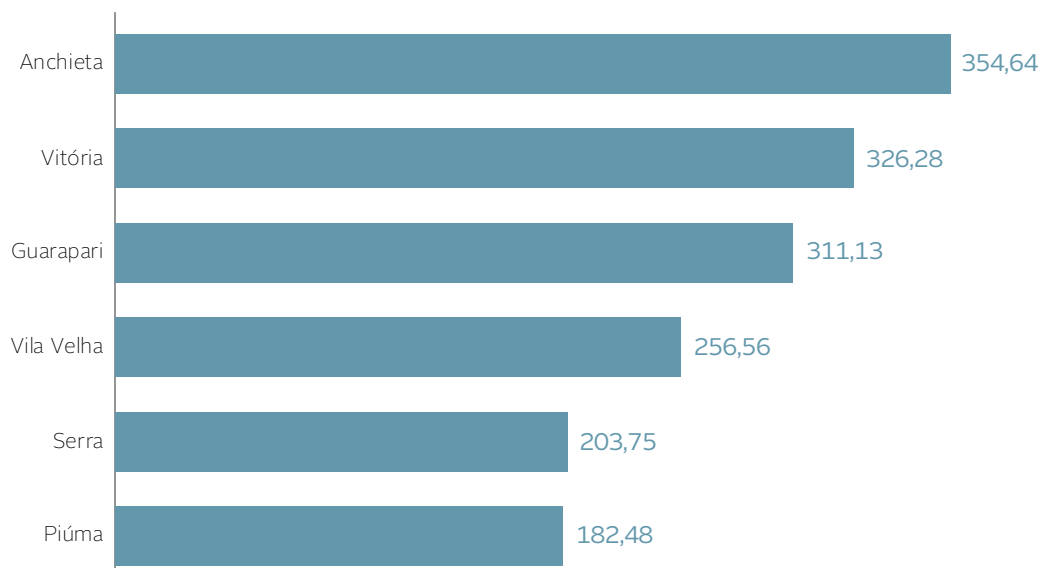
De fato, é possível notar uma grande diferença entre eles. Enquanto em Vila Velha o IPTU representou 7,4% da receita corrente e o recolhimento per capita do imposto chegou a R\$ 256,56, em um pequeno município do Espírito Santo com até 15 mil habitantes, esses mesmos indicadores alcançaram, em média, apenas 0,5% e R\$ 35,45, respectivamente, em 2022.

### Municípios com as maiores participações do IPTU na receita corrente em 2022

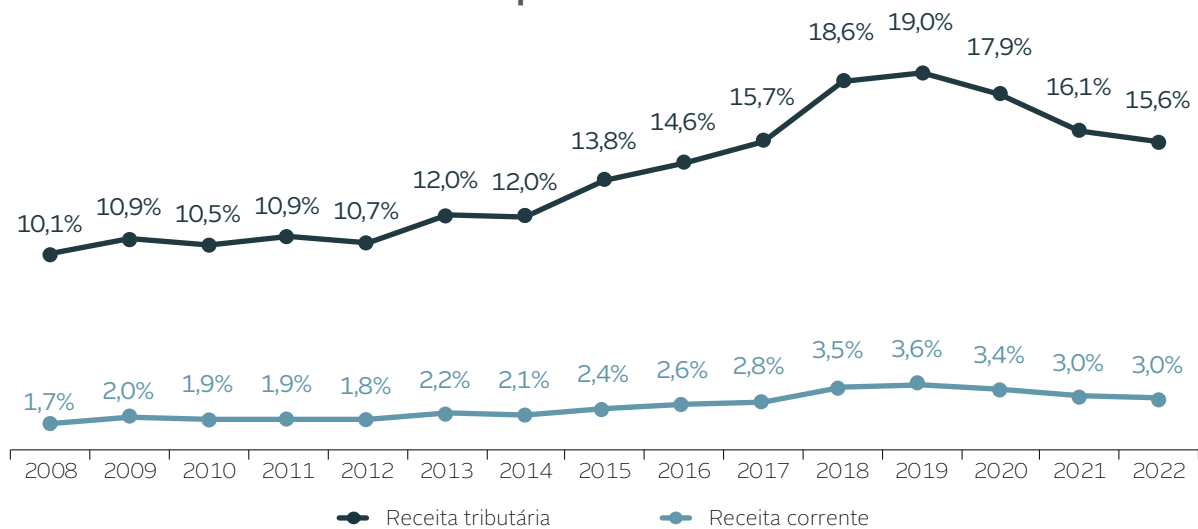


## Municípios com maiores receitas per capita de IPTU em 2022

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2022



## Participação média do IPTU na receita corrente e na receita tributária dos municípios



A partir de 2020, verifica-se uma tendência de queda do peso do IPTU na receita corrente, que se estabiliza em 3% no último biênio (2021-2022). Esse ligeiro recuo reflete o fato de as demais receitas correntes terem crescido num ritmo mais intenso que a arrecadação do IPTU. Em virtude da maior estabilidade da base tributável do IPTU, que é o valor dos

imóveis prediais e territoriais, seu recolhimento realmente sofre menos os efeitos das flutuações da atividade econômica. Em períodos de retração da economia, as receitas provenientes de bases tributáveis mais sensíveis ao ritmo dos negócios, como o ISS (prestação de serviços), o ITBI (venda de imóveis) e o ICMS (venda de mercadorias e alguns serviços),

estão sujeitas a cair de maneira mais intensa que a do IPTU, ocorrendo o inverso em momentos mais favoráveis dos negócios, quando os demais impostos sobem mais.

Por esses motivos, é de se esperar que a relevância do IPTU ascenda em momentos economicamente

delicados e regresse ao patamar médio de longo prazo quando a atividade econômica reacelera. Como fonte estável de receitas, é primordial que as municipalidades mantenham a gestão do tributo com eficiência, entre outras razões, para preservar minimamente o nível de arrecadação em momentos adversos.

## ALÍQUOTA, CADASTRO, PGV e inadimplência

Além dos fatores estruturais que explicam o menor ou maior peso do IPTU nos orçamentos, deve ser considerado que o volume de arrecadação de cada município depende das alíquotas praticadas pela prefeitura, da atualização dos valores dos imóveis, da qualidade do cadastro imobiliário e da taxa de inadimplência. Tais variáveis estão relacionadas à capacidade administrativa e política dos governos na gestão do imposto.

As alíquotas podem ser diferenciadas, conforme o tipo de uso do imóvel, e progressivas, em razão de sua precificação. Não existe um teto legal para os percentuais incidentes, mas estes não podem ser tão elevados a ponto de caracterizarem o confisco do patrimônio do contribuinte.

A Planta Genérica de Valores, conhecida como PGV, por sua vez, serve de base de cálculo para a cobrança do IPTU, e sua atualização tem se mostrado uma das questões mais delicadas para as administrações municipais. Atualizar os valores dos imóveis cadastrados e/ou aumentar as alíquotas é uma tarefa governamental impopular que pode sofrer ampla resistência. No entanto, quanto mais defasada a PGV, mais difícil torna-se o reajuste nos valores dos imóveis que um dia a administração municipal deverá realizar. A solução, em tais casos, pode ser a de estabelecer a correção diluída ao longo de alguns anos, acompanhada de adequada política de comunicação com a população.

É importante também que o município mantenha um cadastro imobiliário atualizado com informações confiáveis sobre os imóveis e os contribuintes, o que não é um trabalho fácil, pois as cidades brasileiras estão em contínuo processo de expansão, e as unidades prediais passam por reformas e ampliações. Por isso,

mostra-se essencial a adoção de procedimentos de atualização que sejam contínuos no tempo para se evitar a defasagem dos dados.

Outro entrave para uma satisfatória performance é a inadimplência. Muitos municípios brasileiros enfrentam altos níveis de inadimplemento no IPTU, recolhendo apenas pequena parcela do valor lançado. Concorre para isso uma série de fatores. Em muitos casos, as administrações lançam o imposto para pessoas com baixa capacidade contributiva que, na verdade, deveriam estar isentas do tributo. Cadastros com informações equivocadas, como endereço incorreto ou ausente, também são um sério obstáculo, pois dificultam a entrega do carnê de pagamento e engrossam a lista de devedores. As medidas para conter a inadimplência vão desde campanhas de conscientização pública quanto à importância do tributo até a adoção de uma política eficaz da cobrança da dívida ativa.

Nesse sentido, é importante a implantação de uma incisiva cobrança administrativa da dívida ativa. Entretanto, a ausência de consequências mais sérias para o contribuinte impede, muitas vezes, que essa modalidade de recuperação dos créditos tributários alcance seus objetivos. O processo judicial também tem suas limitações, sendo a principal delas o grande número de ações de baixo valor que sobrecarregam a Justiça, tornando muita lenta a resolução de cada caso. Nesse contexto, o protesto em cartório e a inscrição no Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) das Certidões da Dívida Ativa têm sido interessantes alternativas adotadas por diversas gestões municipais como modo de desafogar o Judiciário e de agilizar o recebimento dos créditos, sem gerar novos custos para a administração.

## ARRECAÇÃO DO IPTU - 2017-2022

Municípios	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação relativa 2022/2021	Participação 2022		IPTU per capita 2022 em R\$
	em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2022						em %	no total do IPTU	na receita corrente¹	
Afonso Cláudio	890,3	490,8	516,2	433,1	408,3	596,5	46,1	0,1	0,5	19,44
Água Doce do Norte	175,2	383,3	421,0	367,8	508,1	376,1	-26,0	0,1	0,7	31,23
Água Branca	60,2	114,7	148,9	206,5	229,0	468,7	104,7	0,1	0,8	48,26
Alegre	986,6	1.190,3	1.134,2	1.278,9	1.545,1	1.482,8	-4,0	0,3	1,1	50,82
Alfredo Chaves	346,8	462,6	538,7	613,6	750,2	1.060,2	41,3	0,2	1,3	76,63
Alto Rio Novo	42,6	135,8	103,9	183,0	95,9	86,7	-9,6	0,0	0,2	11,67
Anchieta	5.387,0	7.616,1	63.597,6	59.446,6	8.319,0	10.633,5	27,8	1,9	3,8	354,64
Apiacá	166,7	257,9	227,6	252,7	259,7	266,7	2,7	0,0	0,7	36,92
Aracruz	7.860,3	12.080,3	13.306,7	12.980,8	16.476,9	16.806,5	2,0	3,0	2,4	177,35
Atílio Vivácqua	168,6	185,6	236,9	192,2	153,6	116,4	-24,2	0,0	0,2	11,04
Baixo Guandu	596,2	1.242,7	1.300,2	1.721,3	2.316,1	2.168,3	-6,4	0,4	1,5	70,69
Barra de São Francisco	1.624,1	2.997,4	3.348,8	3.280,2	3.549,9	3.451,0	-2,8	0,6	2,0	81,20
Boa Esperança	158,8	192,7	211,0	220,4	236,2	224,6	-4,9	0,0	0,3	16,50
Bom Jesus do Norte	171,0	504,6	270,5	271,2	272,7	287,3	5,4	0,1	0,6	28,02
Brejetuba	313,1	405,2	373,1	395,8	500,7	367,4	-26,6	0,1	0,6	28,30
Cachoeiro de Itapemirim	20.261,7	30.239,4	28.753,2	28.214,6	29.123,5	31.309,6	7,5	5,6	4,4	168,53
Cariacica	15.574,2	29.002,0	25.961,9	21.206,9	23.379,1	28.968,8	23,9	5,2	2,5	81,95
Castelo	1.410,5	1.816,5	2.067,8	1.854,1	2.238,1	2.012,6	-10,1	0,4	1,2	54,50
Colatina	5.137,1	7.479,3	7.823,3	7.219,7	7.573,1	8.010,3	5,8	1,4	1,5	66,76
Conceição da Barra	818,0	1.045,1	1.316,2	1.226,9	1.134,0	1.443,8	27,3	0,3	0,9	52,58
Conceição do Castelo	463,6	500,8	527,7	569,9	592,0	638,9	7,9	0,1	1,1	53,52
Divino de São Lourenço	103,0	147,6	146,0	146,6	129,2	235,7	82,3	0,0	0,8	46,36
Domingos Martins	1.026,1	1.696,3	2.088,2	2.207,6	2.389,2	2.993,0	25,3	0,5	1,6	84,51
Dores do Rio Preto	322,6	458,0	490,7	402,9	513,1	409,5	-20,2	0,1	0,9	62,08
Ecoporanga	159,2	497,3	690,2	477,8	326,8	301,2	-7,8	0,1	0,3	13,69
Fundão	613,8	1.025,0	1.255,2	1.280,8	2.020,8	3.090,8	53,0	0,6	3,0	171,58
Governador Lindenberg	110,4	151,5	157,6	142,9	164,1	154,6	-5,8	0,0	0,3	14,05
Guaçuí	1.408,1	2.120,8	2.637,2	2.393,0	2.400,0	2.413,1	0,5	0,4	1,9	82,19
Guarapari	27.721,0	40.623,8	40.033,7	38.437,0	38.095,3	38.784,7	1,8	7,0	8,2	311,13
Ibatiba	157,9	423,7	594,8	344,0	351,7	368,9	4,9	0,1	0,4	14,54
Ibiraçu	431,3	365,4	406,5	340,4	380,8	341,1	-10,4	0,1	0,5	29,13
Ibitirama	86,4	108,5	124,1	118,7	171,4	166,7	-2,7	0,0	0,4	17,51
Iconha	810,5	1.081,1	1.019,3	875,9	965,3	1.107,8	14,8	0,2	1,6	89,87
Irupi	36,2	143,6	120,6	103,9	223,7	115,3	-48,5	0,0	0,2	8,41
Itaguaçu	348,8	430,1	469,5	475,1	443,3	446,2	0,7	0,1	0,7	32,83
Itapemirim	1.499,4	2.534,2	2.469,7	2.286,0	2.773,1	2.708,2	-2,3	0,5	0,6	67,99
Itarana	195,9	215,5	236,0	336,2	318,3	356,4	12,0	0,1	0,7	33,64
Iúna	383,3	555,8	489,5	436,2	479,9	236,6	-50,7	0,0	0,2	8,27
Jaguaré	365,3	569,8	493,8	523,0	673,7	631,2	-6,3	0,1	0,4	21,82
Jerônimo Monteiro	485,9	625,8	659,4	777,5	854,6	884,6	3,5	0,2	1,6	76,42
João Neiva	193,7	263,5	330,4	360,6	683,0	742,5	8,7	0,1	0,7	52,74
Laranja da Terra	84,3	81,0	148,5	150,6	154,7	128,3	-17,0	0,0	0,2	11,57
Linhares	8.701,7	12.071,2	13.177,9	12.485,8	15.556,5	15.310,5	-1,6	2,8	1,6	91,80
Mantenópolis	333,7	565,9	571,6	720,8	641,3	819,0	27,7	0,1	1,4	64,14
Marataizes	2.408,3	4.664,3	4.814,5	4.490,6	5.030,5	5.232,3	4,0	0,9	1,3	124,79
Marechal Floriano	362,1	534,4	672,4	671,5	754,2	694,5	-7,9	0,1	0,7	39,37
Marilândia	297,8	331,2	332,6	396,5	539,8	525,5	-2,7	0,1	0,9	43,06
Mimoso do Sul	699,2	987,2	1.047,5	1.095,7	1.192,0	1.119,4	-6,1	0,2	1,0	45,74
Montanha	136,1	140,4	135,1	110,2	122,9	137,8	12,1	0,0	0,2	7,29
Mucurici	51,9	153,3	83,2	73,3	130,7	110,7	-15,3	0,0	0,3	20,25
Muniz Freire	752,2	943,6	964,3	599,4	843,7	1.103,2	30,8	0,2	1,2	60,77
Muqui	282,9	382,9	416,3	889,4	534,9	461,4	-13,7	0,1	0,8	33,57
Nova Venécia	1.126,3	1.707,9	1.697,1	1.617,0	1.802,6	2.108,7	17,0	0,4	1,0	42,98
Pancas	301,2	627,3	427,4	397,9	487,8	844,5	73,1	0,2	1,1	44,70
Pedro Canário	235,8	464,7	610,7	629,6	783,6	847,5	8,2	0,2	0,9	39,38
Pinheiros	108,3	256,8	219,4	185,0	268,4	215,0	-19,9	0,0	0,2	8,99
Piúma	2.531,1	3.610,1	4.102,4	3.695,0	4.052,0	4.069,3	0,4	0,7	4,0	182,48
Ponto Belo	88,3	142,2	111,9	76,1	51,9	43,2	-16,8	0,0	0,1	6,65
Presidente Kennedy	545,3	6.157,3	768,0	884,5	987,1	778,9	-21,1	0,1	0,1	56,87
Rio Bananal	340,4	532,8	557,1	566,4	600,1	575,9	-4,0	0,1	0,5	29,88
Rio Novo do Sul	355,3	457,5	505,9	482,4	484,9	476,2	-1,8	0,1	0,8	43,02
Santa Leopoldina	60,0	121,4	141,7	141,7	120,7	141,4	17,1	0,0	0,2	10,79
Santa Maria de Jetibá	478,4	754,5	785,8	728,5	741,1	1.392,3	87,9	0,3	0,7	33,44
Santa Teresa	1.100,4	1.293,5	1.376,8	1.357,9	1.395,0	1.430,3	2,5	0,3	1,2	62,71
São Domingos do Norte	127,5	171,6	160,0	177,2	187,5	199,9	6,6	0,0	0,4	23,27
São Gabriel da Palha	805,0	848,0	910,4	891,0	872,8	894,0	2,4	0,2	0,6	27,72
São José do Calçado	350,8	626,2	561,2	548,2	606,2	589,3	-2,8	0,1	0,8	54,17
São Mateus	2.231,5	4.005,5	3.730,6	3.555,3	4.014,9	3.749,9	-6,6	0,7	0,9	30,30
São Roque do Canaã	77,0	92,9	103,2	106,4	111,8	123,7	10,6	0,0	0,3	11,36
Serra	63.663,4	82.177,5	91.751,2	83.519,8	93.249,3	106.083,1	13,8	19,1	5,5	203,75
Sooretama	120,2	203,9	197,3	236,1	226,1	353,4	56,3	0,1	0,3	13,34
Vargem Alta	227,1	565,5	624,8	611,0	740,0	634,7	-14,2	0,1	0,7	32,45
Venda Nova do Imigrante	732,4	971,2	982,0	1.024,3	981,0	1.163,6	18,6	0,2	1,0	48,83
Viana	5.981,8	10.409,8	10.146,8	10.100,0	9.314,8	9.660,7	3,7	1,7	2,5	131,58
Vila Pavão	128,8	219,8	213,4	205,7	257,4	257,8	0,2	0,0	0,6	28,93
Vila Valério	22,6	22,9	31,6	31,9	48,0	34,0	-29,1	0,0	0,0	2,48
Vila Velha	92.267,9	115.612,1	107.780,7	110.087,2	112.140,1	119.997,4	7,0	21,6	7,4	256,56
Vitória	92.822,6	106.279,0	106.246,7	102.420,3	103.992,0	105.344,7	1,3	19,0	4,1	326,28
<b>TOTAL</b>	<b>380.011,2</b>	<b>511.567,4</b>	<b>564.205,7</b>	<b>540.562,7</b>	<b>518.037,1</b>	<b>554.916,7</b>	<b>7,1</b>	<b>100,0</b>	<b>3,0</b>	<b>144,76</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Nota: ¹receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 3).

## IPTU

Posição	Município	IPTU em R\$	População 2022
1º	Vila Velha	119.997.387,25	467.722
2º	Serra	106.083.110,09	520.649
3º	Vitória	105.344.740,38	322.869
4º	Guarapari	38.784.715,60	124.656
5º	Cachoeiro de Itapemirim	31.309.637,49	185.784
6º	Cariacica	28.968.772,97	353.510
7º	Aracruz	16.806.525,44	94.765
8º	Linhares	15.310.489,27	166.786
9º	Anchieta	10.633.538,21	29.984
10º	Viana	9.660.659,71	73.423
11º	Colatina	8.010.315,94	119.992
12º	Marataizes	5.232.270,85	41.929
13º	Piúma	4.069.290,72	22.300
14º	São Mateus	3.749.886,60	123.750
15º	Barra de São Francisco	3.450.954,81	42.498
16º	Fundão	3.090.776,77	18.014
17º	Domingos Martins	2.993.040,11	35.416
18º	Itapemirim	2.708.153,05	39.832
19º	Guaçuí	2.413.078,87	29.358
20º	Baixo Guandu	2.168.271,95	30.674
21º	Nova Venécia	2.108.719,83	49.065
22º	Castelo	2.012.588,63	36.930
23º	Alegre	1.482.849,73	29.177
24º	Conceição da Barra	1.443.757,96	27.458
25º	Santa Teresa	1.430.276,90	22.808
26º	Santa Maria de Jetibá	1.392.318,54	41.636
27º	Venda Nova do Imigrante	1.163.600,08	23.831
28º	Mimoso do Sul	1.119.412,48	24.475
29º	Iconha	1.107.761,72	12.326
30º	Muniz Freire	1.103.210,73	18.153
31º	Alfredo Chaves	1.060.193,41	13.836
32º	São Gabriel da Palha	894.036,50	32.252
33º	Jerônimo Monteiro	884.559,44	11.575
34º	Pedro Canário	847.544,31	21.522
35º	Pancas	844.541,52	18.893
36º	Mantenópolis	819.022,47	12.770
37º	Presidente Kennedy	778.901,74	13.696
38º	João Neiva	742.473,79	14.079
39º	Marechal Floriano	694.503,53	17.641
40º	Conceição do Castelo	638.857,66	11.937
41º	Vargem Alta	634.723,91	19.563
42º	Jaguaré	631.201,56	28.931
43º	Afonso Cláudio	596.480,54	30.684
44º	São José do Calçado	589.299,05	10.878
45º	Rio Bananal	575.900,67	19.273
46º	Marilândia	525.470,13	12.202
47º	Rio Novo do Sul	476.167,36	11.069
48º	Águia Branca	468.701,13	9.711
49º	Muqui	461.406,79	13.745
50º	Itaguaçu	446.170,41	13.589
51º	Dores do Rio Preto	409.474,32	6.596
52º	Água Doce do Norte	376.085,21	12.042
53º	Ibatiba	368.941,76	25.380
54º	Brejetuba	367.414,48	12.985
55º	Itarana	356.430,67	10.597
56º	Sooretama	353.444,13	26.502
57º	Ibiraçu	341.143,58	11.713
58º	Ecoporanga	301.178,44	21.992
59º	Bom Jesus do Norte	287.310,57	10.254
60º	Apiacá	266.697,62	7.223
61º	Vila Pavão	257.776,92	8.911
62º	Íluna	236.572,88	28.590
63º	Divino de São Lourenço	235.663,95	5.083
64º	Boa Esperança	224.574,97	13.608
65º	Pinheiros	215.024,26	23.915
66º	São Domingos do Norte	199.873,86	8.589
67º	Ibitirama	166.714,66	9.520
68º	Governador Lindenberg	154.632,13	11.009
69º	Santa Leopoldina	141.392,00	13.106
70º	Montanha	137.750,43	18.900
71º	Laranja da Terra	128.326,79	11.094
72º	São Roque do Canaã	123.718,97	10.886
73º	Atílio Vivacqua	116.414,01	10.540
74º	Irupi	115.281,25	13.710
75º	Mucurici	110.705,19	5.466
76º	Alto Rio Novo	86.718,54	7.434
77º	Ponto Belo	43.196,78	6.497
78º	Vila Valério	34.012,27	13.728
<b>TOTAL</b>		<b>554.916.739,24</b>	<b>3.833.486</b>

## IPTU PER CAPITA

Posição	Município	A / B	IPTU (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Anchieta	354,64	10.633.538,21	29.984
2º	Vitória	326,28	105.344.740,38	322.869
3º	Guarapari	311,13	38.784.715,60	124.656
4º	Vila Velha	256,56	119.997.387,25	467.722
5º	Serra	203,75	106.083.110,09	520.649
6º	Piúma	182,48	4.069.290,72	22.300
7º	Aracruz	177,35	16.806.525,44	94.765
8º	Fundão	171,58	3.090.776,77	18.014
9º	Cachoeiro de Itapemirim	168,53	31.309.637,49	185.784
10º	Viana	131,58	9.660.659,71	73.423
11º	Marataizes	124,79	5.232.270,85	41.929
12º	Linhares	91,80	15.310.489,27	166.786
13º	Iconha	89,87	1.107.761,72	12.326
14º	Domingos Martins	84,51	2.993.040,11	35.416
15º	Guaçuí	82,19	2.413.078,87	29.358
16º	Cariacica	81,95	28.968.772,97	353.510
17º	Barra de São Francisco	81,20	3.450.954,81	42.498
18º	Alfredo Chaves	76,63	1.060.193,41	13.836
19º	Jerônimo Monteiro	76,42	884.559,44	11.575
20º	Baixo Guandu	70,69	2.168.271,95	30.674
21º	Itapemirim	67,99	2.708.153,05	39.832
22º	Colatina	66,76	8.010.315,94	119.992
23º	Mantenópolis	64,14	819.022,47	12.770
24º	Santa Teresa	62,71	1.430.276,90	22.808
25º	Dores do Rio Preto	62,08	409.474,32	6.596
26º	Muniz Freire	60,77	1.103.210,73	18.153
27º	Presidente Kennedy	56,87	778.901,74	13.696
28º	Castelo	54,50	2.012.588,63	36.930
29º	São José do Calçado	54,17	589.299,05	10.878
30º	Conceição do Castelo	53,52	638.857,66	11.937
31º	João Neiva	52,74	742.473,79	14.079
32º	Conceição da Barra	52,58	1.443.757,96	27.458
33º	Alegre	50,82	1.482.849,73	29.177
34º	Venda Nova do Imigrante	48,83	1.163.600,08	23.831
35º	Águia Branca	48,26	468.701,13	9.711
36º	Divino de São Lourenço	46,36	235.663,95	5.083
37º	Mimoso do Sul	45,74	1.119.412,48	24.475
38º	Pancas	44,70	844.541,52	18.893
39º	Marilândia	43,06	525.470,13	12.202
40º	Rio Novo do Sul	43,02	476.167,36	11.069
41º	Nova Venécia	42,98	2.108.719,83	49.065
42º	Pedro Canário	39,38	847.544,31	21.522
43º	Marechal Floriano	39,37	694.503,53	17.641
44º	Apiacá	36,92	266.697,62	7.223
45º	Itarana	33,64	356.430,67	10.597
46º	Muqui	33,57	461.406,79	13.745
47º	Santa Maria de Jetibá	33,44	1.392.318,54	41.636
48º	Itaguaçu	32,83	446.170,41	13.589
49º	Vargem Alta	32,45	634.723,91	19.563
50º	Água Doce do Norte	31,23	376.085,21	12.042
51º	São Mateus	30,30	3.749.886,60	123.750
52º	Rio Bananal	29,88	575.900,67	19.273
53º	Ibiraçu	29,13	341.143,58	11.713
54º	Vila Pavão	28,93	257.776,92	8.911
55º	Brejetuba	28,30	367.414,48	12.985
56º	Bom Jesus do Norte	28,02	287.310,57	10.254
57º	São Gabriel da Palha	27,72	894.036,50	32.252
58º	São Domingos do Norte	23,27	199.873,86	8.589
59º	Jaguaré	21,82	631.201,56	28.931
60º	Mucurici	20,25	110.705,19	5.466
61º	Afonso Cláudio	19,44	596.480,54	30.684
62º	Ibitirama	17,51	166.714,66	9.520
63º	Boa Esperança	16,50	224.574,97	13.608
64º	Ibatiba	14,54	368.941,76	25.380
65º	Governador Lindenberg	14,05	154.632,13	11.009
66º	Ecoporanga	13,69	301.178,44	21.992
67º	Sooretama	13,34	353.444,13	26.502
68º	Alto Rio Novo	11,67	86.718,54	7.434
69º	Laranja da Terra	11,57	128.326,79	11.094
70º	São Roque do Canaã	11,36	123.718,97	10.886
71º	Atílio Vivacqua	11,04	116.414,01	10.540
72º	Santa Leopoldina	10,79	141.392,00	13.106
73º	Pinheiros	8,99	215.024,26	23.915
74º	Irupi	8,41	115.281,25	13.710
75º	Íluna	8,27	236.572,88	28.590
76º	Montanha	7,29	137.750,43	18.900
77º	Ponto Belo	6,65	43.196,78	6.497
78º	Vila Valério	2,48	34.012,27	13.728
<b>TOTAL</b>		<b>144,76</b>	<b>554.916.739,24</b>	<b>3.833.486</b>

RANKING 2022

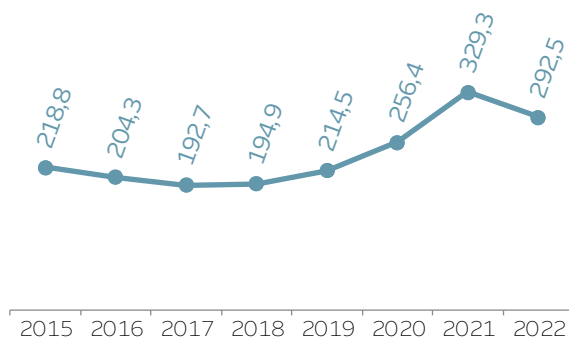
Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## DESEMPENHO

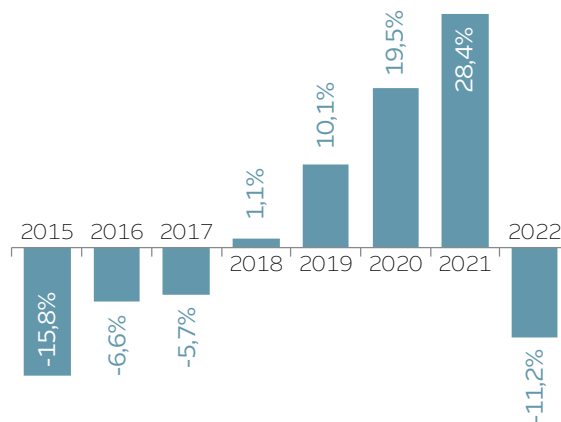
Após quatro anos de expansão, a arrecadação conjunta do ITBI dos municípios capixabas sofreu um revés de 11,2%, em valores corrigidos pelo IPCA, passando de R\$ 329,3 milhões, em 2021, para R\$ 292,5 milhões, em 2022. Ainda assim, o total auferido em 2022 supera o recolhimento de todos os exercícios anteriores, à exceção de 2021, quando foi registrado o melhor desempenho do imposto desde 1998, ano em que teve início a série de dados organizada por **Finanças dos Municípios Capixabas**.

### Evolução da arrecadação do ITBI

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio 2022



### Taxa de crescimento real do ITBI em relação ao ano anterior



Vitória, que até então desfrutava de uma posição relativamente confortável na liderança do ranking estadual da receita de ITBI, apurou apenas R\$ 317 mil a mais que Vila Velha, segunda colocada. Em 2022, a capital acusou uma queda de 17,7%, somando R\$ 62,8 milhões. Por outro lado, Vila Velha apresentou um recuo menos acentuado, com uma perda de 12,2%, alcançando R\$ 62,5 milhões, montante bem próximo ao da capital.

### Arrecadação do ITBI de Vitória e Vila Velha

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Dos cinco maiores polos de arrecadação, somente Linhares obteve um resultado positivo. Com incremento de 13,6%, seu recolhimento saltou de R\$ 11,1 milhões para R\$ 12,6 milhões entre 2021 e 2022. Nos municípios de Serra e de Guarapari, as baixas foram de 11,6% e 4,0%, respectivamente. Mas, mesmo assim, o desempenho destas duas últimas cidades é superior àqueles anotados antes de 2021.



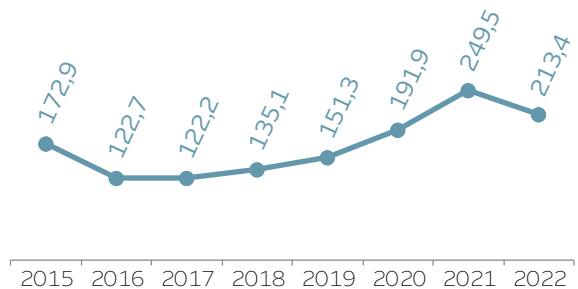
Em Cariacica, a retração da receita de ITBI em 51% foi a mais expressiva entre os maiores municípios capixabas, em termos percentuais. No entanto, a arrecadação de R\$ 6,5 milhões em 2022 foi praticamente igual à de 2019 e 12% acima da observada em 2020. Ressalta-se que, em 2021, a captação do tributo na cidade foi excepcionalmente elevada e mais que duplicou (129%) em relação ao ano anterior. Dessa forma, em 2022, a performance voltou ao patamar constatado nos últimos anos.

A redução no recolhimento do ITBI reflete o arrefecimento do mercado imobiliário. Em 2022, o volume de recursos tomados nas instituições financeiras para a aquisição de imóveis caiu 14,5%, atingindo R\$ 213,42 bilhões – R\$ 36,06 bilhões a menos que no ano anterior. A menor demanda por financiamento é reflexo da disparada das taxas de

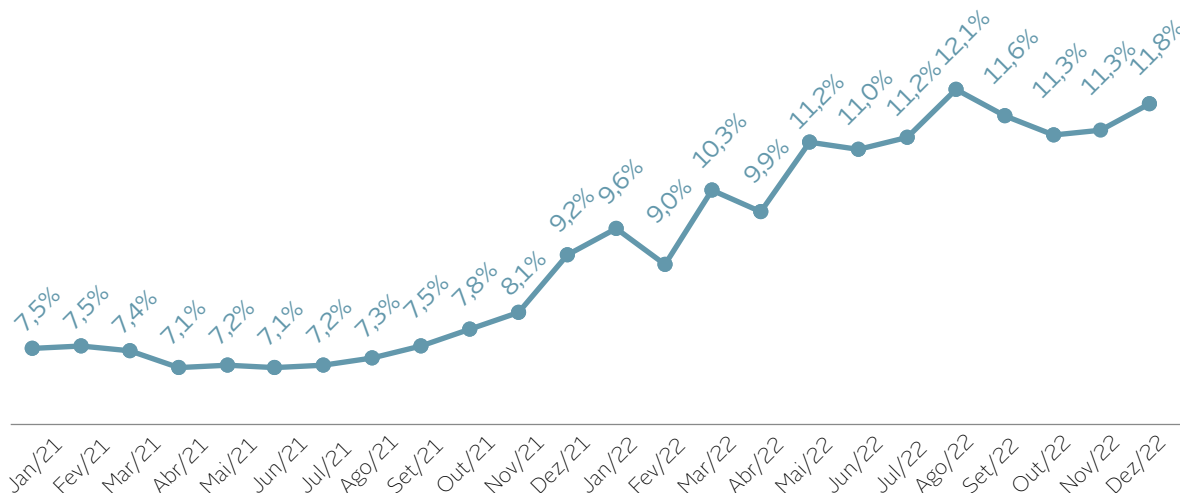
juros promovida pelo Banco Central desde o início de 2022, visando a conter o recrudescimento da inflação.

### Evolução dos financiamentos imobiliários no Brasil

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Evolução mensal da taxa de juros no Sistema Financeiro de Habitação para pessoa física



Outro fator importante que atua para inibir a arrecadação do ITBI diz respeito à regularização imobiliária. Imóveis sem escritura muitas vezes acabam sendo transacionados por meio dos chamados contratos de gaveta, operações sobre as quais a administração municipal vê-se impossibilitada de cobrar tal tributo. Além disso, essa lacuna nos registros não permite que o comprador tenha acesso a linhas de crédito pelo sistema bancário, o que reduz a possibilidade de efetivação da transação, minando o potencial arrecadatório do imposto.

## PESO NA receita corrente

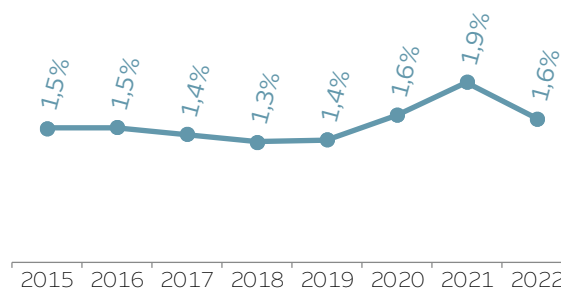
Após atingir 1,9% em 2021, o peso do ITBI no conjunto da receita corrente dos municípios capixabas contraiu-se para 1,6%, em 2022. Por incidir sobre transações imobiliárias, o tributo tende a ter maior representatividade no orçamento de municípios que detêm um vasto estoque de imóveis e, especialmente, naquelas regiões de forte valorização imobiliária e dinamismo econômico.

No Estado, as localidades que computam um peso maior do ITBI na receita corrente são Guarapari

(4,9%), Vila Velha (3,9%), Vitória (2,5%) e Serra (2,4%). As quatro cidades possuem uma grande quantidade de imóveis residenciais, comerciais e industriais para atender a sua população e sua economia. No caso de Guarapari, o turismo intensifica ainda mais essa disponibilidade imobiliária para contemplar o fluxo de visitantes.

Em que pese o ITBI ter ganhado espaço maior na receita corrente nos últimos anos e exercer grande influência nos grandes municípios, em linhas gerais trata-se de uma fonte de recursos pouco relevante para o orçamento da maioria das cidades capixabas. Em 58 dos 78 municípios do Espírito Santo, ou seja, em cerca de 75% do total, o tributo contribuiu com menos de 1% da receita corrente.

### Participação do ITBI na receita corrente



# SERRA

## CAMPEÃ NA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO ESPÍRITO SANTO.

SÃO MAIS 1.857 NOVAS OPORTUNIDADES PARA O CIDADÃO SERRANO SER MAIS FELIZ AQUI.

A Serra não para de avançar e se desenvolver. Em maio, a cidade foi a campeã na geração de empregos em um único mês em todo o Estado. Ao todo, 1.857 novas oportunidades de emprego foram criadas no município, segundo o CAGED\*. Esse desempenho é resultado do esforço, da política de incentivos e dos investimentos da Prefeitura em infraestrutura, educação e saúde, possibilitando que o município atraia mais negócios e crie novos postos de trabalho, gerando mais emprego e renda para os cidadãos serranos.



PREFEITURA MUNICIPAL DA

# SERRA



## ITBI

Posição	Município	ITBI em R\$	População 2022
1º	Vitória	62.821.364,50	322.869
2º	Vila Velha	62.504.569,20	467.722
3º	Serra	46.952.106,55	520.649
4º	Guarapari	23.069.027,52	124.656
5º	Linhares	12.621.355,70	166.786
6º	Cachoeiro de Itapemirim	7.623.101,60	185.784
7º	Cariacica	6.521.958,68	353.510
8º	Aracruz	6.280.777,33	94.765
9º	Colatina	5.785.662,09	119.992
10º	São Mateus	5.474.961,99	123.750
11º	Viana	3.531.669,50	73.423
12º	Anchieta	3.195.052,99	29.984
13º	Domingos Martins	2.678.629,03	35.416
14º	Nova Venécia	2.667.008,58	49.065
15º	Santa Teresa	2.046.124,54	22.808
16º	Castelo	1.862.576,24	36.930
17º	Barra de São Francisco	1.763.718,05	42.498
18º	Ecoporanga	1.752.389,53	21.992
19º	Fundão	1.660.678,32	18.014
20º	Marataízes	1.582.233,99	41.929
21º	Montanha	1.513.414,60	18.900
22º	Baixo Guandu	1.270.094,82	30.674
23º	Itapemirim	1.191.417,41	39.832
24º	São Gabriel da Palha	1.153.078,64	32.252
25º	Jaguaré	1.151.614,40	28.931
26º	Santa Maria de Jetibá	1.057.406,38	41.636
27º	Marechal Floriano	1.041.402,34	17.641
28º	Afonso Cláudio	999.848,93	30.684
29º	Venda Nova do Imigrante	993.388,21	23.831
30º	Piúma	941.335,10	22.300
31º	Iúna	907.596,19	28.590
32º	Sooretama	835.841,53	26.502
33º	Pinheiros	835.023,55	23.915
34º	Guaçuí	808.936,61	29.358
35º	Alegre	767.081,07	29.177
36º	Muniz Freire	699.738,28	18.153
37º	Alfredo Chaves	677.140,52	13.836
38º	Pedro Canário	659.412,28	21.522
39º	Ponto Belo	653.887,48	6.497
40º	Mucurici	633.825,36	5.466
41º	Pancas	563.320,92	18.893
42º	Conceição da Barra	514.064,14	27.458
43º	Santa Leopoldina	480.460,67	13.106
44º	Rio Bananal	475.158,97	19.273
45º	Mantenópolis	468.852,78	12.770
46º	Presidente Kennedy	464.634,18	13.696
47º	Vargem Alta	449.340,12	19.563
48º	João Neiva	446.773,71	14.079
49º	Itaguaçu	442.117,35	13.589
50º	Boa Esperança	434.312,40	13.608
51º	Vila Valério	355.560,30	13.728
52º	Conceição do Castelo	345.381,26	11.937
53º	Vila Pavão	339.282,47	8.911
54º	Mimoso do Sul	336.504,77	24.475
55º	Brejetuba	327.803,12	12.985
56º	Ibitirama	325.807,39	9.520
57º	Itarana	324.313,33	10.597
58º	Irupi	317.875,78	13.710
59º	Ibiraçu	302.267,31	11.713
60º	Governador Lindenberg	294.120,19	11.009
61º	Laranja da Terra	280.980,05	11.094
62º	Divino de São Lourenço	271.390,03	5.083
63º	São Roque do Canaã	262.326,15	10.886
64º	Jerônimo Monteiro	247.834,30	11.575
65º	Muqui	223.041,77	13.745
66º	São José do Calçado	222.225,58	10.878
67º	Apiacá	210.477,57	7.223
68º	Marilândia	209.103,67	12.202
69º	Água Doce do Norte	202.353,16	12.042
70º	São Domingos do Norte	194.165,21	8.589
71º	Atílio Vivácqua	176.722,70	10.540
72º	Ibatiba	166.044,64	25.380
73º	Alto Rio Novo	164.104,16	7.434
74º	Iconha	150.412,23	12.326
75º	Dores do Rio Preto	142.879,90	6.596
76º	Bom Jesus do Norte	128.192,90	10.254
77º	Rio Novo do Sul	96.425,03	11.069
78º	Águia Branca	2.500,00	9.711
<b>TOTAL</b>		<b>292.545.579,84</b>	<b>3.833.486</b>

## ITBI PER CAPITA

Posição	Município	A / B	ITBI (A)	População
			em R\$	2022 (B)
1º	Vitória	194,57	62.821.364,50	322.869
2º	Guarapari	185,06	23.069.027,52	124.656
3º	Vila Velha	133,64	62.504.569,20	467.722
4º	Mucurici	115,96	633.825,36	5.466
5º	Anchieta	106,56	3.195.052,99	29.984
6º	Ponto Belo	100,64	653.887,48	6.497
7º	Fundão	92,19	1.660.678,32	18.014
8º	Serra	90,18	46.952.106,55	520.649
9º	Santa Teresa	89,71	2.046.124,54	22.808
10º	Montanha	80,07	1.513.414,60	18.900
11º	Ecoporanga	79,68	1.752.389,53	21.992
12º	Linhares	75,67	12.621.355,70	166.786
13º	Domingos Martins	75,63	2.678.629,03	35.416
14º	Aracruz	66,28	6.280.777,33	94.765
15º	Marechal Floriano	59,03	1.041.402,34	17.641
16º	Nova Venécia	54,36	2.667.008,58	49.065
17º	Divino de São Lourenço	53,39	271.390,03	5.083
18º	Castelo	50,44	1.862.576,24	36.930
19º	Alfredo Chaves	48,94	677.140,52	13.836
20º	Colatina	48,22	5.785.662,09	119.992
21º	Viana	48,10	3.531.669,50	73.423
22º	São Mateus	44,24	5.474.961,99	123.750
23º	Piúma	42,21	941.335,10	22.300
24º	Venda Nova do Imigrante	41,68	993.388,21	23.831
25º	Barra de São Francisco	41,50	1.763.718,05	42.498
26º	Baixo Guandu	41,41	1.270.094,82	30.674
27º	Cachoeiro de Itapemirim	41,03	7.623.101,60	185.784
28º	Jaguaré	39,81	1.151.614,40	28.931
29º	Muniz Freire	38,55	699.738,28	18.153
30º	Vila Pavão	38,07	339.282,47	8.911
31º	Marataízes	37,74	1.582.233,99	41.929
32º	Mantenópolis	36,72	468.852,78	12.770
33º	Santa Leopoldina	36,66	480.460,67	13.106
34º	São Gabriel da Palha	35,75	1.153.078,64	32.252
35º	Pinheiros	34,92	835.023,55	23.915
36º	Ibitirama	34,22	325.807,39	9.520
37º	Presidente Kennedy	33,92	464.634,18	13.696
38º	Afonso Cláudio	32,59	999.848,93	30.684
39º	Itaguaçu	32,53	442.117,35	13.589
40º	Boa Esperança	31,92	434.312,40	13.608
41º	Iúna	31,75	907.596,19	28.590
42º	João Neiva	31,73	446.773,71	14.079
43º	Sooretama	31,54	835.841,53	26.502
44º	Pedro Canário	30,64	659.412,28	21.522
45º	Itarana	30,60	324.313,33	10.597
46º	Itapemirim	29,91	1.191.417,41	39.832
47º	Pancas	29,82	563.320,92	18.893
48º	Apiacá	29,14	210.477,57	7.223
49º	Conceição do Castelo	28,93	345.381,26	11.937
50º	Guaçuí	27,55	808.936,61	29.358
51º	Governador Lindenberg	26,72	294.120,19	11.009
52º	Alegre	26,29	767.081,07	29.177
53º	Vila Valério	25,90	355.560,30	13.728
54º	Ibiraçu	25,81	302.267,31	11.713
55º	Santa Maria de Jetibá	25,40	1.057.406,38	41.636
56º	Laranja da Terra	25,33	280.980,05	11.094
57º	Brejetuba	25,24	327.803,12	12.985
58º	Rio Bananal	24,65	475.158,97	19.273
59º	São Roque do Canaã	24,10	262.326,15	10.886
60º	Irupi	23,19	317.875,78	13.710
61º	Vargem Alta	22,97	449.340,12	19.563
62º	São Domingos do Norte	22,61	194.165,21	8.589
63º	Alto Rio Novo	22,07	164.104,16	7.434
64º	Dores do Rio Preto	21,66	142.879,90	6.596
65º	Jerônimo Monteiro	21,41	247.834,30	11.575
66º	São José do Calçado	20,43	222.225,58	10.878
67º	Conceição da Barra	18,72	514.064,14	27.458
68º	Cariacica	18,45	6.521.958,68	353.510
69º	Marilândia	17,14	209.103,67	12.202
70º	Água Doce do Norte	16,80	202.353,16	12.042
71º	Atílio Vivácqua	16,77	176.722,70	10.540
72º	Muqui	16,23	223.041,77	13.745
73º	Mimoso do Sul	13,75	336.504,77	24.475
74º	Bom Jesus do Norte	12,50	128.192,90	10.254
75º	Iconha	12,20	150.412,23	12.326
76º	Rio Novo do Sul	8,71	96.425,03	11.069
77º	Ibatiba	6,54	166.044,64	25.380
78º	Águia Branca	0,26	2.500,00	9.711
<b>TOTAL</b>		<b>76,31</b>	<b>292.545.579,84</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

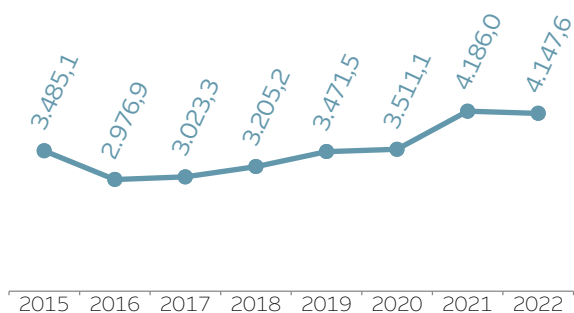
## DESEMPENHO

As transferências estaduais da quota-parte do ICMS para os municípios capixabas totalizaram R\$ 4,15 bilhões em 2022. O montante, comparado a 2021, apresentou redução de 0,9%, já descontada a inflação medida pelo IPCA.

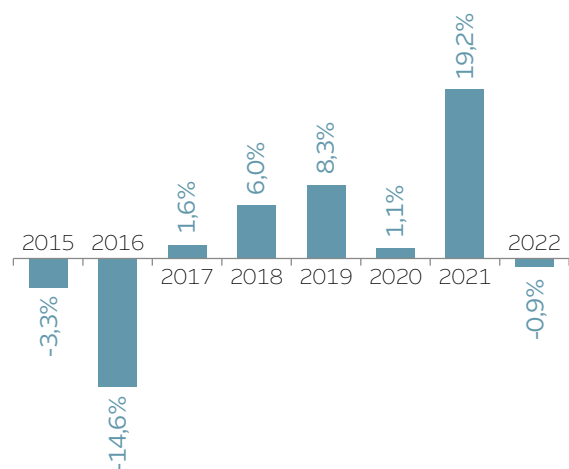
Apesar do ligeiro recuo, o resultado de 2022 pode ser considerado satisfatório, já que praticamente manteve o excelente nível do repasse de 2021, que foi 19,2% superior à cifra de 2020. Conforme mencionado na edição anterior de **Finanças dos Municípios Capixabas**, volumes tão expressivos só foram registrados cerca de 20 anos atrás, em 2000 (19,8%) e 2004 (19,4%).

### Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real da QPM-ICMS em relação ao ano anterior



O bom desempenho da arrecadação estadual de ICMS em 2021 e, conseqüentemente, da parcela de 25% destinada à quota-parte municipal, foi puxado, principalmente, pela disparada dos preços da energia e dos combustíveis, estes últimos causados pela alta das cotações internacionais do petróleo e pela desvalorização do real.

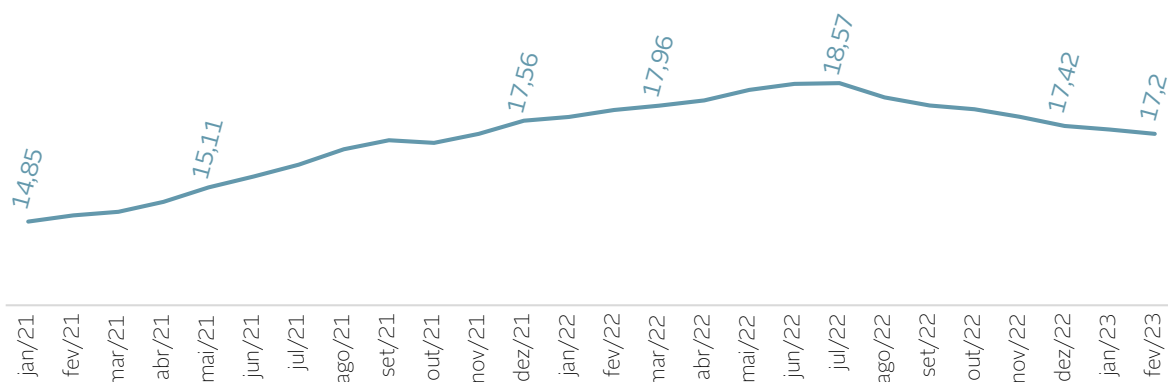
A partir de fevereiro de 2022, com a eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, dois dos maiores exportadores globais de petróleo e gás, iniciou-se nova escalada inflacionária dos combustíveis, o que continuou favorecendo o recolhimento do ICMS. No entanto, em 23 de junho de 2022, a fim de conter a elevação dos preços, o Governo Federal editou a Lei Complementar nº 194, que, entre outros aspectos, classificou os combustíveis, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo como bens e serviços essenciais para fins de tributação. Dessa forma, o ICMS sobre esses itens passou a ter alíquotas máximas de 17% ou 18%, variando entre os estados segundo suas próprias normas. Antes da mudança, as tarifas da gasolina, por exemplo, situavam-se entre 23% e 34%.

Com isso, a arrecadação do ICMS dos estados, que vinha crescendo até meados de 2022, sofreu um forte revés desde então, ocasionando a queda de 0,9% no exercício. No Espírito Santo, como mostra o gráfico na página seguinte, o recolhimento dos últimos 12 meses, com fechamento em janeiro de 2021, ou seja, o somatório de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021), foi de R\$ 14,85 bilhões, em valor corrigido pelo IPCA de março de 2023. Em julho de 2022, esse volume móvel de 12 meses havia atingido o patamar máximo de R\$ 18,57 bilhões. Desde então, recuou sistematicamente, para R\$ 17,42 bilhões, em dezembro de 2022, e para R\$ 17,2 bilhões, em fevereiro de 2023.

É provável que a arrecadação de ICMS ganhe fôlego no segundo semestre de 2023, uma vez que já está valendo a nova sistemática de cobrança do ICMS sobre os combustíveis, já prevista na Lei Complementar de nº 192, de 11 de março de 2022. Diesel e gás de cozinha (GLP), desde 1º de maio de 2023, e gasolina, desde 1º julho do mesmo ano, deixaram de ser tributados com base num percentual aplicado

## Arrecadação estadual de ICMS no acumulado de 12 meses

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA de março de 2023



sobre o preço do produto, para serem majorados por um valor fixo, com incidência sobre uma unidade de medida, em litros ou metros cúbicos. Assim, caem as alíquotas, que atualmente variam de 17% a 18%, para serem aplicados valores uniformes em todo o território nacional, sendo de R\$ 0,94 por litro para o diesel, R\$ 1,28 por quilo de gás de cozinha e R\$ 1,22 para o litro da gasolina. Essa mudança vai aumentar o preço dos combustíveis e, por consequência, a arrecadação de ICMS dos estados, o que favorecerá os municípios, uma vez que estes detêm 25% do imposto.

## SITUAÇÃO dos municípios

A quota que cada cidade recebe de ICMS é definida pelo Índice de Participação do Município (IPM), calculado anualmente pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz-ES). Entre os parâmetros utilizados para sua apuração, o de maior peso é o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que representa a geração de riqueza econômica no território municipal (veja os critérios adotados no Espírito Santo no quadro da página 39). Dessa forma, o comportamento das quantias destinadas para cada município depende não apenas da evolução da arrecadação estadual, como também da performance da economia local e de outros dados utilizados na conta do IPM.

Viana foi o município com o maior crescimento percentual na receita de ICMS no Espírito Santo, de

31,6%. Seu IPM registrou o maior salto, passando de 2,253, em 2021, para 2,993, em 2022. Assim, seu recebimento de ICMS expandiu-se de R\$ 94,3 milhões, para R\$ 124,1 milhões, no mesmo período, um adicional de R\$ 29,8 milhões.

Também em razão da significativa melhora de seu IPM, o ICMS obtido por Cariacica em 2022, de R\$ 310,9 milhões, superou em 14% o registrado no ano anterior, com acréscimo de R\$ 38,2 milhões. Em termos relativos, variações positivas acima de dois dígitos foram anotadas em Barra de São Francisco (13,2%), São Gabriel da Palha (10,8%) e Conceição da Barra (10,5%), todas em virtude da melhora dos respectivos índices de participação em 2022. Em termos de volume de recursos adicionais, além de Cariacica e Viana, vale citar o município de Serra, que recebeu R\$ 40,9 milhões a mais de ICMS e totalizou R\$ 588 milhões.

Perdas severas de receita, acima de dois dígitos, foram sentidas por Anchieta (-32,6%), Itapemirim (-16,1%), Mantenópolis (-15,3%) e João Neiva (-10,6%), em decorrência do comportamento do IPM. No caso de Anchieta, as transferências encolheram de R\$ 108,8 milhões, em 2021, para R\$ 73,3 milhões, em 2022, como efeito da forte baixa de seu IPM, que caiu de 2,598 para 1,766 nesses mesmos anos. Para o presente exercício de 2023, o índice do município deu um forte salto ao atingir 3,233. Além de Anchieta, cuja queda de ICMS foi de R\$ 35,5 milhões, contrações significativas em termos absolutos foram verificadas em Vitória

(R\$ 60,1 milhões), Itapemirim (R\$ 18 milhões) e Linhares (R\$ 16,8 milhões).

Depois de perder a liderança do IPM em 2017 para Serra, Vitória voltou ao topo do ranking em 2020, condição que manteve até 2022. Em 2023, porém, a Serra retomou a primeira posição, impulsionando seu índice para 15,341, contra 14,176 de 2022. O IPM da capital, por sua vez, alterou-se muito pouco, de 14,535 para 14,746 nesses mesmos anos. Veja as tabelas com os IPMs na página 42.

Importante notar ainda o crescimento do IPM de Cariacica, que alcançou a terceira classificação no ranking dos índices em 2021 (6,514), mantendo-a nos dois anos seguintes, 2022 (7,497) e 2023 (7,426). Em 2020, o município se encontrava em quinto lugar, com participação de 5,991, atrás de Vitória, Serra, Linhares e Vila Velha.

É preciso evidenciar que em 2022 começaram a vigorar os novos critérios para o cálculo dos IPMs. O novo formato introduz parâmetros relacionados à educação, reduz a quantidade de variáveis referentes à área da saúde e diminui o peso do indicador do número de propriedades rurais e daquele que leva em consideração a área do território municipal (consulte o quadro da página ao lado).

## COMO FUNCIONA a distribuição do ICMS aos municípios

Na redefinição do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

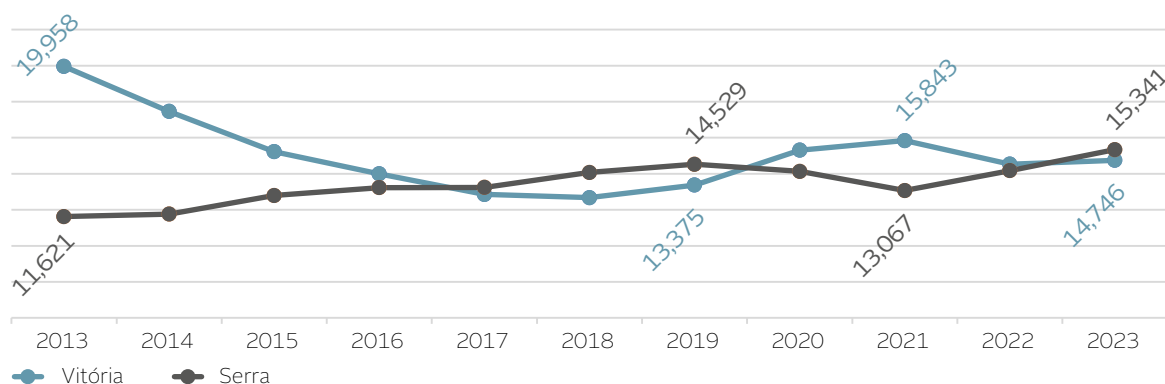
dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e introduziu um dispositivo importante que modifica o parágrafo único do artigo 158 da Constituição, aquele que estipula a distribuição dos 25% do ICMS estadual para os municípios.

Até antes da EC 108, a quota-parte municipal do ICMS era dividida na proporção de três quartos (75%), no mínimo, conforme o Valor Adicionado Fiscal de cada município. A partilha da parcela restante (um quarto do total) às prefeituras era definida por legislação específica de cada Estado.

A nova Emenda determinou que ao menos 65% da quota-parte deverá ser remetida de acordo com o Valor Adicionado Fiscal – extinguindo o percentual até então vigente, de 75% – e até 35% serão encaminhados segundo os critérios determinados pelos estados, pondo fim ao índice anterior, de 25%. Desses 35%, no mínimo 10% precisam ser repassados aos municípios segundo indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade na rede do município, levando-se em conta o nível socioeconômico dos alunos. Os estados tiveram até o exercício de 2022 para aprovarem as leis que formatam os novos critérios educacionais para a distribuição do ICMS.

Para cumprir com a EC 108, o Espírito Santo sancionou a Lei nº 11.227, de 29 de dezembro de 2020, e a Lei nº 11.694, de 24 de agosto de 2022. As novas regras serão aplicadas de forma gradual, com início em 2025 e término em 2027. A legislação estadual optou por destinar 12,5% do ICMS às cidades segundo os critérios educacionais, percentual acima do mínimo exigido pela EC 108. No primeiro ano, o índice será de 10%; no segundo, de 12%. A partir do terceiro

### Evolução do IPM de Vitória e Serra





exercício, ou seja, de 2027 em diante, a proporção a ser adotada será de 12,5%.

Foram mantidos os pesos dos critérios de valor adicionado (75%) e de comercialização de produtos agrícolas (6%). O peso do critério de número de propriedades rurais foi reduzido de 7% para 5% no primeiro ano (2025) e sofrerá novo corte em 2026, para 3,5%, percentual a ser mantido a partir de então. O critério de área territorial desce dos atuais 5% para 1% já no primeiro ano da nova metodologia de cálculo do IPM, e vai diminuindo anualmente, para ser abolido em 2027.

Deixarão de ser utilizados, já em 2025, os critérios da área de saúde, referentes ao percentual de 0,5% rateado igualmente entre os dez municípios de maior

VAF que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS); à fração de 2,5% partilhada igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS; e à porcentagem de 1% igualmente distribuída entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde. O único parâmetro de saúde que permanecerá é o do gasto com saúde e saneamento básico em relação à despesa total do município, que continuará com 3%.

No quadro a seguir, é exposto um resumo de como será feita a transição para os novos critérios de distribuição do ICMS aos municípios do Espírito Santo, a partir de 2025 até 2027, quando será concluído.

Critérios para distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Até 2024	2025	2026	A partir de 2027
Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado.	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado.	5,0%	1,0%	0,5%	-
Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado.	7,0%	5,0%	3,5%	3,5%
Produção agrícola	Proporcional à produção agrícola e hortifrutigranjeiros do município, dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado.	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS).	0,5%	Extinto	Extinto	Extinto
	Para os demais municípios:				
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS.	2,5%	Extinto	Extinto	Extinto
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado.	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde.	1,0%	Extinto	Extinto	Extinto
Educação	Proeficiência média anual dos alunos das escolas municipais nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo - Paebes.				
	Percentual de participação dos alunos das escolas municipais nas avaliações descritas no Paebes, bem como sua distribuição nos padrões de proeficiência "abaixo do básico", "básico", "proeficiente" e "avançado".	-	10,0%	12,0%	12,5%
	Taxa média de aprovação nas escolas no ensino fundamental da rede municipal.				

Fonte: Lei Estadual nº 5.344, de 19 de dezembro de 1996, Lei Estadual nº 11.227, de 29 de dezembro de 2020 e Lei nº 11.694, de 24 de agosto de 2022..







# FNP



Venâncio Shopping  
Setor Comercial Sul  
(Acesso norte – de frente  
para o Setor Hoteleiro),  
quadra 08, bloco B-50, sala 827  
Asa Sul, Brasília/DF  
CEP: 70.333-900  
Fone: 61 3044-9800  
E-mail: secretaria@fnp.org.br

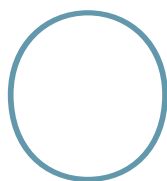
[www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)

## CONECTANDO CIDADES

e trabalhando pelo  
desenvolvimento do país  
ao representar,  
especialmente, os  
interesses de municípios  
com mais de 80 mil  
habitantes, onde vivem  
61% dos brasileiros e são  
produzidos 74% do PIB.

**FNP** FRETE  
NACIONAL  
DE PREFEITOS

## DESEMPENHO



Fundo de Participação dos Municípios (FPM), distribuído às cidades de todo o país, apresentou crescimento pelo segundo ano consecutivo, totalizando R\$ 182,91 bilhões em 2022<sup>1</sup>.

Em comparação ao valor repassado em 2021, de R\$ 158,37 bilhões, houve um aumento de 15,5%, considerando as cifras corrigidas pelo IPCA médio de 2022<sup>1</sup>.

No ano de 2020, início da pandemia da Covid-19, o FPM sofreu uma retração real de 7,1%, que, no entanto, foi quase que totalmente anulada por compensações financeiras feitas pelo Governo Federal. Incluídas tais medidas, a variação foi de apenas -0,5% naquele ano<sup>2</sup>. Já em 2021, o Fundo voltou a subir, marcando elevação de 23,5%. Quando considerada a compensação do ano anterior, a variação final ficou em 15,3%.

O FPM é formado pela parcela de 24,75% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)<sup>3</sup>. Seu salto no exercício em observação apoiou-se quase que exclusivamente no bom desempenho da arrecadação do IR, que, além de representar a maior parte do Fundo, teve incremento de 15,8%, enquanto o IPI sofreu uma vertiginosa perda de 20,7%, já descontada a inflação. Houve também um pequeno acréscimo advindo da Emenda Constitucional nº 112/2021, que expandiu a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM de 24,5%, em 2021, para 24,75%, em 2022, um ganho de 0,25 ponto percentual para os municípios. No entanto, a medida equivaler a uma receita de adicional de apenas R\$ 1,2 bilhão.

O IR é subdividido em três grandes grupos: IR Retido na Fonte (IRRF), IR Pessoa Jurídica (IRPJ) e IR Pessoa Física (IRPF). Apenas o IRPF, o menor deles, registrou contração real (-5,7%). O IRRF, por sua vez, auferiu acréscimo real de 20,1% determinado,

sobretudo, pela modalidade “Rendimentos do Capital” (+67%), com destaque para os itens “Fundos de Renda Fixa” e “Aplicação de Renda Fixa”, uma vez que as altas taxas de juros praticadas no país ao longo de 2022 favoreceram as rendas financeiras. O IRPJ, finalmente, também contribuiu com subida real de 16,2%.

Em relação ao IPI, somente o IPI-Fumo e o IPI-Automóveis apuraram uma receita maior em 2022 do que no ano anterior. Por outro lado, o IPI-Bebidas, o IPI-Vinculado à Importação e o IPI-Outros tiveram forte queda, motivada, principalmente, pelos diversos decretos emitidos pelo Governo Federal entre fevereiro e agosto de 2022, que reduziram as alíquotas do IPI<sup>4</sup>. Essas diminuições, que chegaram a 35% nos últimos decretos, só não afetaram o tabaco e seus sucedâneos, além de uma lista de 170 produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, após decisões do Supremo Tribunal Federal. A alíquota do IPI sobre os automóveis teve um corte menor, inicialmente de 18%, passando posteriormente para 24,75%. Tais medidas foram tomadas com o objetivo de estimular a indústria e frear a inflação em ano eleitoral, mas não foram suficientes para deter o recuo da produção industrial, que foi 0,7% menor em 2022 do que em 2021. Segundo o Boletim da Receita Federal<sup>5</sup>, houve também uma baixa de 4,3% na taxa média de câmbio, o que prejudicou o IPI-Vinculado a Importações.

Com o contínuo crescimento das receitas do IR, que nos últimos anos amargou retração apenas em 2020, ano da pandemia da Covid-19, e com o acentuado declínio do IPI, o FPM tornou-se ainda mais dependente do desempenho do IR. Entre 2017 e 2021, 87,6% do FPM tinha origem no IR e o restante, 12,4%, vinha do IPI, em média. Em 2022, essa proporção foi alterada bruscamente para 91,6% de IR e 8,4% de IPI.

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/transferencias-constitucionais-por-unidade-da-federacao/2023/114>. Os dados do FPM no Tesouro Transparente estão líquidos dos 20% do Fundeb, mas, nesta publicação, os valores estão recompostos, ou seja, o FPM é apresentado aqui com as cifras brutas.

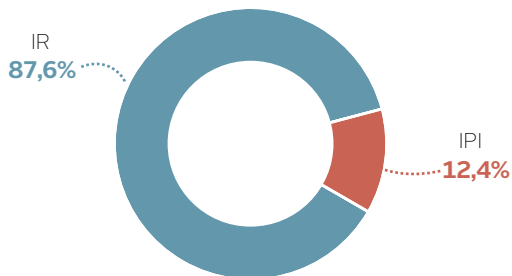
<sup>2</sup> Em 2020, o Congresso e o Governo Federal instituíram uma compensação extraordinária (Lei nº 14.041/2020) para anular as quedas do FPM nos repasses referentes aos meses de março a novembro. Veja mais sobre a história dos auxílios financeiros realizados em 2020 na edição de 2021 – Ano 27 deste anuário, nas páginas 6, 7, 46 e 47, em <http://aequus.com.br/publicacoes/municipios-es/>

<sup>3</sup> A parcela subtraída do IR e do IPI para ser destinada ao FPM tem sido alterada desde que o Fundo foi criado em 1967. Veja um histórico das alterações mais recentes, desde 2007, no quadro da página 46.

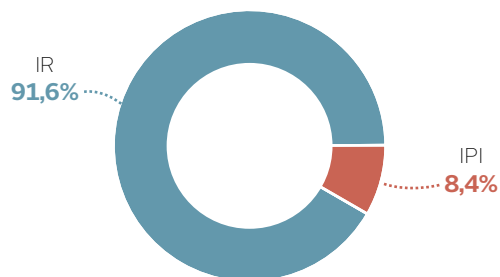
<sup>4</sup> Veja os decretos nº 10.979, nº 10.985, nº 11.047, nº 11.052, nº 11.055, nº 11.158 e nº 11.182, todos de 2022. Um relato resumido sobre tais decretos e as suspensões determinadas pelo STF encontram-se na edição anterior deste anuário. Veja em <http://aequus.com.br/publicacoes/municipios-es/>

<sup>5</sup> Boletim Resultado do Tesouro Nacional – Dezembro 2022, vol. 28, nº 12, publicado em 27/01/2023.

### Composição das receitas do FPM - Média de 2017 a 2021



### Composição das receitas do FPM em 2022



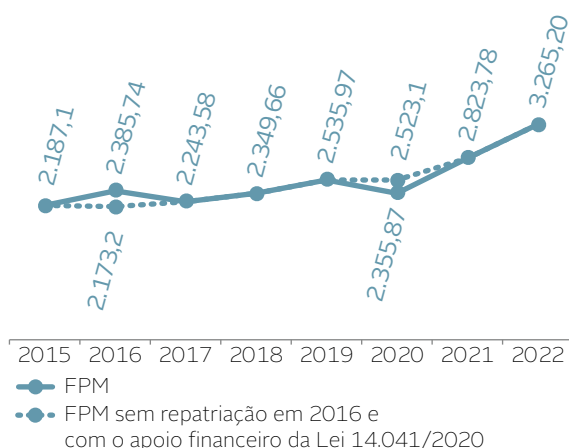
## O FPM NO Espírito Santo

O FPM destinado aos municípios do Espírito Santo, em 2022, repetiu a trajetória nacional, com ganho real de 15,6%. Foram distribuídos R\$ 3,27 bilhões, sendo que 20% desse valor é destinado ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

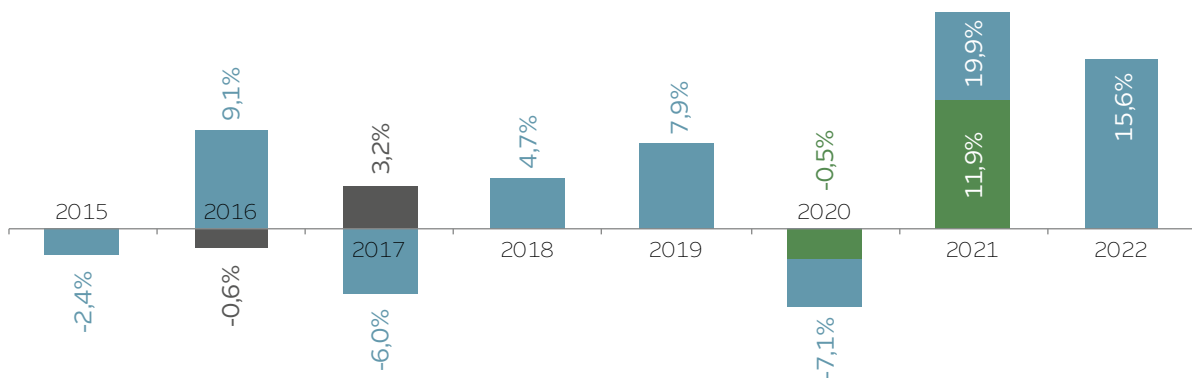
Poucas cidades capixabas fugiram desse desempenho médio. Vale citar Vitória, que, por ser capital, faz parte da distribuição do FPM-Capitais, cujos critérios de partilha levam em conta, além do tamanho populacional, o inverso da renda per capita estadual (veja mais sobre os critérios de distribuição do FPM no quadro da página 47). Em 2022, o FPM de Vitória subiu 16,6% devido à movimentação nos fatores que definem a participação de outras capitais – para o município, no entanto, não houve modificações nesses parâmetros.

### Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real do FPM no Espírito Santo



■ Excluídos os recursos da repatriação em 2016

■ 2020 incluídos os recursos do apoio financeiro (Lei 14.041/2020)

Sobressaem-se também Irupi e Marechal Floriano, com adicionais de 43,9% e 38,1% em seus FPMs, no mesmo período, resultados de uma pequena expansão em suas populações estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o suficiente para fazer com que esses municípios avançassem um degrau na tabela dos coeficientes de suas participações. Em Irupi, a população passou de 13.526, em 2020, para 13.672, em 2021, elevando o coeficiente de 0,8 para 1. O acréscimo de 146 habitantes trouxe para os cofres da cidade um valor adicional de R\$ 7,6 milhões relativos ao FPM de 2022, enquanto os municípios que se mantiveram no coeficiente 0,8, receberam R\$ 2,6 milhões a mais.

Em Marechal Floriano, por sua vez, a população estimada passou de 16.920 para 17.141 no mesmo período. Uma alta de 221 habitantes que impulsionou o coeficiente de 1 para 1,2, trazendo uma adição de R\$ 8,2 milhões no FPM. Os municípios que continuaram com o coeficiente 1 receberam um adicional de R\$ 3,2 milhões.

Já Cariacica, Serra, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, os cinco municípios que fazem parte do FPM-Reserva por possuírem população acima de 142.632 habitantes, anotaram ascensão de 15,3%, cada um. Os demais municípios tiveram variação positiva de 15,1% cada um.

## COMO É formado o FPM

De 1993 a 2006, o Fundo foi formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partir de 2007, com a Emenda Constitucional (EC) nº 55/2007, acrescentou-se 1% do recolhimento do IR e do IPI, sendo esse percentual repassado integralmente em dezembro.

A EC nº 84/2014 criou outro adicional de 1% para o FPM, também entregue em cota única no

mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual: 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Em 2021, a EC 112, de 27 de outubro, garantiu mais 1%, a ser distribuído integralmente em setembro de cada ano. O benefício também está sendo fracionado, com a ampliação de 0,25% em 2022 e 2023, de 0,5% em 2024 e de 1% a partir de 2025. Assim, a partir de 2025, o FPM passará a ser composto por 25,5% do recolhimento anual do IR e do IPI, incluídas as três cotas de 1%, sendo uma transferida em julho, outra em setembro, e a última em dezembro.

### 1993 a 2006

22,5% da arrecadação do IR e do IPI.

### 2007 a 2014

23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro.

### 2015

+0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho.

### 2016

+0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e +1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho.

### 2017

24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1%, em dezembro.

### 2022 a 2023

24,75% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho; 0,25%, em setembro; e 1%, em dezembro.

### 2024

25% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho; 0,5%, em setembro; e 1%, em dezembro.

### 2025

25,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho; 1%, em setembro; e 1%, em dezembro.



# DISTRIBUIÇÃO do FPM

## Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM		Crítérios de distribuição
<b>FPM-Interior</b>	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
<b>FPM-Reserva</b>	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.632 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2022, participaram desse fundo 182 municípios brasileiros. Desses, cinco são capixabas.
<b>FPM-Capital</b>	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Para a transferência do FPM-Interior, cujo critério é o número de habitantes, foram definidas 18 faixas populacionais. Cada uma delas é associada a um coeficiente de participação individual, divulgado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base nas informações sobre estimativas populacionais calculadas pelo IBGE. Veja a tabela “Coeficientes para distribuição do FPM-Interior”.

Há, no entanto, uma outra regra no fatiamento do FPM-Interior que acaba por diferenciar o montante recebido por municípios que possuem o mesmo coeficiente, mas que estão situados em estados diferentes. Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU congelou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição do FPM-Interior. Essa Lei acabou por retirar o caráter nacional do FPM-Interior, o que vem sendo há muito tempo criticado por especialistas em finanças públicas. Veja o percentual destinado a cada Estado na tabela “Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado”, na página 48.

Já o FPM-Reserva e o FPM-Capitais apresentam critérios de distribuição distintos do FPM-Interior. Para eles, os coeficientes de participação consideram não apenas a população dos municípios, mas também o valor inverso da renda per capita do Estado ao qual

pertence a cidade, de forma que, quanto mais pobre o Estado, maior o coeficiente de sua capital e de seus municípios com mais de 142.632 habitantes.

## Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes	Coefficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

## Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total a distribuir - em %	Número de municípios <sup>1</sup>	População 2022
Acre	0,2630	21	830.026
Alagoas	2,0883	101	3.127.511
Amapá	0,1392	15	733.508
Amazonas	1,2452	61	3.941.175
Bahia	9,2695	416	14.136.417
Ceará	4,5864	183	8.791.688
<b>Espírito Santo</b>	<b>1,7595</b>	<b>77</b>	<b>3.833.486</b>
Goiás	3,7318	245	7.055.228
Maranhão	3,9715	216	6.775.152
Mato Grosso	1,8949	140	3.658.813
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	2.756.700
Minas Gerais	14,1846	852	20.538.718
Pará	3,2948	143	8.116.132
Paraíba	3,1942	222	3.974.495
Paraná	7,2857	398	11.443.208
Pernambuco	4,7952	183	9.058.155
Piauí	2,4015	223	3.269.200
Rio de Janeiro	2,7379	91	16.054.524
Rio Grande do Norte	2,4324	166	3.302.406
Rio Grande do Sul	7,3011	496	10.880.506
Rondônia	0,7464	51	1.581.016
Roraima	0,0851	14	636.303
Santa Catarina	4,1997	294	7.609.601
São Paulo	14,2620	644	44.420.459
Sergipe	1,3342	74	2.209.558
Tocantins	1,2955	138	1.511.459
<b>Total</b>	<b>100,0000</b>	<b>5.542</b>	<b>200.245.444</b>

Fonte: Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989 c/c Resolução-TCU 242/1990, Decisão Normativa nº 196/2021 (válida para 2022 e 2023) do Tribunal de Contas da União.

Nota: <sup>1</sup>Exceto as capitais.

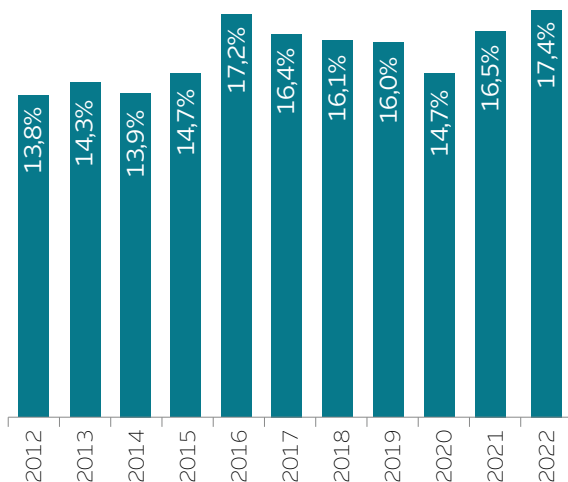
# PESO NO ORÇAMENTO e FPM per capita

Após 2020, o ano da pandemia da Covid-19, o FPM ampliou sua importância no orçamento municipal devido à recuperação das receitas federais, especialmente a do IR. No entanto, o Fundo é uma fonte de recursos muito mais significativa para os municípios de menor porte populacional do que para os maiores.

## Participação do FPM na receita corrente em 2022



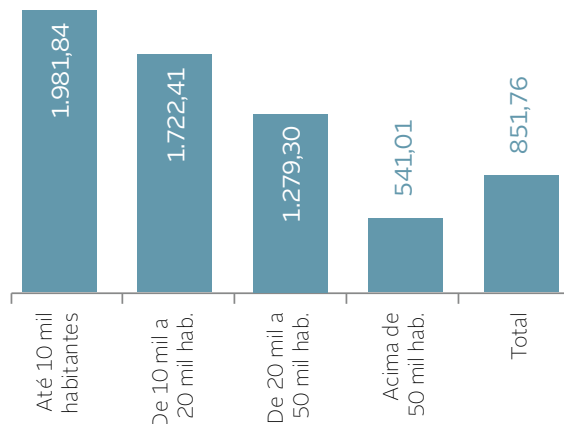
## Participação do FPM na receita corrente



Como se vê nos gráficos acima, enquanto nos municípios com menos de 10 mil habitantes o FPM representou 34,6% de suas receitas correntes em 2022, para aqueles com mais 50 mil moradores essa taxa foi de apenas 12,1%, em média. A relevância do

## FPM per capita por faixa populacional em 2022

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2022



FPM nos orçamentos é, na média, tanto menor quanto mais habitantes a cidade tiver.

Assim é também em termos per capita. O que os municípios com até 10 mil habitantes receberam por habitante, R\$ 1.982, foi quase quatro vezes mais que o valor per capita dos maiores municípios capixabas, de R\$ 541.

A explicação para tal conformação está no modo como foi concebida a tabela que define os coeficientes de participação dos municípios na distribuição do FPM-Interior. O arranjo favorece os menos populosos, uma vez que os intervalos entre as faixas populacionais crescem proporcionalmente mais que os hiatos entre os coeficientes. Veja a tabela dos coeficientes do FPM-Interior na página 47.

Esse sistema de repartição foi assim planejado no início da década de 1960, tendo sido implementado na Reforma Tributária de 1965 com o objetivo de prover as cidades menores de uma fonte permanente e estável de financiamento, uma vez que elas não possuem uma ampla base para a tributação própria nem seriam beneficiadas pela distribuição do ICMS, que se concentrava nas cidades maiores, onde a economia era mais dinâmica. Ocorre que, de lá para cá, a economia se descentralizou e o sistema de distribuição dos recursos também se alterou de forma que, atualmente, os municípios menores também se beneficiam da distribuição do ICMS, ficando as médias e grandes cidades em desvantagem quando se compara a divisão total dos recursos por habitante.

## O CENSO e a LC 198/2023

No dia 28 de dezembro de 2022, o TCU publicou a Decisão Normativa (DN) nº 201, que estabeleceu os coeficientes do FPM para o exercício de 2023, utilizando dados preliminares do Censo Demográfico. Entretanto, essa decisão foi questionada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1.043, protocolada pelo Partido Comunista do Brasil no STF em 16 de janeiro de 2023, com pedido de liminar.

Entre outros argumentos, a ADPF alegava que, na data de publicação da DN 201, o Censo Demográfico ainda não havia sido concluído, havendo apenas algumas dezenas de municípios onde o processo de coleta das informações poderia ser considerado efetivamente completo. Outro ponto levantado dizia respeito ao descumprimento da Lei Complementar (LC) nº 165/2019, que estabeleceu não ser possível, a partir de 1º de janeiro de 2019, determinar coeficientes de participação no FPM abaixo daqueles fixados em 2018 até que se tivesse o resultado de um novo Censo.

Em face das alegações, o então ministro do STF Ricardo Lewandowski determinou a suspensão dos efeitos da DN 201 e manteve como patamar mínimo, em 2023, os coeficientes adotados no exercício de 2018, compensando-se os valores transferidos a menor, nos repasses subsequentes. Dessa forma, em 26 de janeiro de 2023, o TCU suspendeu os efeitos da DN 201 e prorrogou a validade dos coeficientes já utilizados em 2022, definidos pela DN nº 196/2021.

Em 28 de junho de 2023, o IBGE divulgou os dados definitivos do Censo de 2022 que apontaram alguma redução na população em 3.746 municípios. Em 744 destes, a diminuição no número de moradores seria suficiente para fazê-los descer de faixa populacional na tabela dos coeficientes, o que os levaria a perder participação na cota do FPM que é destinada aos seus respectivos estados. No Espírito Santo, seriam 26.

No mesmo dia, entretanto, foi aprovada a LC nº 198, estabelecendo que nenhum município terá o seu coeficiente do FPM imediatamente retraído em razão de novos Censos populacionais. A LC estabeleceu que, caso o município sofra uma baixa no seu coeficiente do FPM em virtude da população captada no novo Censo,

esse recuo deve ser diluído ao longo de 10 anos, na proporção de 10% ao ano. O redutor financeiro será de 10% no primeiro ano, de 20% no segundo, de 30% no terceiro, e assim por diante, até o décimo ano, quando só então será atribuído ao município o coeficiente do FPM que deveria ter sido aplicado imediatamente após os resultados do novo Censo. Portanto, a partir de agora, qualquer município que apresente coeficiente menor após a divulgação de Censos populacionais tem dez anos para se adaptar gradualmente. Para as cidades que acusarem aumento populacional suficiente para subirem de faixa, a lei garante a elevação imediata de seus coeficientes.

Na sequência, em 4 de julho, para se adaptar à nova regra prevista pela LC 198, o TCU editou a DN nº 205, revogando definitivamente a DN 201 e aprovando os coeficientes para 2023 calculados com os dados do novo Censo e mantendo os coeficientes de 2022 para aqueles que teriam tido queda. Ou seja, em relação ao que já estava em vigor no primeiro semestre de 2023, a partir de 6 de julho só houve alteração para os municípios cujo aumento de população pelo novo Censo foi suficiente para fazê-los ascender de faixa na tabela de coeficientes.

Em 2022, havia 130 municípios com os coeficientes congelados e, em 2023, com a LC 198/2023 e a DN 205, esse número passou para 744. Em relação ao crescimento de coeficientes, foram 274 municípios a obter a elevação. A regra da retração gradativa anual para aqueles que tiveram seus coeficientes congelados em 2023 terá início em 2024.

Os efeitos financeiros positivos para os 744 municípios ocorrerão por meio da redução dos ganhos dos demais, pois, quando um grupo de cidades expande sua participação, as demais do mesmo Estado perdem, mesmo que tenham mantido seus coeficientes, e vice-versa. Esse impacto será maior nos estados onde houve um quantitativo mais alto de municípios com coeficientes congelados. Ou seja, as cidades que poderiam estar ganhando mais, em consequência do aumento de suas populações, financiarão, por dez anos, as perdas das que tiveram o número de residentes diminuído. A LC 198, ao procurar proteger municípios de suas perdas populacionais, parece, portanto, estar adicionando mais distorções e complexidades às tantas já existentes na distribuição do FPM.

# ARACRUZ, UMA CIDADE QUE NÃO PARA DE CRESCER!

## CRESCIMENTO URBANO E QUALIDADE DE VIDA.

A Sudene tem incentivado e contribuído para o crescimento de Aracruz! São novas empresas que chegam à cidade, gerando mais emprego, renda e melhorando a vida da população!



PREFEITURA DE  
**ARACRUZ**



**Centro Empresarial**



**Contorno Norte**



**Planalto**



**Macro drenagem Grande Bela Vista**



**FPM<sup>1</sup>**

Posição	Município	FPM <sup>1</sup> em R\$	População 2022
1°	Vitória	315.773.632,28	322.869
2°	Cachoeiro de Itapemirim	132.888.345,78	185.784
2°	Cariacica	132.888.345,78	353.510
2°	Serra	132.888.345,78	520.649
2°	Vila Velha	132.888.345,78	467.722
2°	Linhares	132.888.345,78	166.786
7°	São Mateus	89.218.427,40	123.750
8°	Colatina	84.261.848,11	119.992
8°	Guarapari	84.261.848,11	124.656
10°	Aracruz	79.305.268,85	94.765
11°	Viana	64.435.530,98	73.423
12°	Nova Venécia	54.522.372,45	49.065
13°	Barra de São Francisco	49.565.793,11	42.498
14°	Castelo	44.609.213,89	36.930
14°	Marataizes	44.609.213,89	41.929
14°	Santa Maria de Jetibá	44.609.213,89	41.636
14°	São Gabriel da Palha	44.609.213,89	32.252
18°	Afonso Cláudio	39.652.634,60	30.684
18°	Alegre	39.652.634,60	29.177
18°	Domingos Martins	39.652.634,60	35.416
18°	Itapemirim	39.652.634,60	39.832
18°	Baixo Guandu	39.652.634,60	30.674
18°	Conceição da Barra	39.652.634,60	27.458
18°	Guacuí	39.652.634,60	29.358
18°	Jaguaré	39.652.634,60	28.931
18°	Sooretama	39.652.634,60	26.502
27°	Ílúna	34.696.055,33	28.590
27°	Mimoso do Sul	34.696.055,33	24.475
27°	Pedro Canário	34.696.055,33	21.522
27°	Pinheiros	34.696.055,33	23.915
27°	Anchieta	34.696.055,33	29.984
27°	Ecoporanga	34.696.055,33	21.992
27°	Ibatiba	34.696.055,33	25.380
27°	Santa Teresa	34.696.055,33	22.808
27°	Venda Nova do Imigrante	34.696.055,33	23.831
36°	Montanha	29.739.476,01	18.900
36°	Muniz Freire	29.739.476,01	18.153
36°	Pancas	29.739.476,01	18.893
36°	Piúma	29.739.476,01	22.300
36°	Rio Bananal	29.739.476,01	19.273
36°	Vargem Alta	29.739.476,01	19.563
36°	Fundão	29.739.476,01	18.014
36°	João Neiva	29.739.476,01	14.079
36°	Marechal Floriano	29.739.476,01	17.641
45°	Alfredo Chaves	24.782.896,74	13.836
45°	Itaguaçu	24.782.896,74	13.589
45°	Muqui	24.782.896,74	13.745
45°	Vila Valério	24.782.896,74	13.728
45°	Boa Esperança	24.782.896,74	13.608
45°	Mantenópolis	24.782.896,74	12.770
45°	Iconha	24.782.896,74	12.326
45°	Irupi	24.782.896,74	13.710
53°	Água Doce do Norte	19.826.317,46	12.042
53°	Brejetuba	19.826.317,46	12.985
53°	Conceição do Castelo	19.826.317,46	11.937
53°	Ibiraçu	19.826.317,46	11.713
53°	Itarana	19.826.317,46	10.597
53°	Jerônimo Monteiro	19.826.317,46	11.575
53°	Laranja da Terra	19.826.317,46	11.094
53°	Marilândia	19.826.317,46	12.202
53°	Presidente Kennedy	19.826.317,46	13.696
53°	Rio Novo do Sul	19.826.317,46	11.069
53°	Santa Leopoldina	19.826.317,46	13.106
53°	São José do Calçado	19.826.317,46	10.878
53°	São Roque do Canaã	19.826.317,46	10.886
53°	Atílio Vivácqua	19.826.317,46	10.540
53°	Bom Jesus do Norte	19.826.317,46	10.254
68°	Governador Lindenberg	19.826.316,54	11.009
69°	Água Branca	14.869.738,25	9.711
69°	Alto Rio Novo	14.869.738,25	7.434
69°	Apiacá	14.869.738,25	7.223
69°	Divino de São Lourenço	14.869.738,25	5.083
69°	Dores do Rio Preto	14.869.738,25	6.596
69°	Ibitirama	14.869.738,25	9.520
69°	Mucurici	14.869.738,25	5.466
69°	Ponto Belo	14.869.738,25	6.497
69°	São Domingos do Norte	14.869.738,25	8.589
69°	Vila Pavão	14.869.738,25	8.911
<b>TOTAL</b>		<b>3.265.198.434,03</b>	<b>3.833.486</b>

**FPM PER CAPITA**

Posição	Município	A / B	FPM <sup>1</sup> (A)	População 2022 (B)
		em R\$		
1°	Divino de São Lourenço	2.925,39	14.869.738,25	5.083
2°	Mucurici	2.720,41	14.869.738,25	5.466
3°	Ponto Belo	2.288,71	14.869.738,25	6.497
4°	Dores do Rio Preto	2.254,36	14.869.738,25	6.596
5°	João Neiva	2.112,33	29.739.476,01	14.079
6°	Apiacá	2.058,67	14.869.738,25	7.223
7°	Iconha	2.010,62	24.782.896,74	12.326
8°	Alto Rio Novo	2.000,23	14.869.738,25	7.434
9°	Mantenópolis	1.940,71	24.782.896,74	12.770
10°	Bom Jesus do Norte	1.933,52	19.826.317,46	10.254
11°	Atílio Vivácqua	1.881,05	19.826.317,46	10.540
12°	Itarana	1.870,94	19.826.317,46	10.597
13°	Itaguaçu	1.823,75	24.782.896,74	13.589
14°	São José do Calçado	1.822,61	19.826.317,46	10.878
15°	São Roque do Canaã	1.821,27	19.826.317,46	10.886
16°	Boa Esperança	1.821,20	24.782.896,74	13.608
17°	Irupi	1.807,65	24.782.896,74	13.710
18°	Vila Valério	1.805,28	24.782.896,74	13.728
19°	Muqui	1.803,05	24.782.896,74	13.745
20°	Governador Lindenberg	1.800,92	19.826.316,54	11.009
21°	Alfredo Chaves	1.791,19	24.782.896,74	13.836
22°	Rio Novo do Sul	1.791,16	19.826.317,46	11.069
23°	Laranja da Terra	1.787,12	19.826.317,46	11.094
24°	São Domingos do Norte	1.731,25	14.869.738,25	8.589
25°	Jerônimo Monteiro	1.712,86	19.826.317,46	11.575
26°	Ibiraçu	1.692,68	19.826.317,46	11.713
27°	Marechal Floriano	1.685,82	29.739.476,01	17.641
28°	Vila Pavão	1.668,69	14.869.738,25	8.911
29°	Conceição do Castelo	1.660,91	19.826.317,46	11.937
30°	Fundão	1.650,91	29.739.476,01	18.014
31°	Água Doce do Norte	1.646,43	19.826.317,46	12.042
32°	Muniz Freire	1.638,27	29.739.476,01	18.153
33°	Marilândia	1.624,84	19.826.317,46	12.202
34°	Pedro Canário	1.612,12	34.696.055,33	21.522
35°	Ecoporanga	1.577,67	34.696.055,33	21.992
36°	Pancas	1.574,10	29.739.476,01	18.893
37°	Montanha	1.573,52	29.739.476,01	18.900
38°	Ibitirama	1.561,95	14.869.738,25	9.520
39°	Rio Bananal	1.543,06	29.739.476,01	19.273
40°	Água Branca	1.531,23	14.869.738,25	9.711
41°	Brejetuba	1.526,86	19.826.317,46	12.985
42°	Santa Teresa	1.521,22	34.696.055,33	22.808
43°	Vargem Alta	1.520,19	29.739.476,01	19.563
44°	Santa Leopoldina	1.512,77	19.826.317,46	13.106
45°	Sooretama	1.496,21	39.652.634,60	26.502
46°	Venda Nova do Imigrante	1.455,92	34.696.055,33	23.831
47°	Pinheiros	1.450,81	34.696.055,33	23.915
48°	Presidente Kennedy	1.447,60	19.826.317,46	13.696
49°	Conceição da Barra	1.444,12	39.652.634,60	27.458
50°	Mimoso do Sul	1.417,61	34.696.055,33	24.475
51°	São Gabriel da Palha	1.383,15	44.609.213,89	32.252
52°	Jaguaré	1.370,59	39.652.634,60	28.931
53°	Ibatiba	1.367,06	34.696.055,33	25.380
54°	Alegre	1.359,04	39.652.634,60	29.177
55°	Guacuí	1.350,66	39.652.634,60	29.358
56°	Piúma	1.333,61	29.739.476,01	22.300
57°	Baixo Guandu	1.292,71	39.652.634,60	30.674
58°	Afonso Cláudio	1.292,29	39.652.634,60	30.684
59°	Ílúna	1.213,57	34.696.055,33	28.590
60°	Castelo	1.207,94	44.609.213,89	36.930
61°	Barra de São Francisco	1.166,31	49.565.793,11	42.498
62°	Anchieta	1.157,15	34.696.055,33	29.984
63°	Domingos Martins	1.119,62	39.652.634,60	35.416
64°	Nova Venécia	1.111,23	54.522.372,45	49.065
65°	Santa Maria de Jetibá	1.071,41	44.609.213,89	41.636
66°	Marataizes	1.063,92	44.609.213,89	41.929
67°	Itapemirim	995,50	39.652.634,60	39.832
68°	Vitória	978,02	315.773.632,28	322.869
69°	Viana	877,59	64.435.530,98	73.423
70°	Aracruz	836,86	79.305.268,85	94.765
71°	Linhares	796,76	132.888.345,78	166.786
72°	São Mateus	720,96	89.218.427,40	123.750
73°	Cachoeiro de Itapemirim	715,28	132.888.345,78	185.784
74°	Colatina	702,23	84.261.848,11	119.992
75°	Guarapari	675,96	84.261.848,11	124.656
76°	Cariacica	375,91	132.888.345,78	353.510
77°	Vila Velha	284,12	132.888.345,78	467.722
78°	Serra	255,24	132.888.345,78	520.649
<b>TOTAL</b>		<b>851,76</b>	<b>3.265.198.434,03</b>	<b>3.833.486</b>

**RANKING 2022**

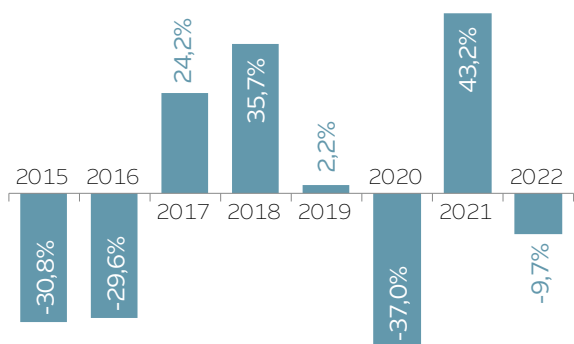
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: 1 valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb.

## DESEMPENHO

Os municípios capixabas receberam R\$ 1,22 bilhão proveniente de royalties do petróleo e do gás natural e de participações especiais em 2022, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A cifra foi 9,7% inferior à registrada no anterior, em valores corrigidos pelo IPCA.

### Taxa de crescimento real dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural em relação ao ano anterior



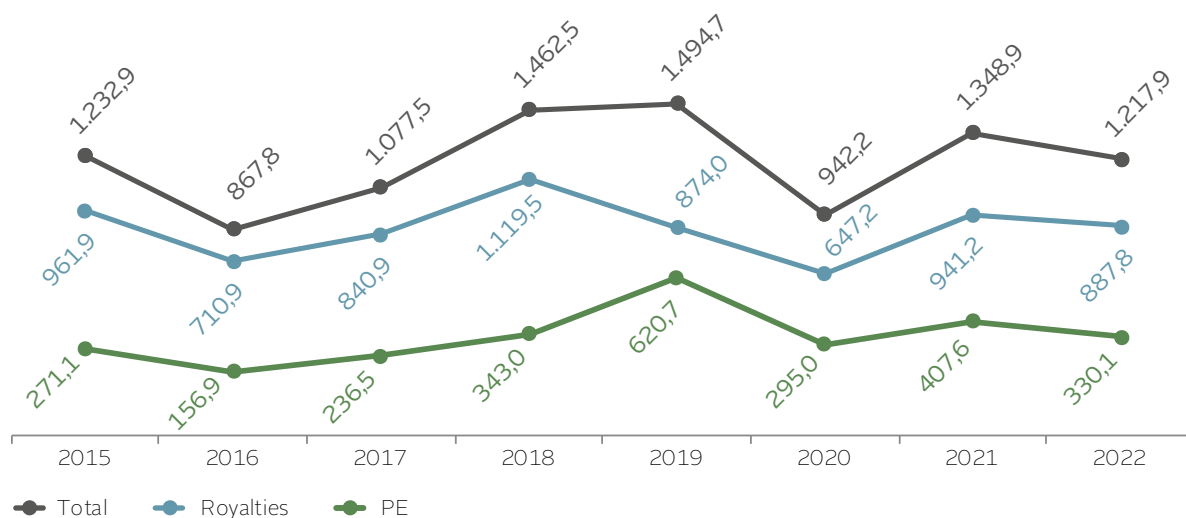
O recuo poderia ter sido bem mais acentuado, na medida em que houve uma forte queda de 35% na produção de petróleo e gás no Espírito Santo, que passou de 89,4 milhões de barris, em 2021, para 58,1 milhões barris, em 2022. O fator que sustentou as quantias pagas foi o aumento de preço médio anual do barril de petróleo, que subiu de US\$ 70,85 para US\$ 100,06, no mesmo período, devido à invasão russa ao território ucraniano.

A apuração do montante recebível de royalties e das participações especiais leva em consideração a cotação dos preços no mercado internacional e a quantidade produzida de petróleo nos campos confrontantes com o litoral ou localizados em terras capixabas.

A diminuição da produção que ocorreu em 2022 não é um caso isolado. No segundo semestre de 2008, teve início a exploração de petróleo e gás no pré-sal no Parque das Baleias, litoral do Espírito Santo. Com isso, a produção estadual alcançou uma forte expansão a partir de 2010 e atingiu o pico de 168,7 milhões de barris, em 2016. Porém, na ausência de investimento para exploração de novos poços, a produção vem declinando significativamente ano após ano, desde 2017, e retornou

### Evolução dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022

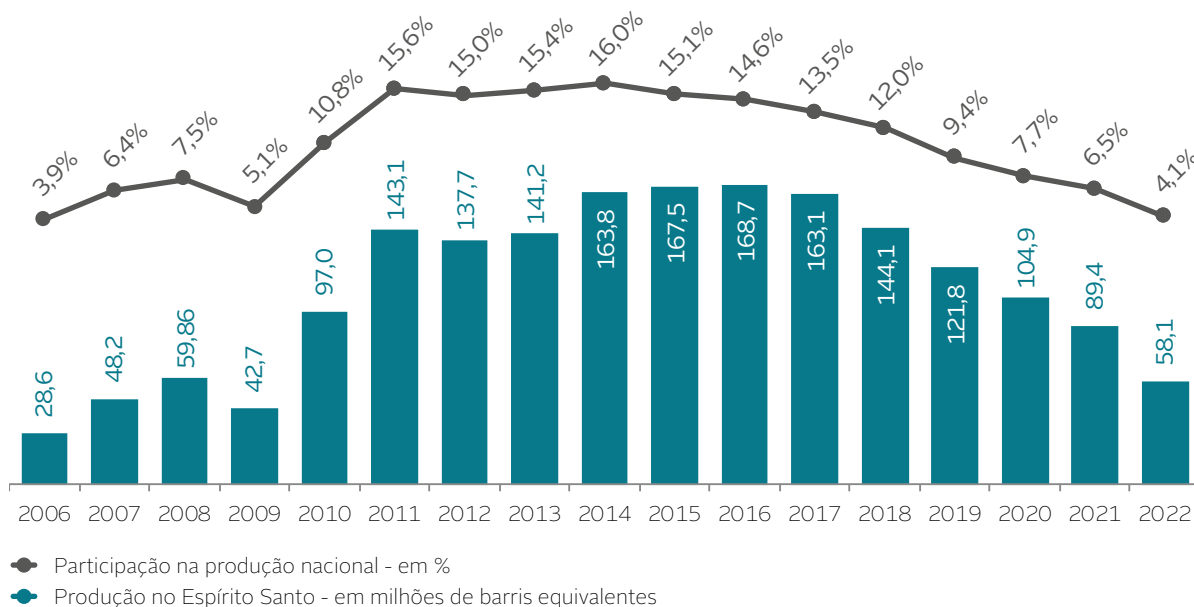




a um nível da extração equivalente ao de 2008, de 59,9 milhões de barris. A participação do Espírito Santo na produção nacional do hidrocarboneto, que já atingiu 16% em 2016, despencou drasticamente para 4,1%, em 2022.

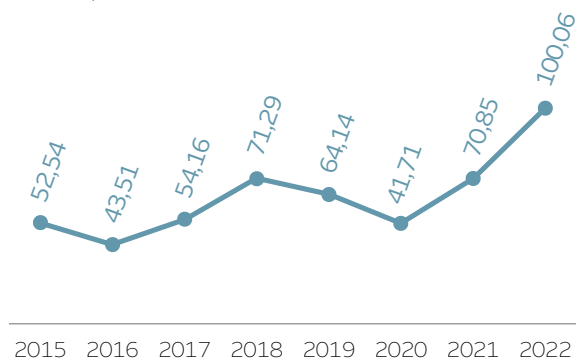
Assim, num cenário de retração sistemática de exploração de petróleo e gás natural no Estado, coube, ora à alta dos preços internacionais, ora à desvalorização cambial, evitar um encolhimento mais acentuado no pagamento de royalties aos municípios capixabas.

### Evolução da produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo e participação na produção nacional



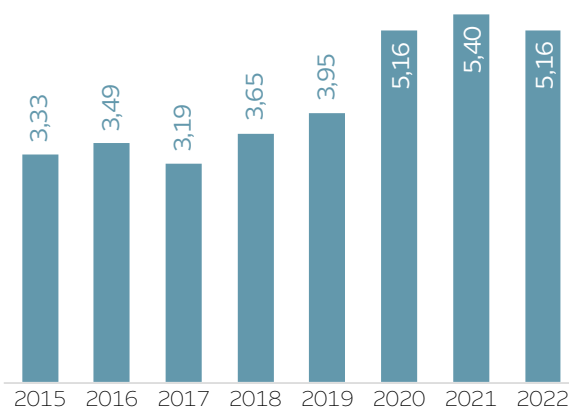
Fonte: Agência Nacional de Petróleo (ANP).

### Preço médio do barril do petróleo bruto Brent (FOB) em US\$



Fonte: Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea)<sup>1</sup>

### Taxa de câmbio médio anual em R\$/dólar comercial



Fonte: Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea)<sup>2</sup>

1 <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=m&serid=1650971490&oper=view>

2 <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924>

Do total dos recursos provenientes da exploração petrolífera, cerca de 60% foram direcionados para três municípios: Presidente Kennedy (R\$ 269,1 milhões), Marataízes (R\$ 232,2 milhões) e Itapemirim (R\$ 222,3 milhões). Quase a metade desses valores refere-se às participações especiais.

Esse grupo de municípios foi beneficiado por um acordo realizado entre a ANP e a Petrobras, em 2019, que unificou os cinco campos de exploração situados no litoral sul do Estado: Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca e partes de Cachalote e Pirambu, na Bacia de Campos. O novo campo passou a se chamar Novo Campo de Jubarte. Tal junção promoveu a revisão dos pagamentos devidos das participações especiais para o novo campo. Ficou acordado o repasse à vista de R\$ 1,5 bilhão ainda no exercício de 2019; o restante (R\$ 2,02 bilhões) foi dividido em 42 parcelas mensais, em quantias corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Além desses três municípios, Piúma foi favorecido pelo acordo. Os percentuais que incidem sobre o pagamento das participações especiais ficaram da seguinte forma:

### Participação dos municípios no Novo Campo de Jubarte

<b>Marataízes</b>	37,77%
<b>Itapemirim</b>	32,30%
<b>Presidente Kennedy</b>	29,60%
<b>Piúma</b>	0,32%

Fonte: Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Outros municípios que auferiram significativas somas de royalties e participações especiais em 2022 foram Linhares (R\$ 97,0 milhões), Anchieta (R\$ 53,5 milhões), Serra (R\$ 30,7 milhões), Aracruz (R\$ 26,3 milhões), Vitória (R\$ 22,8 milhões), Jaguaré (R\$ 22 milhões), São Mateus (R\$ 21,3 milhões) e Piúma (R\$ 20,5 milhões).

Além dos valores informados pela ANP, os municípios recebem transferências do Estado e da União referentes à exploração de royalties. De acordo com o artigo 9º da Lei nº 7.990/1989, os estados são obrigados a repassar 25% dos seus royalties às cidades. Em 2022, o Governo Estadual, encaminhou aproximadamente R\$ 105,8 milhões<sup>3</sup> aos municípios. A partilha é feita com base nos mesmos critérios de distribuição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

A União, por sua vez, transfere aos municípios o Fundo Especial do Petróleo (FEP). Esse mecanismo é formado por 25% dos royalties devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e transferidos aos municípios de acordo com as mesmas regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme prevê a Lei nº 12.734/2012. Em 2022, a União transferiu R\$ 71 milhões<sup>4</sup> a título de FEP aos municípios capixabas.

3 Informação coletada no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo: <https://dados.es.gov.br/dataset/portal-da-transparencia-transferencias-para-municipios>

4 Informação coletada no site do Tesouro Nacional Transparente: <https://www.tesourotransparente.gov.br//consultas/transferencias-constitucionais-realizadas>

# POR QUE INVESTIR EM CACHOEIRO?

## RANKINGS DE TRANSPARÊNCIA

Cachoeiro é cidade nota "A" em Gestão Fiscal; 3º em Governança Pública e 2º mais competitiva do Espírito Santo

## PLANO DIRETOR MUNICIPAL ATUALIZADO

Cidade mapeada com todas as suas potencialidades e à espera de novos investidores

## DESBUROCRATIZAÇÃO E INCENTIVOS FISCAIS

Ambiente financeiro adequado para atrair e captar grandes indústrias

## + DE MEIO BILHÃO DE INVESTIMENTOS

Maior pacote de obras da história da cidade em diversas áreas



## LOCALIDADE GEOSTRATÉGICA

Mobilidade eficiente por rodovias, portos e aeroportos



Cachoeiro é a melhor cidade do Espírito Santo para investir.  
**Saiba mais.**



**PREFEITURA DE CACHOEIRO**



**ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS**

Posição	Município	Royalties e participações especiais	População 2022
		em R\$	
1º	Presidente Kennedy	269.145.735,68	13.696
2º	Marataízes	232.185.064,84	41.929
3º	Itapemirim	222.278.349,45	39.832
4º	Linhares	96.996.616,86	166.786
5º	Anchieta	53.515.212,17	29.984
6º	Serra	30.673.047,22	520.649
7º	Aracruz	26.283.163,68	94.765
8º	Vitória	22.799.141,64	322.869
9º	Jaguaré	22.038.109,38	28.931
10º	São Mateus	21.310.502,20	123.750
11º	Piúma	20.541.672,43	22.300
12º	Vila Velha	17.630.602,21	467.722
13º	Viana	13.737.294,19	73.423
14º	Fundão	13.139.321,33	18.014
15º	Cachoeiro de Itapemirim	11.896.870,83	185.784
16º	Cariacica	3.747.270,92	353.510
17º	Colatina	3.466.225,61	119.992
17º	Guarapari	3.466.225,61	124.656
19º	Conceição da Barra	3.289.651,49	27.458
20º	Nova Venécia	2.904.134,95	49.065
20º	Barra de São Francisco	2.904.134,95	42.498
22º	Santa Maria de Jetibá	2.716.771,40	41.636
22º	Castelo	2.716.771,40	36.930
24º	Afonso Cláudio	2.623.089,64	30.684
24º	Alegre	2.623.089,64	29.177
24º	Domingos Martins	2.623.089,64	35.416
24º	São Gabriel da Palha	2.623.089,64	32.252
24º	Baixo Guandu	2.623.089,64	30.674
29º	Guaçuí	2.529.407,84	29.358
29º	Iúna	2.529.407,84	28.590
29º	Mimoso do Sul	2.529.407,84	24.475
32º	Santa Teresa	2.435.726,07	22.808
32º	Pinheiros	2.435.726,07	23.915
32º	Pedro Canário	2.435.726,07	21.522
32º	Ecoporanga	2.435.726,07	21.992
32º	Pancas	2.435.726,07	18.893
32º	Sooretama	2.435.726,07	26.502
32º	Ibatiba	2.435.726,07	25.380
32º	Venda Nova do Imigrante	2.435.726,07	23.831
40º	Muniz Freire	2.342.044,30	18.153
40º	Vargem Alta	2.342.044,30	19.563
42º	Montanha	2.248.362,49	18.900
42º	Rio Bananal	2.248.362,49	19.273
44º	João Neiva	2.154.680,73	14.079
44º	Itaguaçu	2.154.680,73	13.589
44º	Marechal Floriano	2.154.680,73	17.641
44º	Muqui	2.154.680,73	13.745
44º	Boa Esperança	2.154.680,73	13.608
49º	Vila Valério	2.060.998,98	13.728
49º	Alfredo Chaves	2.060.998,98	13.836
49º	Santa Leopoldina	2.060.998,98	13.106
49º	Mantenópolis	2.060.998,98	12.770
49º	Iconha	2.060.998,98	12.326
54º	Água Doce do Norte	1.967.317,19	12.042
54º	Ibiraçu	1.967.317,19	11.713
54º	Jerônimo Monteiro	1.967.317,19	11.575
54º	Laranja da Terra	1.967.317,19	11.094
54º	São José do Calçado	1.967.317,19	10.878
54º	Conceição do Castelo	1.967.317,19	11.937
54º	Rio Novo do Sul	1.967.317,19	11.069
54º	Irupi	1.967.317,19	13.710
54º	Brejetuba	1.967.317,19	12.985
54º	Itarana	1.967.317,19	10.597
54º	São Roque do Canaã	1.967.317,19	10.886
54º	Marilândia	1.967.317,19	12.202
54º	Governador Lindenberg	1.967.317,19	11.009
67º	Apiacá	1.873.635,41	7.223
67º	Ibitirama	1.873.635,41	9.520
67º	São Domingos do Norte	1.873.635,41	8.589
67º	Bom Jesus do Norte	1.873.635,41	10.254
67º	Água Branca	1.873.635,41	9.711
67º	Divino de São Lourenço	1.873.635,41	5.083
67º	Alto Rio Novo	1.873.635,41	7.434
67º	Vila Pavão	1.873.635,41	8.911
67º	Ponto Belo	1.873.635,41	6.497
67º	Mucurici	1.873.635,41	5.466
67º	Dores do Rio Preto	1.873.635,41	6.596
67º	Atílio Vivácqua	1.873.635,41	10.540
<b>TOTAL</b>		<b>1.217.889.331,24</b>	<b>3.833.486</b>

**ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PER CAPITA**

Posição	Município	A / B	Royalties e participações especiais (A)	População 2022 (B)
		em R\$		
1º	Presidente Kennedy	19651,41	269.145.735,68	13.696
2º	Itapemirim	5.580,40	222.278.349,45	39.832
3º	Marataízes	5.537,58	232.185.064,84	41.929
4º	Anchieta	1.784,79	53.515.212,17	29.984
5º	Piúma	921,15	20.541.672,43	22.300
6º	Jaguaré	761,75	22.038.109,38	28.931
7º	Fundão	729,39	13.139.321,33	18.014
8º	Linhares	581,56	96.996.616,86	166.786
9º	Divino de São Lourenço	368,61	1.873.635,41	5.083
10º	Mucurici	342,78	1.873.635,41	5.466
11º	Ponto Belo	288,38	1.873.635,41	6.497
12º	Dores do Rio Preto	284,06	1.873.635,41	6.596
13º	Aracruz	277,35	26.283.163,68	94.765
14º	Apiacá	259,40	1.873.635,41	7.223
15º	Alto Rio Novo	252,04	1.873.635,41	7.434
16º	São Domingos do Norte	218,14	1.873.635,41	8.589
17º	Vila Pavão	210,26	1.873.635,41	8.911
18º	Ibitirama	196,81	1.873.635,41	9.520
19º	Água Branca	192,94	1.873.635,41	9.711
20º	Viana	187,10	13.737.294,19	73.423
21º	Itarana	185,65	1.967.317,19	10.597
22º	Bom Jesus do Norte	182,72	1.873.635,41	10.254
23º	São José do Calçado	180,85	1.967.317,19	10.878
24º	São Roque do Canaã	180,72	1.967.317,19	10.886
25º	Governador Lindenberg	178,70	1.967.317,19	11.009
26º	Atílio Vivácqua	177,76	1.873.635,41	10.540
27º	Rio Novo do Sul	177,73	1.967.317,19	11.069
28º	Laranja da Terra	177,33	1.967.317,19	11.094
29º	São Mateus	172,21	21.310.502,20	123.750
30º	Jerônimo Monteiro	169,96	1.967.317,19	11.575
31º	Ibiraçu	167,96	1.967.317,19	11.713
32º	Iconha	167,21	2.060.998,98	12.326
33º	Conceição do Castelo	164,81	1.967.317,19	11.937
34º	Água Doce do Norte	163,37	1.967.317,19	12.042
35º	Mantenópolis	161,39	2.060.998,98	12.770
36º	Marilândia	161,23	1.967.317,19	12.202
37º	Itaguaçu	158,56	2.154.680,73	13.589
38º	Boa Esperança	158,34	2.154.680,73	13.608
39º	Santa Leopoldina	157,26	2.060.998,98	13.106
40º	Muqui	156,76	2.154.680,73	13.745
41º	João Neiva	153,04	2.154.680,73	14.079
42º	Brejetuba	151,51	1.967.317,19	12.985
43º	Vila Valério	150,13	2.060.998,98	13.728
44º	Alfredo Chaves	148,96	2.060.998,98	13.836
45º	Irupi	143,50	1.967.317,19	13.710
46º	Muniz Freire	129,02	2.342.044,30	18.153
47º	Pancas	128,92	2.435.726,07	18.893
48º	Marechal Floriano	122,14	2.154.680,73	17.641
49º	Conceição da Barra	119,81	3.289.651,49	27.458
49º	Vargem Alta	119,72	2.342.044,30	19.563
51º	Montanha	118,96	2.248.362,49	18.900
52º	Rio Bananal	116,66	2.248.362,49	19.273
53º	Pedro Canário	113,17	2.435.726,07	21.522
54º	Ecoporanga	110,76	2.435.726,07	21.992
55º	Santa Teresa	106,79	2.435.726,07	22.808
56º	Mimoso do Sul	103,35	2.529.407,84	24.475
57º	Venda Nova do Imigrante	102,21	2.435.726,07	23.831
58º	Pinheiros	101,85	2.435.726,07	23.915
59º	Ibatiba	95,97	2.435.726,07	25.380
60º	Sooretama	91,91	2.435.726,07	26.502
61º	Alegre	89,90	2.623.089,64	29.177
62º	Iúna	88,47	2.529.407,84	28.590
63º	Guaçuí	86,16	2.529.407,84	29.358
64º	Baixo Guandu	85,52	2.623.089,64	30.674
65º	Afonso Cláudio	85,49	2.623.089,64	30.684
66º	São Gabriel da Palha	81,33	2.623.089,64	32.252
67º	Domingos Martins	74,07	2.623.089,64	35.416
68º	Castelo	73,57	2.716.771,40	36.930
69º	Vitória	70,61	22.799.141,64	322.869
70º	Barra de São Francisco	68,34	2.904.134,95	42.498
71º	Santa Maria de Jetibá	65,25	2.716.771,40	41.636
72º	Cachoeiro de Itapemirim	64,04	11.896.870,83	185.784
73º	Nova Venécia	59,19	2.904.134,95	49.065
74º	Serra	58,91	30.673.047,22	520.649
75º	Vila Velha	37,69	17.630.602,21	467.722
76º	Colatina	28,89	3.466.225,61	119.992
77º	Guarapari	27,81	3.466.225,61	124.656
78º	Cariacica	10,60	3.747.270,92	353.510
<b>TOTAL</b>		<b>317,70</b>	<b>1.217.889.331,24</b>	<b>3.833.486</b>

RANKING 2022

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## DESEMPENHO

Em 2022, a despesa com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo dos municípios capixabas atingiu R\$ 7,83 bilhões, cifra 9% maior do que a registrada no ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA.

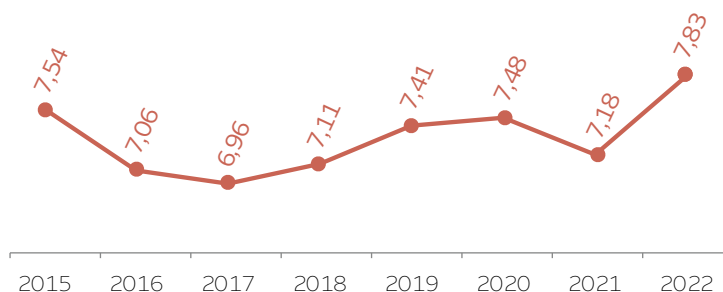
Esse aumento pode ser atribuído, principalmente, ao fim das restrições impostas pela Lei Complementar (LC) nº 173/2020. Concomitantemente ao apoio financeiro para enfrentar a crise da Covid-19, a LC nº 173 proibiu os entes subnacionais de contratar novos servidores, realizar concursos públicos, reajustar salários e conceder benefícios, a partir de junho de 2020 até o final de 2021. Além disso, vedou qualquer modificação legislativa que elevasse o gasto com pessoal, como alterações nos planos de carreira ou criação de cargos, empregos ou funções.

Como resultado dessas contenções, as despesas com pessoal diminuíram em 4% no ano de 2021. No entanto, com o término das limitações em 2022, os municípios capixabas puderam tomar medidas que haviam sido refreadas pela LC nº 173, como a possibilidade de realizar novas contratações e conceder reajustes salariais.

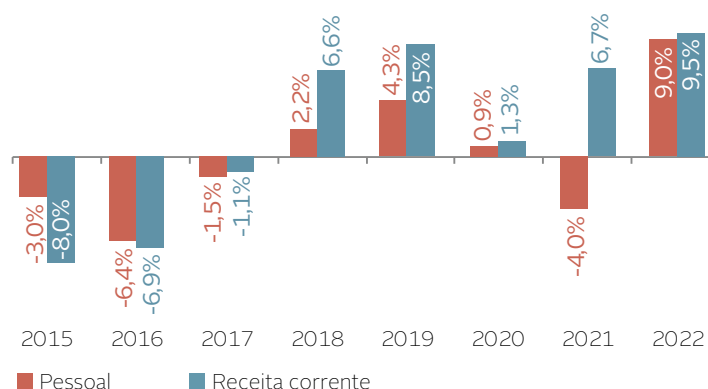
Os dados analisados por **Finanças dos Municípios Capixabas** mostram que 75 dos 78 municípios apresentaram alta nos dispêndios com pessoal, com taxas mais expressivas observadas em Presidente Kennedy (47,1%), Laranja da Terra (27,5%), Itarana (27,2%) e Irupí (25,2%). Por outro lado, três cidades assinalaram retração nesse mesmo indicador: Sooretama (-5,3%), Iconha (-1,8%) e Muniz Freire (-1,8%).

### Evolução da despesa com pessoal

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



## NOTA

Com o objetivo de evitar dupla contagem dos gastos com pessoal, sempre que possível foram expurgados os valores referentes às aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos (intraorçamentárias), já que essas cifras são computadas tanto pela prefeitura como pela administração indireta. Não os excluir implicaria lançamento dobrado de uma única obrigação. Contudo, apesar do esforço desta publicação em veicular as informações de modo correto, existe a possibilidade de ter sido utilizado o balanço de algum município sem a devida discriminação da despesa intraorçamentária em algum ano. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um exercício para o outro nos dados aqui divulgados.

## PARTICIPAÇÃO na receita corrente

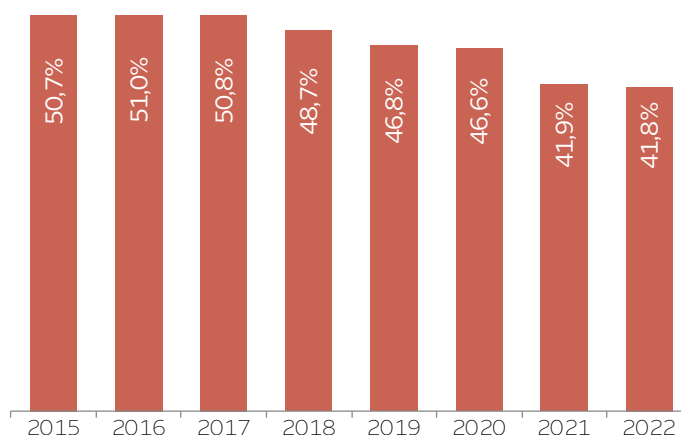
Nos últimos dois anos, os índices de comprometimento médio da receita corrente dos municípios capixabas com a despesa para com o funcionalismo dos poderes Executivo e Legislativo – de 41,9% em 2021 e de 41,8% em 2022 – estabilizaram-se nos mais baixos níveis de toda a série histórica compilada por **Finanças dos Municípios Capixabas** desde 2000.

Em 2021, o reduzido patamar do indicador deveu-se ao recuo de 4% do gasto com pessoal num cenário de incremento de 6,7% da receita corrente. Em 2022, por sua vez, apesar da expansão de 9% da despesa com pessoal, o crescimento da receita corrente foi um pouco maior, da ordem de 9,5%.

Entre os 78 municípios do Espírito Santo, apenas 13 deles destinaram 50% ou mais de suas receitas correntes para despesas com pessoal. As taxas mais robustas foram constatadas em Barra de São Francisco (55,7%), Anchieta (53,3%), Pedro Canário (52,9%) e Afonso Cláudio (52,3%). Por outro lado, os municípios com as menores porcentagens foram Presidente Kennedy (21,6%), Venda Nova do Imigrante (36,4%) e Santa Teresa (36,9%).

É relevante ressaltar que os números referentes aos gastos com pessoal e à receita corrente apurados por **Finanças dos Municípios Capixabas** não são exatamente os mesmos utilizados para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), divulgados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs). Para mais informações sobre o indicador da LRF, recomenda-se consultar a próxima subseção.

### Participação da despesa com pessoal na receita corrente



## LIMITES DA LRF para a despesa com pessoal

A LRF – Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 – estabelece limites máximos para o gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL) para todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) dos três níveis de governo (municípios, estados e União). Na esfera municipal, ficou determinado que o percentual não pode superar 54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo.

Para efeito do cálculo das delimitações feitas pela LRF, considera-se a despesa bruta com pessoal (ativos, inativos e outros), retirados desse montante as indenizações por demissões voluntárias, os desembolsos por decisões judiciais e os custos relativos aos exercícios anteriores e aos inativos e pensionistas com recursos vinculados. A receita corrente líquida, por sua vez, é a receita corrente deduzida das contribuições para o plano de previdência do servidor, das compensações para os regimes de previdência e do Fundeb, fundo destinado à educação básica.

Após o período crítico vivenciado pelos municípios capixabas nos anos de 2015 e 2016, foi iniciada uma constante melhora no enquadramento das despesas com pessoal nas demarcações estabelecidas pela LRF. Em 2016, quase um quarto das cidades (23,1%) havia extrapolado o teto de 54% do desembolso com pessoal do Poder Executivo, e apenas 28,2% estavam abaixo do nível de alerta. A situação começou a tornar-se mais favorável em 2017 e, desde 2018, os municípios capixabas dispõem de uma condição mais confortável, com cada vez menos cidades acima do limite máximo e mais abaixo do limite de alerta.

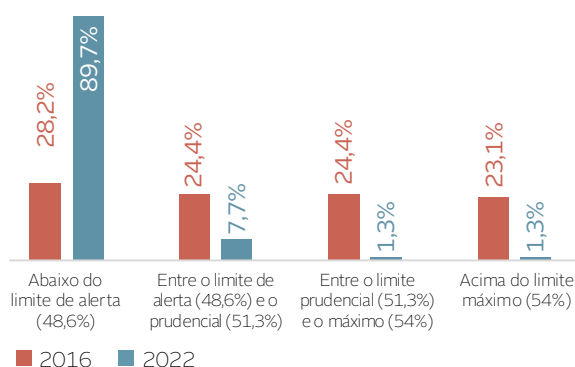
## Número de municípios em relação ao cumprimento do limite para o gasto com pessoal do Poder Executivo de acordo com a LRF

Limites da LRF	2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022	
Abaixo do limite de alerta (48,6%)	22	28,2%	20	25,6%	49	62,8%	51	65,4%	52	66,7%	70	89,7%	70	89,7%
Entre o limite de alerta (48,6%) e o prudencial (51,3%)	19	24,4%	26	33,3%	14	17,9%	16	20,5%	12	15,4%	4	5,1%	6	7,7%
Entre o limite prudencial (51,3%) e o máximo (54%)	19	24,4%	21	26,9%	11	14,1%	9	11,5%	13	16,7%	3	3,8%	1	1,3%
Acima do limite máximo (54%)	18	23,1%	11	14,1%	4	5,1%	2	2,6%	1	1,3%	1	1,3%	1	1,3%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>	<b>78</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Acesso em 26 de maio de 2023.

Em 2022, apesar da ampliação do gasto com pessoal, 90% dos municípios mantiveram tais dispêndios referentes ao Poder Executivo em parcela inferior ao nível de alerta da LRF, que é de 48,6%. Apenas oito cidades ultrapassaram essa faixa. Desse grupo, somente Pedro Canário (56,3%) excedeu o teto de 54%, como pode ser visto na tabela acima.

### Distribuição dos municípios, entre 2016 e 2022, em relação ao cumprimento do limite de gasto com pessoal do Poder Executivo de acordo com a LRF



Com relação aos limites impostos de gasto com pessoal do Poder Legislativo, os dados disponíveis no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) apontam que todas as 78 câmaras de vereadores ficaram abaixo do teto de 6% em 2020, assim como nos anos anteriores. As seis casas legislativas com os maiores percentuais foram as de

Anchieta (3,4%), Divino de São Lourenço (3,3%), Águia Branca (3,1%), Ibitirama (2,9%) e Irupi (2,9%).

**Sanções aplicáveis** – De acordo com o artigo 22 da LRF, o Poder ou órgão que ultrapassar o limite prudencial, o qual corresponde a 95% do teto fixado, ficam suspensos de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração aos servidores, de criar cargo, emprego ou função, de realizar novas admissões e de contratar horas extras, salvo sob sentença judicial. Ficam impedidos também de executar qualquer alteração na estrutura de carreira que provoque elevação na despesa com pessoal.

Excedida a margem permitida, o artigo 23 da LRF estipula que o Poder ou órgão deverá retornar às faixas regulares no prazo de dois quadrimestres seguintes. No primeiro deles, a queda deve ser de pelo menos um terço. Para os municípios regressarem aos patamares definidos pela Lei, terão de baixar em pelo menos 20% os dispêndios com cargos em comissão e funções de confiança, por meio da extinção destes ou dos valores a eles atribuídos, além de poderem exonerar servidores não estáveis. Caso essas medidas não resultem no efeito desejado, estão sujeitos a ser exonerados os servidores estáveis, desde que não sejam criados cargo, emprego ou função com atribuições semelhantes, pelo prazo de quatro anos.

A LRF também previa a diminuição da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. Porém, a medida foi suspensa pelo Supremo



Tribunal Federal (STF), em caráter liminar, numa ação direta de inconstitucionalidade (Adin 2.238-5), logo após sancionada a LRF.

Não alcançando a redução, o ente fica impedido de receber transferências voluntárias, de obter garantia direta ou indireta de outro membro da Federação e

de contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à retração das despesas com pessoal. Essas restrições são aplicadas imediatamente se o município transpuser o limite no primeiro quadrimestre do último ano de mandato.

## Despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida - 2022

Município	Poder Executivo	Poder Legislativo
	em %	
Afonso Cláudio	49,9	2,2
Água Doce do Norte	41,8	2,0
Água Branca	49,1	3,1
Alegre	40,3	1,4
Alfredo Chaves	41,5	2,1
Alto Rio Novo	35,3	2,7
Anchieta	47,3	3,4
Apiacá	44,3	2,8
Aracruz	37,7	1,6
Atilio Vivácqua	46,6	2,2
Baixo Guandu	39,4	2,3
Barra de São Francisco	52,7	2,2
Boa Esperança	45,6	1,8
Bom Jesus do Norte	46,0	1,8
Brejetuba	37,1	2,3
Cachoeiro de Itapemirim	44,8	2,3
Cariacica	39,9	1,9
Castelo	36,9	2,2
Colatina	43,2	1,1
Conceição da Barra	47,2	1,9
Conceição do Castelo	45,9	2,0
Divino de São Lourenço	43,6	3,3
Domingos Martins	40,4	1,6
Dores do Rio Preto	36,7	2,3
Ecoporanga	44,1	2,5
Fundão	37,2	2,3
Governador Lindenberg	46,9	2,0
Guaçuí	43,2	1,5
Guarapari	49,8	2,2
Ibatiba	42,7	1,8
Ibiraçu	39,3	2,0
Ibitirama	44,9	2,9
Iconha	42,2	2,7
Irupi	48,3	2,9
Itaguaçu	45,2	1,7
Itapemirim	44,0	1,8
Itarana	42,9	2,1
Iúna	42,8	2,2
Jaguaré	39,6	1,9

Município	Poder Executivo	Poder Legislativo
	em %	
Jerônimo Monteiro	45,5	2,1
João Neiva	37,3	2,2
Laranja da Terra	46,1	2,8
Linhares	41,2	1,3
Mantenópolis	45,6	2,7
Marataízes	35,1	1,1
Marechal Floriano	42,1	2,0
Marilândia	45,3	2,5
Mimoso do Sul	51,1	1,8
Montanha	45,6	1,8
Mucurici	44,6	2,3
Muniz Freire	39,3	2,5
Muqui	44,8	2,6
Nova Venécia	42,9	2,2
Pancas	43,9	2,7
Pedro Canário	56,3	2,4
Pinheiros	44,1	2,7
Piúma	47,1	2,2
Ponto Belo	48,2	2,4
Presidente Kennedy	22,8	0,3
Rio Bananal	50,7	2,7
Rio Novo do Sul	43,2	1,8
Santa Leopoldina	41,9	2,4
Santa Maria de Jetibá	49,7	1,9
Santa Teresa	35,4	1,8
São Domingos do Norte	43,3	2,6
São Gabriel da Palha	41,0	1,9
São José do Calçado	38,7	1,7
São Mateus	43,5	1,8
São Roque do Canaã	43,4	2,8
Serra	43,3	1,2
Sooretama	42,8	1,7
Vargem Alta	40,9	2,0
Venda Nova do Imigrante	36,5	1,4
Viana	41,2	2,2
Vila Pavão	44,1	2,6
Vila Valério	46,0	2,4
Vila Velha	38,1	2,4
Vitória	39,5	0,9

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Acesso em 26 de maio de 2022.

## NÚMERO DE servidores

De acordo com a última edição do levantamento da Pesquisa de Informações Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios capixabas contavam com 138.945 servidores ativos em 2021, quantitativo 4,7% maior do que no exercício anterior, porém ainda em patamar inferior a 2019, ano que antecedeu a crise sanitária da Covid-19.

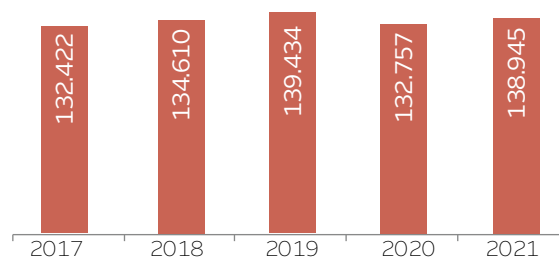
O aumento ocorreu principalmente devido ao adicional de 19% no grupo de servidores sem vínculo, uma modalidade comumente utilizada para contratar professores para atuarem em sala de aula. Em 2020, durante o período mais crítico da crise sanitária, quando as aulas presenciais foram completamente suspensas, houve uma redução de 19% nessa modalidade de contratação. No entanto, em 2021, observou-se um crescimento de 19,4% no número de servidores sem vínculo. Isso significa que parte dos profissionais que haviam sido desligados devido à suspensão das aulas presenciais durante a pandemia foi recontratada assim que as atividades *in loco* foram retomadas e a situação retornou à normalidade.

Desse total de servidores de 2021, pouco mais da metade (54,5%) tinha vínculo estatutário. Os demais grupos se dividiam entre celetistas (6,3%), comissionados (8,9%), estagiários (4,1%) e servidores sem vínculo (26,3%).

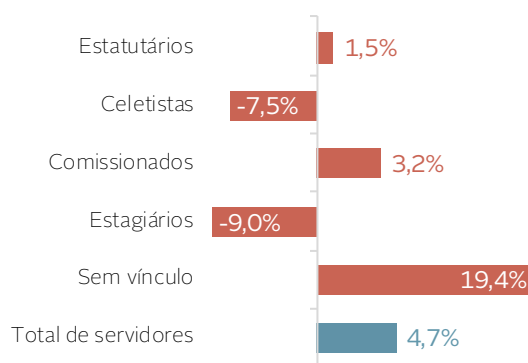
Em média, havia 34 servidores ativos para cada grupo de mil habitantes. O indicador foi mais elevado em Presidente Kennedy (151,4), Mucurici (92,5), Anchieta (89,2), Marataízes (77,7) e Itapemirim (77,5). Por outro lado, os níveis mais baixos foram observados em Cariacica (17,2), Vila Velha (17,9), Serra (19,9) e Pedro Canário (21,8). Na capital, Vitória, havia uma média de 34,2 servidores para cada mil habitantes em 2021.

Essa razão numérica tende a ser mais alta em municípios menores e naqueles com uma maior receita per capita. Os municípios de grande porte geralmente têm ganhos de escala na prestação de alguns serviços em comparação aos menores. Ao mesmo tempo, quanto mais recursos proporcionais à quantidade de habitantes, maior é a capacidade dos governos locais de contratar funcionários.

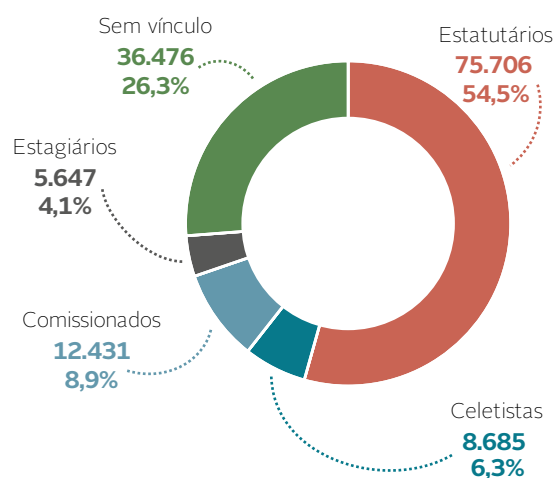
### Número de servidores dos municípios capixabas



### Taxa de crescimento do número de servidores por categoria de emprego - 2021/2020



### Composição do quadro de servidores - 2021





*Cuidando do*  
**PRESENTE**  
*de olho no*  
**FUTURO**

ARTCOM



Cariacica se desenvolve a cada dia. Obras e melhorias na vida da população estão transformando a cidade e projetando um novo amanhã para os cidadãos cariaticuenses.



**PREFEITURA DE  
CARIACICA**



## DESPESA COM PESSOAL

Posição	Município	Despesa com pessoal <sup>1</sup> em R\$	População 2022
1º	Vitória	1.052.133.881,27	322.869
2º	Serra	734.135.683,28	520.649
3º	Vila Velha	599.715.275,89	467.722
4º	Cariacica	429.921.328,88	353.510
5º	Linhares	396.528.440,50	166.786
6º	Cachoeiro de Itapemirim	332.471.517,75	185.784
7º	Aracruz	260.864.735,87	94.765
8º	Guarapari	244.414.522,61	124.656
9º	Colatina	232.904.040,49	119.992
10º	São Mateus	208.292.877,77	123.750
11º	Itapemirim	202.330.853,54	39.832
12º	Viana	156.796.296,07	73.423
13º	Marataizes	152.730.991,99	41.929
14º	Anchieta	148.554.392,58	29.984
15º	Presidente Kennedy	113.409.885,96	13.696
16º	Santa Maria de Jetibá	103.906.676,21	41.636
17º	Barra de São Francisco	97.900.873,63	42.498
18º	Nova Venécia	96.933.138,42	49.065
19º	Conceição da Barra	79.623.405,63	27.458
20º	Domingos Martins	75.951.414,75	35.416
21º	São Gabriel da Palha	70.383.145,31	32.252
22º	Jaguaré	65.917.412,39	28.931
23º	Afonso Cláudio	63.589.114,32	30.684
24º	Castelo	63.024.600,12	36.930
25º	Guacuí	62.339.234,79	29.358
26º	Baixo Guandu	60.085.164,40	30.674
27º	Rio Bananal	57.837.914,44	19.273
28º	Mimoso do Sul	56.592.432,30	24.475
29º	Alegre	55.488.549,38	29.177
30º	Sooretama	53.666.049,22	26.502
31º	Pinheiros	52.385.766,64	23.915
32º	Piúma	51.169.359,34	22.300
33º	Pedro Canário	51.024.594,57	21.522
34º	Ecoporanga	44.743.398,53	21.992
35º	Lúna	44.252.057,38	28.590
36º	Santa Teresa	44.215.770,80	22.808
37º	Venda Nova do Imigrante	43.563.073,14	23.831
38º	Ibatiba	41.889.674,31	25.380
39º	Marechal Floriano	40.805.370,30	17.641
40º	Montanha	40.766.122,58	18.900
41º	Vargem Alta	39.875.386,50	19.563
42º	João Neiva	39.734.783,07	14.079
43º	Fundão	39.681.425,57	18.014
44º	Muniz Freire	37.151.709,43	18.153
45º	Pancas	36.497.157,81	18.893
46º	Vila Valério	35.976.252,84	13.728
47º	Boa Esperança	35.757.980,80	13.608
48º	Alfredo Chaves	35.131.827,85	13.836
49º	Iconha	32.860.714,62	12.326
50º	Itaguaçu	31.134.863,35	13.589
51º	Ibiraçu	31.056.591,60	11.713
52º	Irupi	30.063.613,67	13.710
53º	Mantenópolis	29.682.520,07	12.770
54º	Atílio Vivácqua	29.243.446,55	10.540
55º	São José do Calçado	28.998.491,14	10.878
56º	Conceição do Castelo	28.887.207,77	11.937
57º	Santa Leopoldina	28.817.899,80	13.106
58º	Águia Branca	27.685.321,14	9.711
59º	Marilândia	27.580.005,30	12.202
60º	Muqui	27.256.073,82	13.745
61º	Rio Novo do Sul	26.978.723,71	11.069
62º	Laranja da Terra	26.719.046,89	11.094
63º	Jerônimo Monteiro	26.222.521,35	11.575
64º	Governador Lindenberg	25.172.303,38	11.009
65º	Brejetuba	25.141.764,91	12.985
66º	Água Doce do Norte	24.146.619,52	12.042
67º	Bom Jesus do Norte	23.978.137,84	10.254
68º	Itarana	23.851.430,42	10.597
69º	Ibitirama	23.487.397,23	9.520
70º	São Domingos do Norte	23.179.044,23	8.589
71º	São Roque do Canaã	21.524.471,74	10.886
72º	Vila Pavão	20.553.393,03	8.911
73º	Ponto Belo	18.973.015,18	6.497
74º	Apicá	18.188.142,79	7.223
75º	Mucurici	18.062.648,83	5.466
76º	Dores do Rio Preto	18.015.686,41	6.596
77º	Alto Rio Novo	15.680.497,09	7.434
78º	Divino de São Lourenço	14.535.306,80	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>7.830.742.461,40</b>	<b>3.833.486</b>

## DESPESA COM PESSOAL PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal <sup>1</sup> (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	8.280,51	113.409.885,96	13.696
2º	Itapemirim	5.079,61	202.330.853,54	39.832
3º	Anchieta	4.954,46	148.554.392,58	29.984
4º	Marataizes	3.642,61	152.730.991,99	41.929
5º	Mucurici	3.304,55	18.062.648,83	5.466
6º	Vitória	3.258,70	1.052.133.881,27	322.869
7º	Rio Bananal	3.000,98	57.837.914,44	19.273
8º	Ponto Belo	2.920,27	18.973.015,18	6.497
9º	Conceição da Barra	2.899,83	79.623.405,63	27.458
10º	Divino de São Lourenço	2.859,59	14.535.306,80	5.083
11º	Águia Branca	2.850,92	27.685.321,14	9.711
12º	João Neiva	2.822,27	39.734.783,07	14.079
13º	Atílio Vivácqua	2.774,52	29.243.446,55	10.540
14º	Aracruz	2.752,75	260.864.735,87	94.765
15º	Dores do Rio Preto	2.731,30	18.015.686,41	6.596
16º	São Domingos do Norte	2.698,69	23.179.044,23	8.589
17º	Iconha	2.665,97	32.860.714,62	12.326
18º	São José do Calçado	2.665,79	28.998.491,14	10.878
19º	Ibiraçu	2.651,46	31.056.591,60	11.713
20º	Boa Esperança	2.627,72	35.757.980,80	13.608
21º	Vila Valério	2.620,65	35.976.252,84	13.728
22º	Alfredo Chaves	2.539,16	35.131.827,85	13.836
23º	Apicá	2.518,09	18.188.142,79	7.223
24º	Santa Maria de Jetibá	2.495,60	103.906.676,21	41.636
25º	Ibitirama	2.467,16	23.487.397,23	9.520
26º	Rio Novo do Sul	2.437,32	26.978.723,71	11.069
27º	Conceição do Castelo	2.419,97	28.887.207,77	11.937
28º	Laranja da Terra	2.408,42	26.719.046,89	11.094
29º	Linhares	2.377,47	396.528.440,50	166.786
30º	Pedro Canário	2.370,81	51.024.594,57	21.522
31º	Bom Jesus do Norte	2.338,42	23.978.137,84	10.254
32º	Mantenópolis	2.324,39	29.682.520,07	12.770
33º	Marechal Floriano	2.313,10	40.805.370,30	17.641
34º	Mimoso do Sul	2.312,25	56.592.432,30	24.475
35º	Vila Pavão	2.306,52	20.553.393,03	8.911
36º	Barra de São Francisco	2.303,66	97.900.873,63	42.498
37º	Piúma	2.294,59	51.169.359,34	22.300
38º	Itaguaçu	2.291,18	31.134.863,35	13.589
39º	Governador Lindenberg	2.286,52	25.172.303,38	11.009
40º	Jaguaré	2.278,44	65.917.412,39	28.931
41º	Jerônimo Monteiro	2.265,44	26.222.521,35	11.575
42º	Marilândia	2.260,29	27.580.005,30	12.202
43º	Itarana	2.250,77	23.851.430,42	10.597
44º	Fundão	2.202,81	39.681.425,57	18.014
45º	Santa Leopoldina	2.198,83	28.817.899,80	13.106
46º	Irupi	2.192,82	30.063.613,67	13.710
47º	Pinheiros	2.190,50	52.385.766,64	23.915
48º	São Gabriel da Palha	2.182,29	70.383.145,31	32.252
49º	Montanha	2.156,94	40.766.122,58	18.900
50º	Domingos Martins	2.144,55	75.951.414,75	35.416
51º	Viana	2.135,52	156.796.296,07	73.423
52º	Guacuí	2.123,42	62.339.234,79	29.358
53º	Alto Rio Novo	2.109,29	15.680.497,09	7.434
54º	Afonso Cláudio	2.072,39	63.589.114,32	30.684
55º	Muniz Freire	2.046,59	37.151.709,43	18.153
56º	Vargem Alta	2.038,31	39.875.386,50	19.563
57º	Ecoporanga	2.034,53	44.743.398,53	21.992
58º	Sooretama	2.024,98	53.666.049,22	26.502
59º	Água Doce do Norte	2.005,20	24.146.619,52	12.042
60º	Muqui	1.982,98	27.256.073,82	13.745
61º	São Roque do Canaã	1.977,26	21.524.471,74	10.886
62º	Nova Venécia	1.975,61	96.933.138,42	49.065
63º	Guarapari	1.960,71	244.414.522,61	124.656
64º	Baixo Guandu	1.958,83	60.085.164,40	30.674
65º	Colatina	1.941,00	232.904.040,49	119.992
66º	Santa Teresa	1.938,61	44.215.770,80	22.808
67º	Brejetuba	1.936,22	25.141.764,91	12.985
68º	Pancas	1.931,78	36.497.157,81	18.893
69º	Alegre	1.901,79	55.488.549,38	29.177
70º	Venda Nova do Imigrante	1.828,00	43.563.073,14	23.831
71º	Cachoeiro de Itapemirim	1.789,56	332.471.517,75	185.784
72º	Castelo	1.706,60	63.024.600,12	36.930
73º	São Mateus	1.683,17	208.292.877,77	123.750
74º	Ibatiba	1.650,50	41.889.674,31	25.380
75º	Lúna	1.547,82	44.252.057,38	28.590
76º	Serra	1.410,04	734.135.683,28	520.649
77º	Vila Velha	1.282,20	599.715.275,89	467.722
78º	Cariacica	1.216,15	429.921.328,88	353.510
<b>TOTAL</b>		<b>2.042,72</b>	<b>7.830.742.461,40</b>	<b>3.833.486</b>

RANKING 2022

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: Inclui inativos, pensionistas e salário-família.

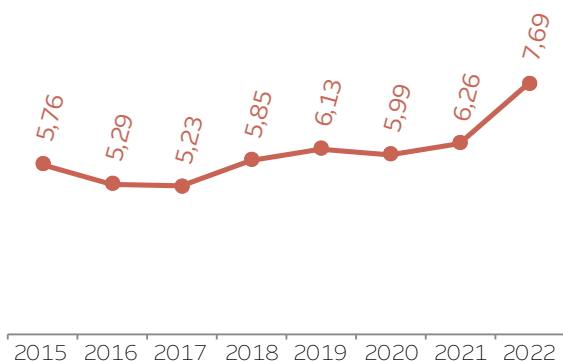
## DESEMPENHO

Após um crescimento modesto em 2021, as despesas com custeio dos municípios do Espírito Santo tiveram um aumento expressivo de 23% em 2022, totalizando um montante de R\$ 7,69 bilhões.

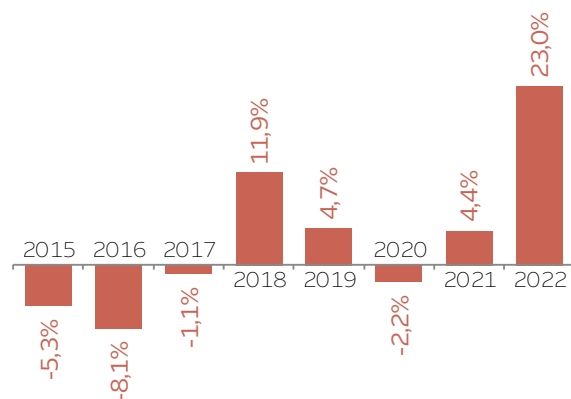
Esse incremento é consequência da retomada completa dos serviços públicos em 2022, depois de dois anos de paralisação total ou parcial devido à pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo, as despesas de custeio dos municípios apresentam tendência de elevação constante a cada ano devido à incorporação de novos serviços ou à expansão daqueles já existentes para atender às necessidades da população. A criação de mais unidades de educação e saúde, a implementação de parques e jardins e a incorporação da tecnologia da informação aos serviços públicos, por exemplo, demandam recursos adicionais para sua manutenção.

### Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



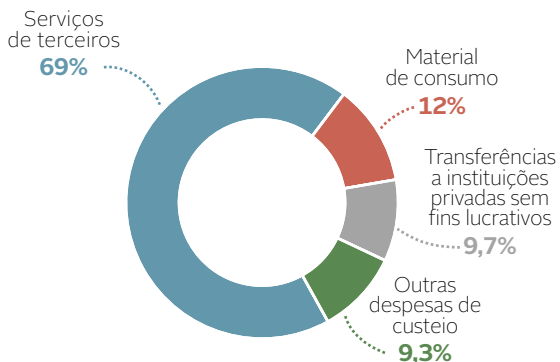
### Taxa de crescimento real da despesa com custeio em relação ao ano anterior



Nesta publicação, os gastos de custeio referem-se às despesas correntes, exclusive as aportadas com pessoal, juros e encargos da dívida. Ou seja, contemplam os serviços como iluminação pública, sinalização, limpeza urbana, manutenção de escolas, postos de saúde, centros esportivos, parques, praças, jardins e outras áreas públicas. Também está incluída nesse grupo a aquisição de materiais de consumo para escolas, órgãos municipais e serviços de saúde, bem como custos com publicidade, treinamentos, consultorias, desenvolvimento e manutenção de sistemas e repasses para organizações sem fins lucrativos.

Em 2022, os serviços de terceiros representaram 69% do total do custeio, seguidos por materiais de consumo (12%), transferências para instituições sem fins lucrativos (9,7%) e demais despesas com custeio (9,3%).

## Composição das despesas com custeio em 2022



Apenas dois municípios do Espírito Santo, São José do Calçado e Itapemirim, apresentaram redução no custeio em 2022 em comparação com 2021, com quedas de 24,8% e 2,6%, respectivamente.

Já as altas percentuais mais expressivas nesse indicador ocorreram em Muniz Freire (61,3%), Divino de São Lourenço (59,4%), Água Doce do Norte (58,8%) e Bom Jesus do Norte (58,3%). Em termos absolutos, a cidade de Serra experimentou a maior margem de ampliação, com um acréscimo de R\$ 173,8 milhões, seguida por Vila Velha (+R\$ 151,5 milhões) e Vitória (+R\$ 141,4 milhões).

## PESO NO orçamento

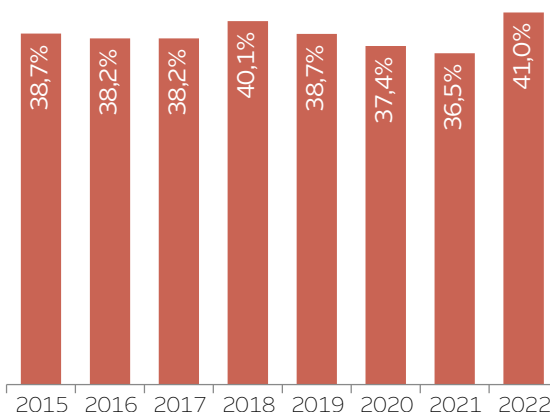
A relação entre despesas de custeio e receita corrente para o conjunto dos municípios capixabas passou de 36,5%, em 2021, para 41%, em 2022, um patamar elevado. Esse nível só encontra paralelo com o percentual de 2018, de 40,1%. O avanço no indicador foi resultado da alta muito mais intensa no custeio (23%) do que na receita corrente (9,5%).

O custeio representou 42,7% do gasto total, sendo o segundo maior grupo de despesa, ficando atrás apenas do dispêndio com pessoal (43,4%).

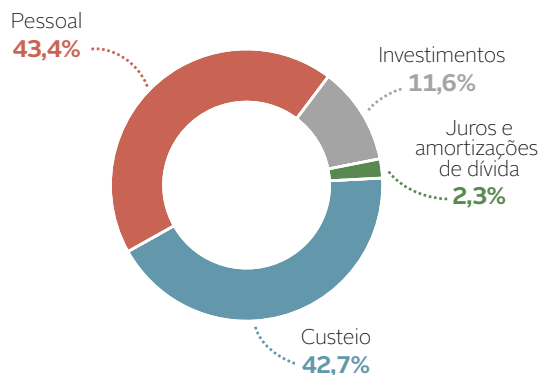
O peso do custeio no gasto total ou na receita corrente varia significativamente entre os municípios do Estado. Essa disparidade pode ser explicada principalmente pelos diferentes modelos de prestação de serviços adotados pelas administrações locais.

Quando um município contrata serviços terceirizados para realizar uma parte significativa de suas atividades, como desenvolvimento de sistemas, demandas de informática, serviços na área da saúde, segurança patrimonial ou limpeza de prédios públicos, os desembolsos com custeio tendem a ser mais elevados. Por outro lado, quando a maioria dos serviços é executada pelos servidores públicos, os gastos com custeio são relativamente menores, mas os dispêndios com o quadro de pessoal efetivo tendem a ser maiores.

## Participação média da despesa com custeio na receita corrente



## Composição da despesa por categoria econômica em 2022







## DESPESA COM CUSTEIO

Posição	Município	Despesa com custeio <sup>1</sup> em R\$	População 2022
1º	Serra	843.159.423,26	520.649
2º	Vitória	833.524.859,73	322.869
3º	Vila Velha	750.436.336,91	467.722
4º	Cariacica	493.916.812,91	353.510
5º	Linhares	425.801.914,64	166.786
6º	Colatina	296.040.001,64	119.992
7º	Cachoeiro de Itapemirim	265.287.640,87	185.784
8º	Itapemirim	232.574.613,45	39.832
9º	Aracruz	226.690.595,53	94.765
10º	Presidente Kennedy	224.157.659,44	13.696
11º	São Mateus	205.315.190,39	123.750
12º	Maratáizes	187.597.104,85	41.929
13º	Guarapari	167.793.371,97	124.656
14º	Anchieta	119.889.118,45	29.984
15º	Viana	106.287.767,11	73.423
16º	Nova Venécia	90.069.154,75	49.065
17º	Jaguare	82.627.495,66	28.931
18º	Santa Maria de Jetibá	82.138.354,78	41.636
19º	Domingos Martins	76.948.617,68	35.416
20º	Castelo	69.704.028,16	36.930
21º	Baixo Guandu	65.431.838,12	30.674
22º	Venda Nova do Imigrante	61.131.737,72	23.831
23º	Íluna	55.147.507,00	28.590
24º	Santa Teresa	53.827.985,17	22.808
25º	Afonso Cláudio	51.949.633,56	30.684
26º	Montanha	51.888.647,32	18.900
27º	Alegre	50.189.951,60	29.177
28º	Barra de São Francisco	49.796.817,95	42.498
29º	São Gabriel da Palha	47.471.831,02	32.252
30º	Conceição da Barra	46.491.772,70	27.458
31º	Piúma	43.942.857,17	22.300
32º	Fundão	43.360.972,83	18.014
33º	Ecoporanga	43.243.798,93	21.992
34º	Mimoso do Sul	43.141.421,13	24.475
35º	Guapuá	41.728.624,55	29.358
36º	Sooretama	41.098.178,30	26.502
37º	Pinheiros	40.369.528,45	23.915
38º	Pancas	39.964.809,92	18.893
39º	Vargem Alta	39.625.547,38	19.563
40º	Alfredo Chaves	38.226.040,75	13.836
41º	Muniz Freire	38.126.933,21	18.153
42º	Ibatiba	37.274.576,21	25.380
43º	João Neiva	37.099.753,66	14.079
44º	Rio Bananal	36.432.385,60	19.273
45º	Marechal Floriano	34.814.766,50	17.641
46º	Brejetuba	33.854.657,26	12.985
47º	Iconha	32.406.370,56	12.326
48º	Conceição do Castelo	31.383.636,28	11.937
49º	Atilio Vivácqua	30.419.381,98	10.540
50º	Ibiraçu	30.408.299,52	11.713
51º	Pedro Canário	29.755.072,12	21.522
52º	Vila Valério	29.346.897,23	13.728
53º	Muqui	29.233.680,01	13.745
54º	Itaguaçu	27.290.728,39	13.589
55º	Marilândia	27.150.835,59	12.202
56º	Governador Lindenberg	26.919.938,03	11.009
57º	Boa Esperança	25.242.835,52	13.608
58º	Itarana	25.020.847,62	10.597
59º	São Domingos do Norte	24.755.932,72	8.589
60º	Irupi	24.619.184,88	13.710
61º	Rio Novo do Sul	24.286.043,16	11.069
62º	Santa Leopoldina	22.854.097,17	13.106
63º	Água Doce do Norte	22.649.553,53	12.042
64º	Laranja da Terra	22.458.918,98	11.094
65º	São Roque do Canaã	22.252.417,75	10.886
66º	Vila Pavão	21.673.670,74	8.911
67º	São José do Calçado	21.558.017,64	10.878
68º	Água Branca	20.718.404,78	9.711
69º	Jerônimo Monteiro	19.431.063,87	11.575
70º	Mantenópolis	19.185.079,65	12.770
71º	Apiacá	19.049.804,02	7.223
72º	Ibitirama	17.627.795,91	9.520
73º	Dores do Rio Preto	17.616.095,53	6.596
74º	Bom Jesus do Norte	17.588.866,96	10.254
75º	Mucurici	17.211.099,81	5.466
76º	Ponto Belo	16.531.525,95	6.497
77º	Alto Rio Novo	16.436.826,74	7.434
78º	Divino de São Lourenço	15.892.571,97	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>7.694.568.130,80</b>	<b>3.833.486</b>

## DESPESA COM CUSTEIO PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio <sup>1</sup> (A) em R\$	População 2022 (B)
1º	Presidente Kennedy	6.366,65	224.157.659,44	13.696
2º	Itapemirim	5.838,89	232.574.613,45	39.832
3º	Maratáizes	4.474,16	187.597.104,85	41.929
4º	Anchieta	3.998,44	119.889.118,45	29.984
5º	Mucurici	3.148,76	17.211.099,81	5.466
6º	Divino de São Lourenço	3.126,61	15.892.571,97	5.083
7º	Atilio Vivácqua	2.886,09	30.419.381,98	10.540
8º	São Domingos do Norte	2.882,28	24.755.932,72	8.589
9º	Jaguare	2.856,02	82.627.495,66	28.931
10º	Alfredo Chaves	2.762,80	38.226.040,75	13.836
11º	Montanha	2.745,43	51.888.647,32	18.900
12º	Dores do Rio Preto	2.670,72	17.616.095,53	6.596
13º	Apiacá	2.637,38	19.049.804,02	7.223
14º	João Neiva	2.635,11	37.099.753,66	14.079
15º	Iconha	2.629,11	32.406.370,56	12.326
16º	Conceição do Castelo	2.629,11	31.383.636,28	11.937
17º	Brejetuba	2.607,21	33.854.657,26	12.985
18º	Ibiraçu	2.596,12	30.408.299,52	11.713
19º	Vitória	2.581,62	833.524.859,73	322.869
20º	Venda Nova do Imigrante	2.565,22	61.131.737,72	23.831
21º	Linhares	2.552,98	425.801.914,64	166.786
22º	Ponto Belo	2.544,49	16.531.525,95	6.497
23º	Colatina	2.467,16	296.040.001,64	119.992
24º	Governador Lindenberg	2.445,27	26.919.938,03	11.009
25º	Vila Pavão	2.432,24	21.673.670,74	8.911
26º	Fundão	2.407,07	43.360.972,83	18.014
27º	Aracruz	2.392,13	226.690.595,53	94.765
28º	Itarana	2.361,13	25.020.847,62	10.597
29º	Santa Teresa	2.360,05	53.827.985,17	22.808
30º	Marilândia	2.225,11	27.150.835,59	12.202
31º	Alto Rio Novo	2.211,03	16.436.826,74	7.434
32º	Rio Novo do Sul	2.194,06	24.286.043,16	11.069
33º	Domingos Martins	2.172,71	76.948.617,68	35.416
34º	Vila Valério	2.137,74	29.346.897,23	13.728
35º	Água Branca	2.133,50	20.718.404,78	9.711
36º	Baixo Guandu	2.133,14	65.431.838,12	30.674
37º	Muqui	2.126,86	29.233.680,01	13.745
38º	Pancas	2.115,32	39.964.809,92	18.893
39º	Muniz Freire	2.100,31	38.126.933,21	18.153
40º	São Roque do Canaã	2.044,13	22.252.417,75	10.886
41º	Vargem Alta	2.025,54	39.625.547,38	19.563
42º	Laranja da Terra	2.024,42	22.458.918,98	11.094
43º	Itaguaçu	2.008,30	27.290.728,39	13.589
44º	São José do Calçado	1.981,80	21.558.017,64	10.878
45º	Marechal Floriano	1.973,51	34.814.766,50	17.641
46º	Santa Maria de Jetibá	1.972,77	82.138.354,78	41.636
47º	Piúma	1.970,53	43.942.857,17	22.300
48º	Ecoporanga	1.966,34	43.243.798,93	21.992
49º	Íluna	1.928,91	55.147.507,00	28.590
50º	Rio Bananal	1.890,33	36.432.385,60	19.273
51º	Castelo	1.887,46	69.704.028,16	36.930
52º	Água Doce do Norte	1.880,88	22.649.553,53	12.042
53º	Boa Esperança	1.855,00	25.242.835,52	13.608
54º	Ibitirama	1.851,66	17.627.795,91	9.520
55º	Nova Venécia	1.835,71	90.069.154,75	49.065
56º	Irupi	1.795,71	24.619.184,88	13.710
57º	Mimoso do Sul	1.762,67	43.141.421,13	24.475
58º	Santa Leopoldina	1.743,79	22.854.097,17	13.106
59º	Alegre	1.720,19	50.189.951,60	29.177
60º	Bom Jesus do Norte	1.715,32	17.588.866,96	10.254
61º	Conceição da Barra	1.693,20	46.491.772,70	27.458
62º	Afonso Cláudio	1.693,05	51.949.633,56	30.684
63º	Pinheiros	1.688,04	40.369.528,45	23.915
64º	Jerônimo Monteiro	1.678,71	19.431.063,87	11.575
65º	São Mateus	1.659,11	205.315.190,39	123.750
66º	Serra	1.619,44	843.159.423,26	520.649
67º	Vila Velha	1.604,45	750.436.336,91	467.722
68º	Sooretama	1.550,76	41.098.178,30	26.502
69º	Mantenópolis	1.502,36	19.185.079,65	12.770
70º	São Gabriel da Palha	1.471,90	47.471.831,02	32.252
71º	Ibatiba	1.468,66	37.274.576,21	25.380
72º	Viana	1.447,61	106.287.767,11	73.423
73º	Cachoeiro de Itapemirim	1.427,94	265.287.640,87	185.784
74º	Guapuá	1.421,37	41.728.624,55	29.358
75º	Cariacica	1.397,18	493.916.812,91	353.510
76º	Pedro Canário	1.382,54	29.755.072,12	21.522
77º	Guarapari	1.346,05	167.793.371,97	124.656
78º	Barra de São Francisco	1.171,74	49.796.817,95	42.498
<b>TOTAL</b>		<b>2.007,20</b>	<b>7.694.568.130,80</b>	<b>3.833.486</b>

RANKING 2022

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sicofi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: <sup>1</sup>exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

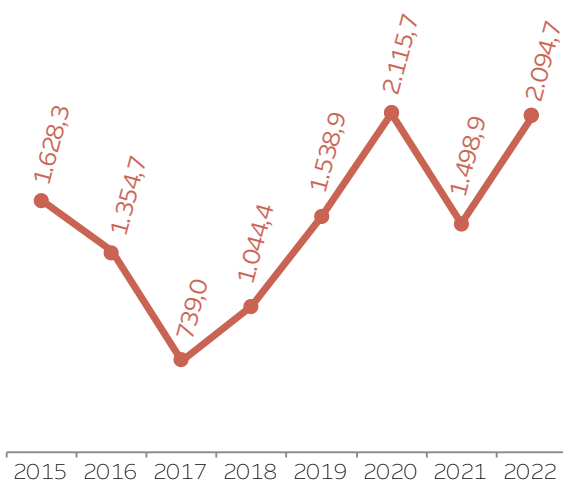
## DESEMPENHO

Os investimentos feitos pelos municípios capixabas somaram R\$ 2,09 bilhões em 2022, valor que superou em 39,7% o do ano anterior. Foram R\$ 595,8 milhões adicionais aplicados pelas cidades do Espírito Santo na infraestrutura e na compra de equipamentos. A alta elevou o dispêndio ao segundo maior patamar da história dos municípios do Estado.

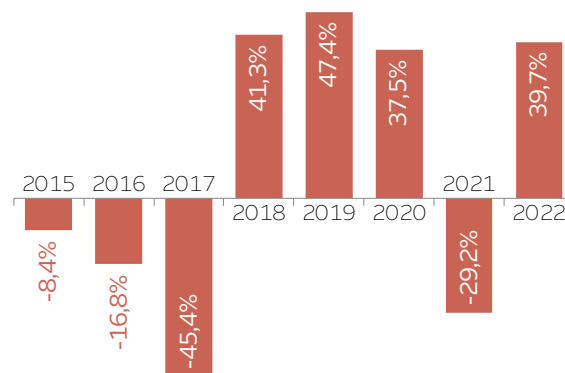
Em parte, esse excelente desempenho deve-se ao fato de 2021, ano-base da comparação, ter sido o primeiro exercício de mandato das atuais administrações municipais, quando os investimentos costumam diminuir. Nesse momento político-administrativo, os governos focam suas atenções na definição dos projetos que executarão ao longo da gestão. No entanto, mesmo em relação a 2018, que também foi o segundo ano de mandato das legislaturas anteriores, os investimentos de 2022 foram duas vezes maiores, já considerada a inflação medida pelo IPCA. Em 2022, tais aportes correspondem a 11,6% do conjunto das despesas municipais.

### Evolução dos investimentos

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022

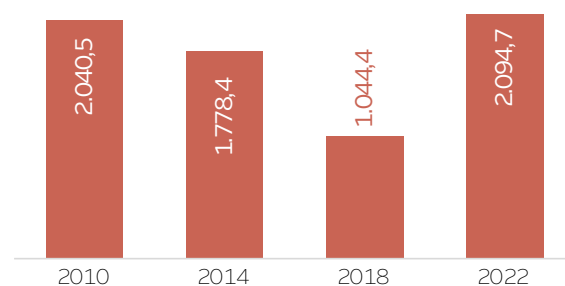


### Taxa de crescimento real da despesa com investimento em relação ao ano anterior

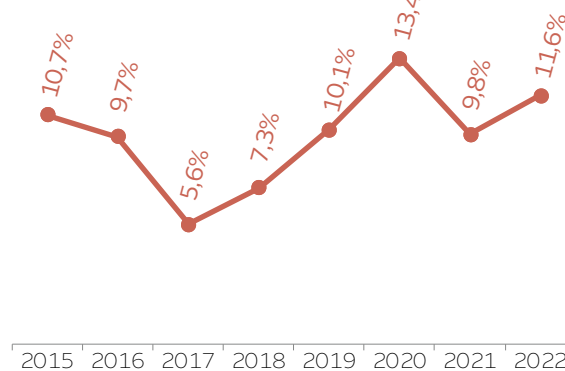


### Volume de investimentos em segundos anos de mandatos

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



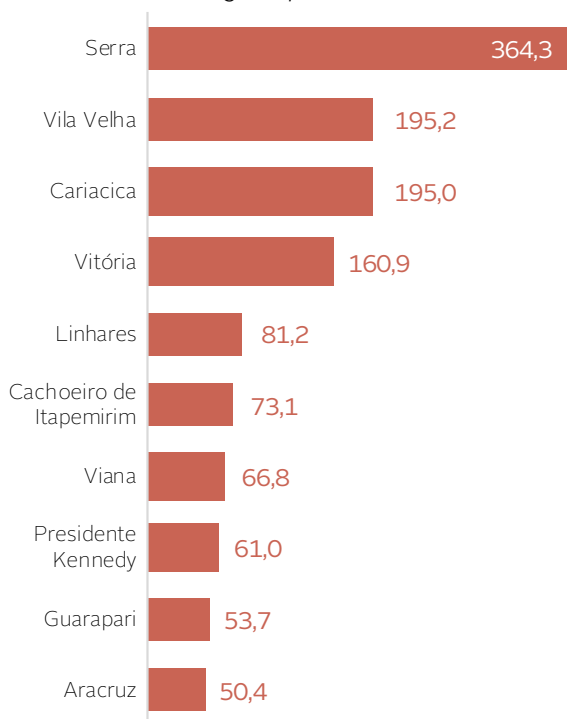
### Participação dos investimentos na despesa total



A exemplo do ano anterior, o município de Serra liderou de forma isolada o ranking anual de investimentos em 2022, com a cifra de R\$ 364,3 milhões. Na segunda posição, aparecem empatados Vila Velha (R\$ 195,2 milhões) e Cariacica (R\$ 195,0 milhões), seguidos por Vitória (R\$ 160,9 milhões), Linhares (R\$ 81,2 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 73,1 milhões).

### Os dez municípios que mais investiram em 2022

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



## FONTE DE RECURSOS dos investimentos

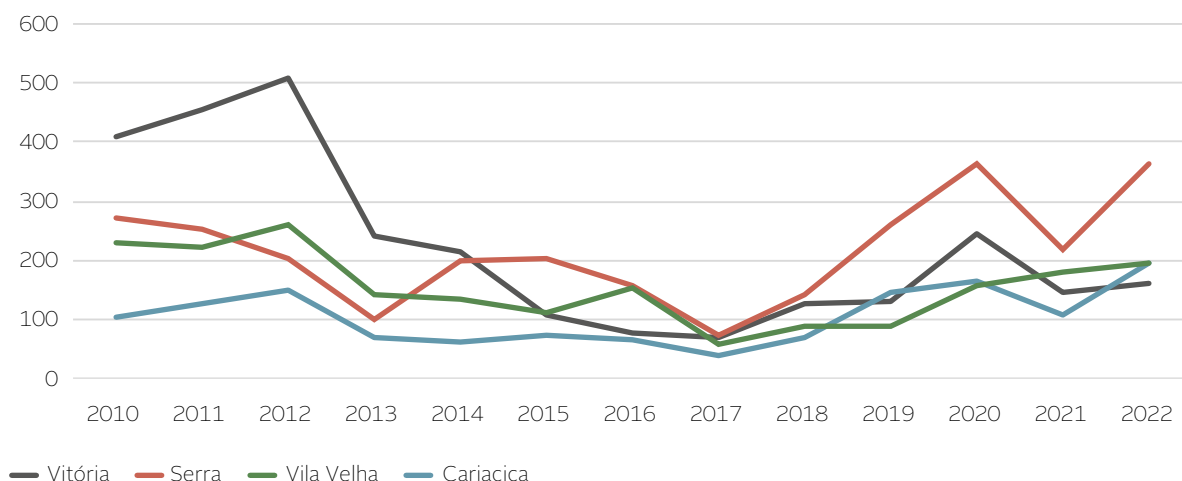
Os robustos investimentos dos municípios capixabas, em 2022, foram impulsionados pela expansão significativa das transferências de capital do Estado, que alcançaram a marca de R\$ 607,8 milhões, o maior montante já registrado e que correspondeu a 29% de todo o investimento municipal. Esse salto representou um acréscimo de aproximadamente R\$ 379,9 milhões sobre o ano anterior.

Responsáveis por apenas 7% dos investimentos municipais de 2022, as transferências de capital da União, por sua vez, chegaram a R\$ 147,5 milhões, apenas R\$ 24,8 milhões a mais do que as efetuadas em 2021.

Outra fonte de apoio financeiro para a alocação dos investimentos são os recursos obtidos por meio de operações de crédito, buscadas nas instituições financeiras pelas prefeituras em razão da pressão exercida pela baixa capacidade de aportes com receitas próprias. Tais transações foram crescentes de 2018 a 2020, atingindo R\$ 529,7 milhões, naquele último exercício. Nos dois anos seguintes, recuaram acentuadamente, para o patamar de R\$ 201,1 milhões, em 2022. Os volumes mais vultosos de capital obtido por meio de empréstimos foram observados em Vila Velha (R\$ 63,2 milhões), Cariacica (R\$ 50 milhões), Linhares

### Evolução dos investimentos dos quatro maiores municípios do Espírito Santo

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022

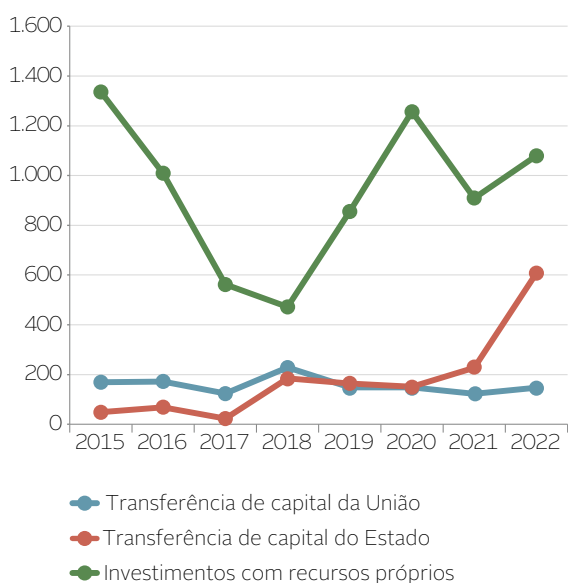


(R\$ 23,1 milhões), Serra (R\$ 21,1 milhões), Vitória (R\$ 16 milhões) e Colatina R\$ 11,1 milhões).

Por fim, os municípios capixabas direcionaram R\$ 1,08 bilhão de fontes próprias de receitas para os investimentos, quantia que correspondeu a 52% do total desta despesa e representou um aumento de R\$ 170 milhões no confronto com o ano anterior.

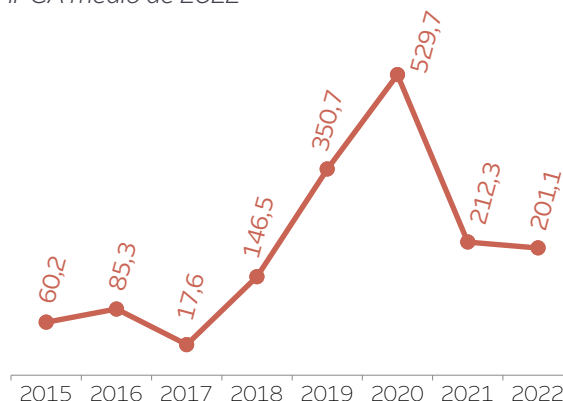
### Evolução das transferências de capital da União e do Estado e dos investimentos com recursos próprios dos municípios

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



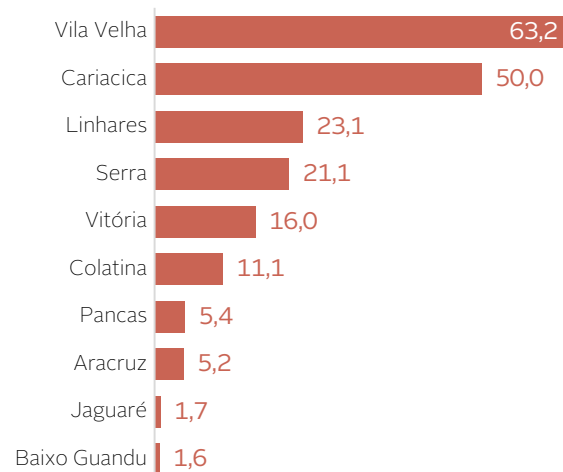
### Evolução das operações de crédito

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Dez maiores receitas de operações de crédito em 2022

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



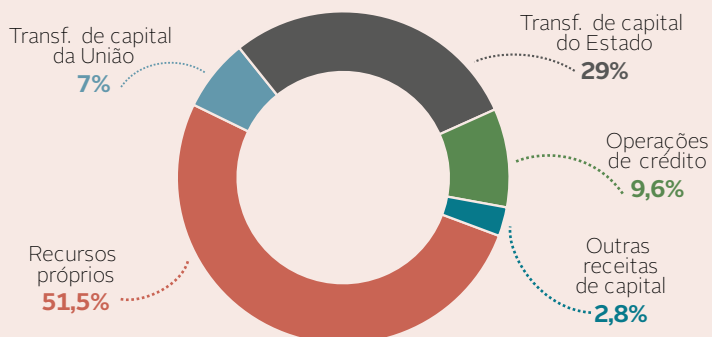
## FONTES DOS RECURSOS investidos

Os investimentos públicos municipais são financiados pelos recursos próprios das prefeituras,

pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios, adotado por **Finanças dos Municípios Capixabas**, equivale ao total da despesa com investimento, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das

receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar quanto das receitas correntes municipais é utilizado para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

### Origem dos recursos investidos em 2022



### Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2016-2022

Origem dos recursos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2022/2021
	em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2022							em %
Recursos próprios	1.009.012,9	561.820,7	472.066,8	856.000,3	1.256.409,0	909.315,7	1.079.275,3	18,7
Receita de capital	345.654,0	177.168,9	572.304,1	682.893,3	859.300,1	589.599,0	1.015.411,7	72,2
Transferências de capital	245.423,9	148.937,8	413.015,2	315.244,9	303.495,9	351.138,2	774.500,1	120,6
Transferências da União	172.415,5	123.930,9	228.567,5	148.778,5	148.713,4	122.739,6	147.513,4	20,2
Transferências do Estado	68.916,0	22.929,3	184.447,7	164.170,0	151.656,4	227.935,8	607.841,1	166,7
Outras transferências de capital	4.092,3	2.077,7	0,0	2.296,4	3.126,0	462,8	19.145,6	4.036,7
Operações de crédito	85.268,6	17.588,1	146.514,1	350.657,8	529.673,0	212.281,7	201.056,7	-5,3
Outras receitas de capital <sup>1</sup>	14.961,5	10.643,0	12.774,8	16.990,5	26.131,3	26.179,1	39.854,9	52,2
<b>Investimento total</b>	<b>1.239.628,1</b>	<b>738.989,5</b>	<b>1.044.370,9</b>	<b>1.538.893,5</b>	<b>2.115.709,1</b>	<b>1.498.914,7</b>	<b>2.094.687,0</b>	<b>39,7</b>

<sup>1</sup> Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

### Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2016-2022

Origem dos recursos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	em %						
Recursos próprios	74,5	76,0	45,2	55,6	59,4	60,5	51,5
Receita de capital	25,5	24,0	54,8	44,4	40,6	39,5	48,5
Transferências de capital	18,1	20,2	39,5	20,5	14,3	23,6	37,0
Transferências da União	12,7	16,8	21,9	9,7	7,0	8,3	7,0
Transferências do Estado	5,1	3,1	17,7	10,7	7,2	14,7	29,0
Outras transferências de capital	0,3	0,3	-	0,1	0,1	0,5	0,9
Operações de crédito	6,3	2,4	14,0	22,8	25,0	14,2	9,6
Outras receitas de capital <sup>1</sup>	1,1	1,4	1,2	1,1	1,2	1,8	1,9
<b>Investimento total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).



## INVESTIMENTOS

Posição	Município	Despesa com investimento <sup>1</sup> em R\$	População 2022
1º	Serra	364.275.852,35	520.649
2º	Vila Velha	195.182.020,34	467.722
3º	Cariacica	195.045.288,49	353.510
4º	Vitória	160.861.160,16	322.869
5º	Linhares	81.191.462,34	166.786
6º	Cachoeiro de Itapemirim	73.146.400,65	185.784
7º	Viana	66.811.974,29	73.423
8º	Presidente Kennedy	60.967.891,67	13.696
9º	Guarapari	53.704.170,40	124.656
10º	Aracruz	50.437.217,72	94.765
11º	Marataízes	44.047.814,27	41.929
12º	Colatina	39.008.263,92	119.992
13º	São Mateus	26.886.054,73	123.750
14º	Guaçuí	24.459.858,58	29.358
15º	Lúna	22.852.383,32	28.590
16º	Itapemirim	22.311.827,57	39.832
17º	Santa Maria de Jetibá	21.093.138,31	41.636
18º	Barra de São Francisco	20.770.407,48	42.498
19º	Castelo	20.616.820,72	36.930
20º	Anchieta	19.962.424,46	29.984
21º	Nova Venécia	17.929.477,12	49.065
22º	Jaguaré	17.560.267,02	28.931
23º	Venda Nova do Imigrante	17.282.891,47	23.831
24º	Vargem Alta	17.249.507,37	19.563
25º	Domingos Martins	15.771.526,98	35.416
26º	São Roque do Canaã	14.385.489,23	10.886
27º	Santa Teresa	14.117.781,17	22.808
28º	Sooretama	14.008.885,95	26.502
29º	Pedro Canário	13.339.987,56	21.522
30º	Laranja da Terra	13.210.632,80	11.094
31º	Pancas	12.759.933,03	18.893
32º	Atílio Vivácqua	12.705.370,31	10.540
33º	Marechal Floriano	12.599.900,00	17.641
34º	Ponto Belo	12.230.730,08	6.497
35º	Muniz Freire	11.194.439,95	18.153
36º	Vila Valério	11.019.339,49	13.728
37º	Conceição da Barra	10.494.560,89	27.458
38º	Baixo Guandu	10.478.781,07	30.674
39º	Fundão	10.473.641,30	18.014
40º	Brejetuba	10.446.394,45	12.985
41º	Piúma	10.161.895,25	22.300
42º	Pinheiros	9.979.388,78	23.915
43º	Mimoso do Sul	9.965.256,21	24.475
44º	Marilândia	9.940.077,54	12.202
45º	Água Doce do Norte	9.914.384,17	12.042
46º	Alfredo Chaves	9.698.853,92	13.836
47º	São José do Calçado	9.652.906,09	10.878
48º	Água Branca	9.550.813,49	9.711
49º	Governador Lindenberg	9.405.644,59	11.009
50º	Rio Novo do Sul	9.070.173,78	11.069
51º	Santa Leopoldina	8.922.094,09	13.106
52º	Bom Jesus do Norte	8.759.088,00	10.254
53º	João Neiva	8.706.427,61	14.079
54º	Ecoporanga	8.003.489,93	21.992
55º	Dores do Rio Preto	7.960.565,71	6.596
56º	Alegre	7.948.889,16	29.177
57º	São Domingos do Norte	7.925.542,06	8.589
58º	Iconha	7.817.664,18	12.326
59º	Itarana	6.860.697,94	10.597
60º	Vila Pavão	6.514.873,27	8.911
61º	Afonso Cláudio	6.139.453,38	30.684
62º	Ibitirama	6.032.554,47	9.520
63º	São Gabriel da Palha	5.983.649,40	32.252
64º	Mucurici	5.894.549,99	5.466
65º	Itaguaçu	5.541.286,47	13.589
66º	Mantenópolis	5.406.185,62	12.770
67º	Ibatiba	5.373.813,21	25.380
68º	Muqui	5.153.126,81	13.745
69º	Rio Bananal	4.981.208,01	19.273
70º	Boa Esperança	4.784.366,15	13.608
71º	Alto Rio Novo	4.760.158,11	7.434
72º	Conceição do Castelo	4.478.585,52	11.937
73º	Jerônimo Monteiro	4.361.982,88	11.575
74º	Irupi	4.038.491,78	13.710
75º	Montanha	3.682.055,85	18.900
76º	Ibiraçu	3.513.922,76	11.713
77º	Apiacá	3.367.849,87	7.223
78º	Divino de São Lourenço	1.564.697,20	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>2.094.708.632,26</b>	<b>3.833.486</b>

## INVESTIMENTOS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com investimento <sup>1</sup> (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	4.451,51	60.967.891,67	13.696
2º	Ponto Belo	1.882,52	12.230.730,08	6.497
3º	São Roque do Canaã	1.321,47	14.385.489,23	10.886
4º	Dores do Rio Preto	1.206,88	7.960.565,71	6.596
5º	Atílio Vivácqua	1.205,44	12.705.370,31	10.540
6º	Laranja da Terra	1.190,79	13.210.632,80	11.094
7º	Mucurici	1.078,40	5.894.549,99	5.466
8º	Marataízes	1.050,53	44.047.814,27	41.929
9º	Água Branca	983,50	9.550.813,49	9.711
10º	São Domingos do Norte	922,75	7.925.542,06	8.589
11º	Viana	909,96	66.811.974,29	73.423
12º	São José do Calçado	887,38	9.652.906,09	10.878
13º	Vargem Alta	881,74	17.249.507,37	19.563
14º	Governador Lindenberg	854,36	9.405.644,59	11.009
15º	Bom Jesus do Norte	854,21	8.759.088,00	10.254
16º	Guaçuí	833,16	24.459.858,58	29.358
17º	Água Doce do Norte	823,32	9.914.384,17	12.042
18º	Rio Novo do Sul	819,42	9.070.173,78	11.069
19º	Marilândia	814,63	9.940.077,54	12.202
20º	Brejetuba	804,50	10.446.394,45	12.985
21º	Vila Valério	802,69	11.019.339,49	13.728
22º	Lúna	799,31	22.852.383,32	28.590
23º	Vila Pavão	731,10	6.514.873,27	8.911
24º	Venda Nova do Imigrante	725,23	17.282.891,47	23.831
25º	Marechal Floriano	714,24	12.599.900,00	17.641
26º	Alfredo Chaves	700,99	9.698.853,92	13.836
27º	Serra	699,66	364.275.852,35	520.649
28º	Santa Leopoldina	680,76	8.922.094,09	13.106
29º	Pancas	675,38	12.759.933,03	18.893
30º	Anchieta	665,77	19.962.424,46	29.984
31º	Itarana	647,42	6.860.697,94	10.597
32º	Alto Rio Novo	640,32	4.760.158,11	7.434
33º	Iconha	634,24	7.817.664,18	12.326
34º	Ibitirama	633,67	6.032.554,47	9.520
35º	Pedro Canário	619,83	13.339.987,56	21.522
36º	Santa Teresa	618,98	14.117.781,17	22.808
37º	João Neiva	618,40	8.706.427,61	14.079
38º	Muniz Freire	616,67	11.194.439,95	18.153
39º	Jaguaré	606,97	17.560.267,02	28.931
40º	Fundão	581,42	10.473.641,30	18.014
41º	Itapemirim	560,15	22.311.827,57	39.832
42º	Castelo	558,27	20.616.820,72	36.930
43º	Cariacica	551,74	195.045.288,49	353.510
44º	Aracruz	532,23	50.437.217,72	94.765
45º	Sooretama	528,60	14.008.885,95	26.502
46º	Santa Maria de Jetibá	506,61	21.093.138,31	41.636
47º	Vitória	498,22	160.861.160,16	322.869
48º	Barra de São Francisco	488,74	20.770.407,48	42.498
49º	Linhares	486,80	81.191.462,34	166.786
50º	Apiacá	466,27	3.367.849,87	7.223
51º	Piúma	455,69	10.161.895,25	22.300
52º	Domingos Martins	445,32	15.771.526,98	35.416
53º	Guarapari	430,82	53.704.170,40	124.656
54º	Mantenópolis	423,35	5.406.185,62	12.770
55º	Vila Velha	417,30	195.182.020,34	467.722
56º	Pinheiros	417,29	9.979.388,78	23.915
57º	Itaguaçu	407,78	5.541.286,47	13.589
58º	Mimoso do Sul	407,16	9.965.256,21	24.475
59º	Cachoeiro de Itapemirim	393,72	73.146.400,65	185.784
60º	Conceição da Barra	382,20	10.494.560,89	27.458
61º	Jerônimo Monteiro	376,85	4.361.982,88	11.575
62º	Conceição do Castelo	375,19	4.478.585,52	11.937
63º	Muqui	374,91	5.153.126,81	13.745
64º	Nova Venécia	365,42	17.929.477,12	49.065
65º	Ecoporanga	363,93	8.003.489,93	21.992
66º	Boa Esperança	351,58	4.784.366,15	13.608
67º	Baixo Guandu	341,62	10.478.781,07	30.674
68º	Colatina	325,09	39.008.263,92	119.992
69º	Divino de São Lourenço	307,83	1.564.697,20	5.083
70º	Ibiraçu	300,00	3.513.922,76	11.713
71º	Irupi	294,57	4.038.491,78	13.710
72º	Alegre	272,44	7.948.889,16	29.177
73º	Rio Bananal	258,46	4.981.208,01	19.273
74º	São Mateus	217,26	26.886.054,73	123.750
75º	Ibatiba	211,73	5.373.813,21	25.380
76º	Afonso Cláudio	200,09	6.139.453,38	30.684
77º	Montanha	194,82	3.682.055,85	18.900
78º	São Gabriel da Palha	185,53	5.983.649,40	32.252
<b>TOTAL</b>		<b>546,42</b>	<b>2.094.708.632,26</b>	<b>3.833.486</b>

RANKING 2022

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

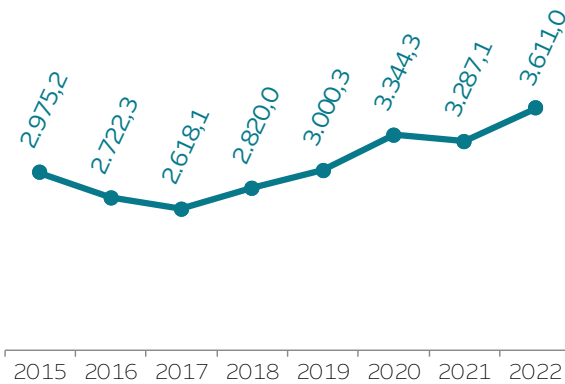
Nota: <sup>1</sup> toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

## DESEMPENHO

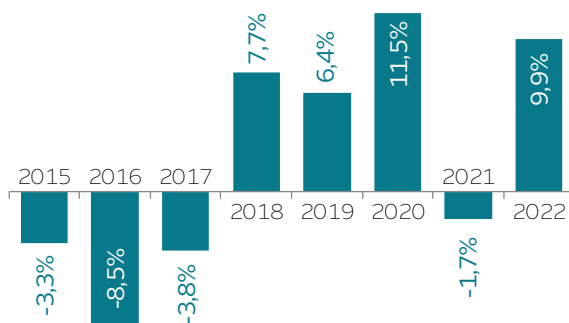
No ano de 2022, os municípios capixabas alocaram o montante de R\$ 3,61 bilhões no sistema público de saúde. Em valores já corrigidos pelo IPCA, esse resultado representa uma expansão de 9,9% em relação a 2021 e de 8% sobre 2020, ano da eclosão da maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos. Ao superarem a despesa empenhada de 2020, de R\$ 3,34 bilhões, as administrações municipais no Espírito Santo acabaram por alcançar um novo recorde orçamentário para a pasta, pois nunca destinaram tantos recursos para a saúde como em 2022.

### Evolução das despesas com saúde

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real da despesa municipal com saúde em relação ao ano anterior



Os esforços das municipalidades em investir na área ficam ainda mais evidentes quando se pondera que, em 2022, o Estado e a União, em conjunto, reduziram em R\$ 89,3 milhões os repasses para os municípios capixabas aplicarem no Sistema Único de Saúde (SUS), comparado a 2021. No confronto com 2020, tais transferências de 2022 foram R\$ 246,1 milhões inferiores.

Em grande parte, esse recuo ocorreu devido ao arrefecimento da pandemia e à retirada, principalmente da União, de aportes que visavam ao enfrentamento do cenário adverso. Esse movimento fica evidenciado ao se analisar o montante direcionado via fundo a fundo, principal rota de transferências para a saúde da União para os municípios. Em 2021, R\$ 1,09 bilhão chegou aos municípios capixabas por esse expediente, ao passo que, em 2022, a União remeteu R\$ 979 milhões, ou seja, R\$ 110 milhões a menos.

Enquanto os repasses diminuam, as despesas bancadas exclusivamente pelo tesouro dos municípios capixabas saíram de R\$ 1,97 bilhão, em 2020, para R\$ 2,07 bilhões, em 2021, e para R\$ 2,48 bilhões, em 2022, um salto da ordem de 26% em dois anos.

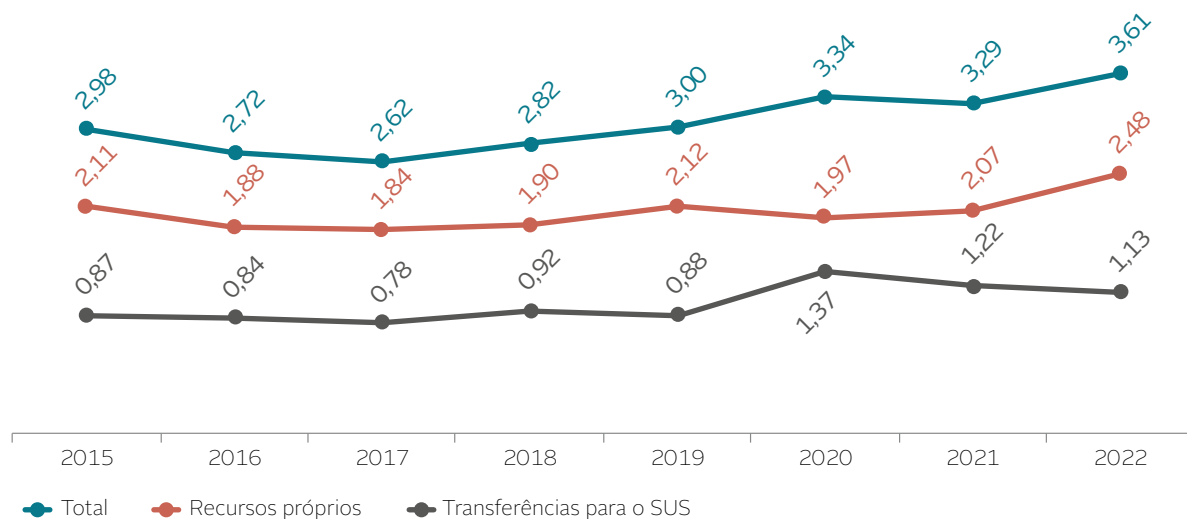
Dessa forma, passada a fase mais crítica da crise sanitária, o orçamento da saúde nos municípios elevou-se significativamente a ponto de quebrar o recorde anterior, ainda que as transferências oriundas dos outros entes da federação para o financiamento do SUS no município tenham encolhido, como mostra o gráfico a seguir.

O aumento do gasto municipal com saúde no Espírito Santo vem fazer frente à demanda cada vez maior da população pelos serviços da área. Embora a pandemia não esteja mais em curso, em 2022 foram registrados 1.362.546 novos casos de contaminação e 3.272 mortes no Estado em razão da Covid-19. Somam-se a isso os tratamentos às sequelas e o atendimento às demandas que ficaram represadas durante o período de isolamento em 2020 e 2021.



## Despesa com a saúde municipal por origem de financiamento

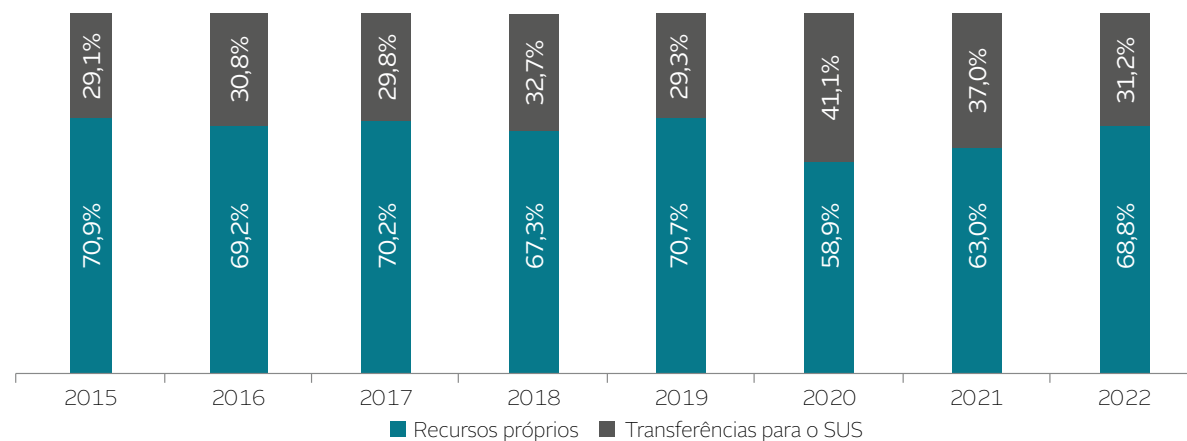
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio 2022



Com a retração dos recursos advindos de transferências para o SUS e o aumento das despesas em saúde via receitas próprias, a composição do financiamento da saúde municipal retornou aos patamares semelhantes ao observado até antes do advento

da pandemia do novo coronavírus. Assim, o tesouro municipal voltou a arcar com cerca de 70% dessa obrigação, e os demais entes, com 30%, registrando pequenas variações nesses índices, para cima ou para baixo.

## Participação dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde municipal



## FONTES DE FINANCIAMENTO da saúde nos municípios

Os municípios contam basicamente com duas fontes de recursos para suprir a saúde pública:

a) As verbas oriundas da União e do Estado para serem aplicadas diretamente no investimento e no custeio de suas unidades do Sistema Único de Saúde, o SUS, englobando os chamados recursos fundo a fundo, os convênios de natureza corrente e as transferências de capital.

b) Os recursos próprios compostos pela arrecadação direta de tributos e as transferências constitucionais recebidas regularmente e de livre aplicação pelo município, além de aportes advindos de operações de crédito e outras receitas menores.

## MUNICÍPIOS em destaque

A despesa com saúde expandiu-se em 64 dos 78 municípios capixabas. Cabe ressaltar o desempenho em Serra e em Vila Velha. No caso de Serra, o gasto foi

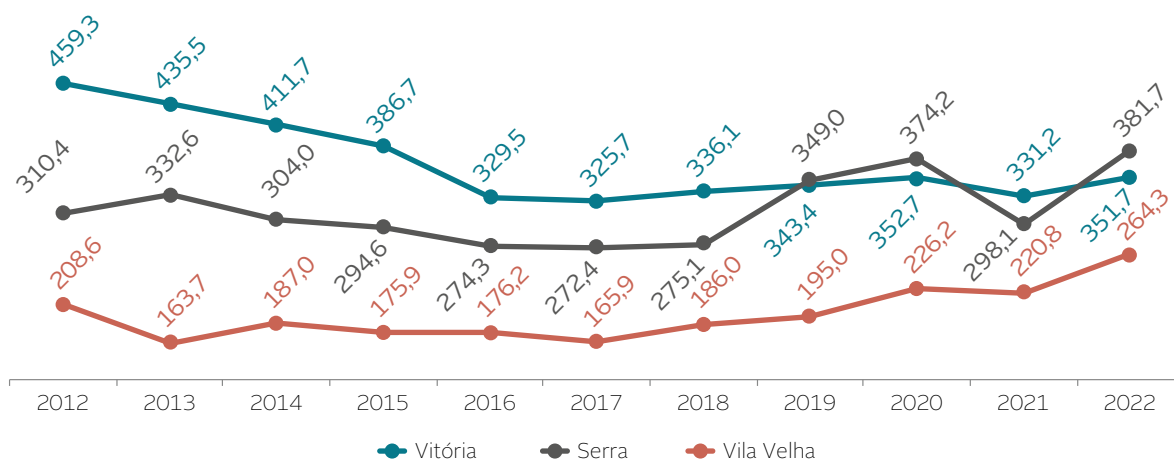
acrescido em R\$ 83,6 milhões de 2021 para 2022, chegando a um total de R\$ 381,7 milhões. Com esse valor, o município voltou a ocupar a primeira posição no ranking dos maiores dispêndios com saúde no Espírito Santo, posto que havia perdido para a capital, Vitória, no ano anterior. Em termos relativos, o desembolso de Serra em 2022 disparou 28,1%.

Em Vila Velha, a despesa com saúde de 2022 alcançou R\$ 264,3 milhões, uma ampliação de R\$ 43,5 milhões em relação àquela registrada em 2021. Assim como em Serra, a expansão do gasto no município se deu de forma expressiva, chegando a aproximadamente 20%. Vila Velha ocupa a terceira posição entre os municípios que mais aplicam recursos nessa função.

A capital apresentou uma taxa de crescimento abaixo da média geral das cidades ao reportar uma alta de 6,2%. Vitória desembolsou R\$ 351,7 milhões em saúde, o que representou um acréscimo de pouco mais de R\$ 20 milhões em relação a 2021. Como dito anteriormente, o desempenho mais intenso de Serra fez com que a capital perdesse, novamente, a liderança do ranking estadual desse tipo de gasto. Historicamente, as despesas de Vitória com saúde sempre foram superiores à sua vizinha ao norte, o que lhe garantia o topo da classificação. Entretanto, a partir de 2019, suas posições passaram a se alternar. Mas, em termos per capita, Vitória, com R\$ 1.089 por habitante, continua com cifras mais elevadas que Serra, com R\$ 733, uma vez que a capital possui menos moradores que sua vizinha.

## Evolução das despesas com saúde de Vitória, Serra e Vila Velha

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



Nos demais 75 municípios do Estado, sobressai-se o resultado de Baixo Guandu, que em 2022 elevou as despesas com saúde em 45,6%, um avanço de R\$ 9 milhões em relação a 2021. Em Castelo, a taxa de crescimento foi de 41%, enquanto em Santa Leopoldina a alta ficou em 40,5%. Além desses três municípios, outros três experimentaram variações positivas superiores a 30%, são eles: Mucurici, São Domingos do Norte e Afonso Cláudio. Ao todo, 49 das 78 cidades capixabas – ou seja, 63% delas – marcaram taxa de incremento das despesas com saúde acima de dois dígitos em 2022, o que comprova os esforços das municipalidades em promover melhorias para a área.

Na outra ponta, estão 14 municípios onde o dispêndio acusou baixa em relação a 2021. Dentre eles, destacam-se São José do Caçado (-37,6%), Mantenedópolis (-15,9%) e Linhares (-10,7%). É preciso, porém, pontuar que, em Linhares e em Calçado, isso se deveu, exclusivamente, ao desinvestimento das outras esferas do Poder Executivo na saúde do município.

No caso de Linhares, os envios do Estado e da União que chegaram ao município para essa finalidade contraíram-se R\$ 32,6 milhões, enquanto a despesa total com saúde regrediu R\$ 28,3 milhões, em 2022. Ou seja, embora o desembolso total tenha caído, a prefeitura municipal aumentou seus gastos com recursos próprios. Em São José do Calçado, deixaram de ser consumidos R\$ 8,8 milhões no confronto com o executado em 2021, queda que também decorreu da diminuição dos repasses das demais esferas da federação para o SUS local. Em ambos os casos, vale lembrar, o encaminhamento das verbas disparou excepcionalmente no biênio 2020-2021 porque os

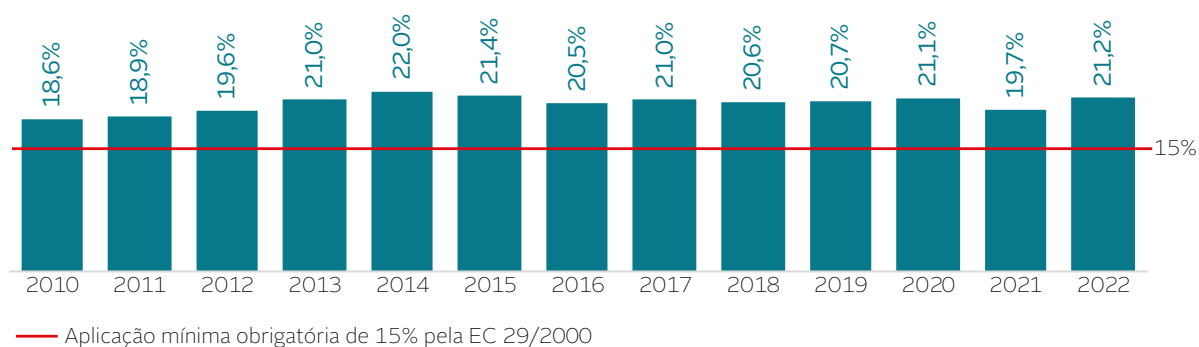
dois municípios sediaram hospitais que se tornaram referência no atendimento de pacientes acometidos pelo novo coronavírus.

## APLICAÇÃO MÍNIMA constitucional

Segundo a Emenda Constitucional nº 29/2000, os municípios devem empregar um mínimo de 15% de suas receitas de impostos e de transferências constitucionais em ações e serviços públicos de saúde; aos estados, é imposta uma parcela de 12%. Já a parte da União, em 2022 ainda estava submetida à regra do Teto dos Gastos contida na EC nº 95/2016, que limita o seu dispêndio ao valor de 2017, podendo este somente ser atualizado pelo IPCA, o que tem dificultado a ampliação da participação federal no financiamento do SUS. A restrição prevista no Teto dos Gastos tem gerado críticas e, desde o final de 2022, iniciaram-se discussões no Congresso Nacional para a substituição dessa âncora fiscal por uma nova regra mais flexível, que permita à União reforçar os aportes financeiros nas áreas sociais.

No Espírito Santo, as gestões municipais aplicaram na saúde 21,18% das receitas vinculadas de 2022. Tal fração é 6,18 pontos percentuais acima dos 15% exigidos pela legislação, o que equivaleu a um esforço adicional das municipalidades de R\$ 668,6 milhões. Isto é, os municípios alocaram acima do que determina a Constituição Federal um montante muito superior ao total de suas arrecadações com o IPTU, que em 2022 somou R\$ 554,9 milhões.

### Despesa em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



## DESPESA per capita

A despesa com saúde per capita dos municípios capixabas apresentou um expressivo salto em 2022 ao atingir R\$ 941,95. Foi a primeira vez na história do Estado em que esse valor superou a marca de R\$ 900,00. Comparado ao ano de 2021, quando esse resultado foi de R\$ 800,08, houve um adicional de R\$ 141,88, o equivalente a 17,7%.

A expansão do indicador per capita foi determinada pelo forte crescimento da despesa total com saúde dos municípios capixabas, de 9,9%, e pelo encolhimento da população estadual, contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados em junho de 2023 na sua versão final, apontaram uma população de 3.833.486 habitantes para o Espírito Santo, quantidade 7% menor que a estimada pelo próprio instituto para 2021, de 4.108.508 habitantes.

O município que alocou mais recursos em saúde proporcionalmente à sua população, em 2022, foi Presidente Kennedy. Com um gasto total de R\$ 64,1 milhões nessa função, a gestão local aplicou R\$ 4.679,35 para cada um dos seus 13.696 habitantes, quantia cinco vezes superior à média do conjunto das cidades capixabas. Isso só foi possível em virtude das altas receitas de royalties do petróleo e gás natural do município. Veja o ranking per capita na página 85.

Na sequência, a listagem mostra Mucurici (R\$ 2.578,93), Anchieta (R\$ 1.964,20), Marataízes (R\$ 1.864,66) e Ponto Belo (R\$ 1.819,26). Com exceção de Ponto Belo, a característica comum a essas localidades é a expressiva receita per capita, que, aliada à vinculação obrigatória das receitas à despesa com saúde, resulta num grande montante de recursos destinados para a área.

Da mesma forma, municípios com baixa receita per capita possuem diminuta despesa per capita. Exemplos desse caso no Estado são Cariacica, com gasto em saúde por habitante de R\$ 450,35, e Vila Velha, com R\$ 565,09. Nessas cidades, a receita total por morador não supera R\$ 3.900, enquanto a média estadual é de R\$ 5.552,21.

### Despesa com saúde per capita em R\$ corrigido pelo IPCA médio 2022



# A ArcelorMittal acelera na sustentabilidade para os carros, as pessoas e o planeta.



Para produzir o aço que está no seu veículo, a ArcelorMittal se preocupa não só com a resistência, a leveza e a segurança, mas também com a sustentabilidade do produto. E isso é traduzido no **cuidado com os recursos utilizados e com o processo produtivo**.

A água, por exemplo, é fundamental na produção do aço. E para preservar esse bem tão importante para as pessoas, entre outras iniciativas, a ArcelorMittal implantou **a primeira planta de dessalinização de água do mar do grupo**, e a maior do Brasil.

A ArcelorMittal também está determinada a atingir a meta de ser **carbono neutro até 2050**. E faz isso investindo em soluções inovadoras e ecoeficientes, que reduzem as emissões de CO2 e protegem o planeta.

Esses compromissos são alguns dos princípios que levaram diversas unidades da ArcelorMittal a receber o **ResponsibleSteel™**, certificação que comprova a produção responsável do aço.



Escaneie o QR Code e saiba mais em nosso site.





## DESPESA COM SAÚDE

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2022
1º	Serra	381.700.408,87	520.649
2º	Vitória	351.742.958,13	322.869
3º	Vila Velha	264.304.000,55	467.722
4º	Linhães	234.775.804,89	166.786
5º	Colatina	176.416.981,02	119.992
6º	Cariacica	159.203.933,87	353.510
7º	Cachoeiro de Itapemirim	116.752.437,21	185.784
8º	Aracruz	113.003.973,41	94.765
9º	São Mateus	81.275.323,60	123.750
10º	Marataizes	78.183.427,75	41.929
11º	Guarapari	72.535.813,50	124.656
12º	Itapemirim	72.340.941,68	39.832
13º	Presidente Kennedy	64.088.364,29	13.696
14º	Viana	60.064.053,99	73.423
15º	Anchieta	58.894.486,01	29.984
16º	Nova Venécia	52.406.583,03	49.065
17º	Santa Maria de Jetibá	47.653.454,96	41.636
18º	Barra de São Francisco	41.132.183,01	42.498
19º	Castelo	40.894.989,14	36.930
20º	Venda Nova do Imigrante	38.340.122,17	23.831
21º	Domingos Martins	36.472.813,10	35.416
22º	Santa Teresa	35.879.432,50	22.808
23º	Jaguaré	35.806.953,60	28.931
24º	Afonso Cláudio	35.569.823,83	30.684
25º	São Gabriel da Palha	33.998.963,16	32.252
26º	Conceição da Barra	29.484.651,01	27.458
27º	Baixo Guandu	28.876.679,18	30.674
28º	Sooretama	28.572.134,34	26.502
29º	Montanha	28.514.587,03	18.900
30º	Mimoso do Sul	28.472.018,44	24.475
31º	Iúna	27.511.058,48	28.590
32º	Alegre	27.219.494,14	29.177
33º	Piúma	26.621.325,84	22.300
34º	Pinheiros	26.543.426,49	23.915
35º	Ecoporanga	25.707.191,13	21.992
36º	Pedro Canário	25.081.699,59	21.522
37º	Guaçuí	24.455.323,62	29.358
38º	Rio Bananal	23.130.374,10	19.273
39º	Pancas	21.695.990,79	18.893
40º	Muniz Freire	21.269.164,62	18.153
41º	Fundão	19.850.637,46	18.014
42º	Ibatiba	18.994.865,33	25.380
43º	Vargem Alta	18.822.206,06	19.563
44º	Vila Valério	18.765.533,95	13.728
45º	Alfredo Chaves	18.686.690,52	13.836
46º	Muqui	17.168.565,74	13.745
47º	Marilândia	16.875.861,96	12.202
48º	João Neiva	16.836.869,82	14.079
49º	Marechal Floriano	16.791.653,22	17.641
50º	Laranja da Terra	16.741.243,99	11.094
51º	Governador Lindenberg	16.719.896,61	11.009
52º	Iconha	16.666.433,51	12.326
53º	Brejetuba	16.634.888,20	12.985
54º	Atílio Vivácqua	16.149.578,26	10.540
55º	Itarana	15.646.591,06	10.597
56º	Itaguaçu	14.906.446,01	13.589
57º	São José do Calçado	14.554.494,32	10.878
58º	Bom Jesus do Norte	14.418.294,04	10.254
59º	Mucurici	14.096.449,14	5.466
60º	Irupi	13.820.789,90	13.710
61º	São Roque do Canaã	13.768.665,62	10.886
62º	Boa Esperança	13.661.191,48	13.608
63º	Ibiraçu	13.636.012,58	11.713
64º	São Domingos do Norte	12.641.543,88	8.589
65º	Água Doce do Norte	12.439.755,37	12.042
66º	Rio Novo do Sul	12.415.281,53	11.069
67º	Conceição do Castelo	12.161.384,91	11.937
68º	Santa Leopoldina	12.079.702,71	13.106
69º	Ponto Belo	11.819.741,83	6.497
70º	Jerônimo Monteiro	11.389.831,40	11.575
71º	Apiacá	10.194.110,85	7.223
72º	Água Branca	10.170.351,41	9.711
73º	Ibitirama	10.081.172,63	9.520
74º	Mantenópolis	9.844.915,01	12.770
75º	Vila Pavão	9.279.537,01	8.911
76º	Dores do Rio Preto	8.986.068,18	6.596
77º	Alto Rio Novo	8.971.525,96	7.434
78º	Divino de São Lourenço	7.684.858,19	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>3.610.966.985,72</b>	<b>3.833.486</b>

## DESPESA COM SAÚDE PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	4.679,35	64.088.364,29	13.696
2º	Mucurici	2.578,93	14.096.449,14	5.466
3º	Anchieta	1.964,20	58.894.486,01	29.984
4º	Marataizes	1.864,66	78.183.427,75	41.929
5º	Ponto Belo	1.819,26	11.819.741,83	6.497
6º	Itapemirim	1.816,15	72.340.941,68	39.832
7º	Venda Nova do Imigrante	1.608,83	38.340.122,17	23.831
8º	Santa Teresa	1.573,11	35.879.432,50	22.808
9º	Atílio Vivácqua	1.532,22	16.149.578,26	10.540
10º	Governador Lindenberg	1.518,75	16.719.896,61	11.009
11º	Divino de São Lourenço	1.511,87	7.684.858,19	5.083
12º	Laranja da Terra	1.509,04	16.741.243,99	11.094
13º	Montanha	1.508,71	28.514.587,03	18.900
14º	Itarana	1.476,51	15.646.591,06	10.597
15º	São Domingos do Norte	1.471,83	12.641.543,88	8.589
16º	Colatina	1.470,24	176.416.981,02	119.992
17º	Apiacá	1.411,34	10.194.110,85	7.223
18º	Linhães	1.407,65	234.775.804,89	166.786
19º	Bom Jesus do Norte	1.406,11	14.418.294,04	10.254
20º	Marilândia	1.383,04	16.875.861,96	12.202
21º	Vila Valério	1.366,95	18.765.533,95	13.728
22º	Dores do Rio Preto	1.362,35	8.986.068,18	6.596
23º	Iconha	1.352,14	16.666.433,51	12.326
24º	Alfredo Chaves	1.350,58	18.686.690,52	13.836
25º	São José do Calçado	1.337,98	14.554.494,32	10.878
26º	Brejetuba	1.281,08	16.634.888,20	12.985
27º	São Roque do Canaã	1.264,80	13.768.665,62	10.886
28º	Muqui	1.249,08	17.168.565,74	13.745
29º	Jaguaré	1.237,67	35.806.953,60	28.931
30º	Alto Rio Novo	1.206,82	8.971.525,96	7.434
31º	Rio Bananal	1.200,14	23.130.374,10	19.273
32º	João Neiva	1.195,89	16.836.869,82	14.079
33º	Piúma	1.193,78	26.621.325,84	22.300
34º	Aracruz	1.192,47	113.003.973,41	94.765
35º	Muniz Freire	1.171,66	21.269.164,62	18.153
36º	Ecoporanga	1.168,93	25.707.191,13	21.992
37º	Pedro Canário	1.165,40	25.081.699,59	21.522
38º	Ibiraçu	1.164,18	13.636.012,58	11.713
39º	Mimoso do Sul	1.163,31	28.472.018,44	24.475
40º	Afonso Cláudio	1.159,23	35.569.823,83	30.684
41º	Pancas	1.148,36	21.695.990,79	18.893
42º	Santa Maria de Jetibá	1.144,53	47.653.454,96	41.636
43º	Rio Novo do Sul	1.121,63	12.415.281,53	11.069
44º	Pinheiros	1.109,91	26.543.426,49	23.915
45º	Castelo	1.107,36	40.894.989,14	36.930
46º	Fundão	1.101,96	19.850.637,46	18.014
47º	Itaguaçu	1.096,95	14.906.446,01	13.589
48º	Vitória	1.089,43	351.742.958,13	322.869
49º	Sooretama	1.078,11	28.572.134,34	26.502
50º	Conceição da Barra	1.073,81	29.484.651,01	27.458
51º	Nova Venécia	1.068,11	52.406.583,03	49.065
52º	Ibitirama	1.058,95	10.081.172,63	9.520
53º	São Gabriel da Palha	1.054,17	33.998.963,16	32.252
54º	Água Branca	1.047,30	10.170.351,41	9.711
55º	Vila Pavão	1.041,36	9.279.537,01	8.911
56º	Água Doce do Norte	1.033,03	12.439.755,37	12.042
57º	Domingos Martins	1.029,84	36.472.813,10	35.416
58º	Conceição do Castelo	1.018,80	12.161.384,91	11.937
59º	Irupi	1.008,08	13.820.789,90	13.710
60º	Boa Esperança	1.003,91	13.661.191,48	13.608
61º	Jerônimo Monteiro	984,00	11.389.831,40	11.575
62º	Barra de São Francisco	967,86	41.132.183,01	42.498
63º	Iúna	962,26	27.511.058,48	28.590
64º	Vargem Alta	962,13	18.822.206,06	19.563
65º	Marechal Floriano	951,85	16.791.653,22	17.641
66º	Baixo Guandu	941,41	28.876.679,18	30.674
67º	Alegre	932,91	27.219.494,14	29.177
68º	Santa Leopoldina	921,69	12.079.702,71	13.106
69º	Guaçuí	833,00	24.455.323,62	29.358
70º	Viana	818,06	60.064.053,99	73.423
71º	Mantenópolis	770,94	9.844.915,01	12.770
72º	Ibatiba	748,42	18.994.865,33	25.380
73º	Serra	733,12	381.700.408,87	520.649
74º	São Mateus	656,77	81.275.323,60	123.750
75º	Cachoeiro de Itapemirim	628,43	116.752.437,21	185.784
76º	Guarapari	581,89	72.535.813,50	124.656
77º	Vila Velha	565,09	264.304.000,55	467.722
78º	Cariacica	450,35	159.203.933,87	353.510
<b>TOTAL</b>		<b>941,95</b>	<b>3.610.966.985,72</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## DESEMPENHO

A despesa com educação dos municípios capixabas apresentou um crescimento exponencial nos últimos dois anos. Foram dois recordes seguidos, alcançados em 2021, quando foram aplicados R\$ 4,69 bilhões, e em 2022, quando a quantia investida chegou a R\$ 5,55 bilhões. Esses valores estão corrigidos pelo IPCA médio de 2022 e revelam variações anuais de 13,8% e 18,3%, respectivamente.

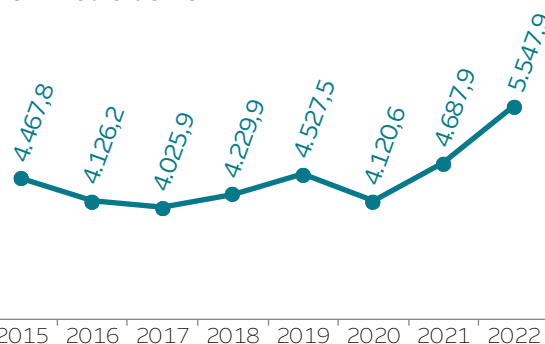
A partir do segundo semestre de 2021, o processo de atenuação das restrições impostas pela pandemia da Covid-19 permitiu a retomada gradual das atividades escolares, inicialmente com rodízios entre os estudantes matriculados. Com a volta das aulas presenciais, houve um aumento nas despesas relacionadas à manutenção de diversos serviços, como transporte escolar, limpeza, merenda, segurança e contratações temporárias, entre outros, mesmo que em alguns municípios o setor ainda estivesse funcionando parcialmente. É importante destacar que, durante o período da crise sanitária, a vigência da Lei Complementar nº 173/2020 vedou o reajuste dos salários dos servidores, contratações, concursos públicos e reestruturação de carreiras, de maio de 2020 a dezembro de 2021.

Ainda no segundo semestre de 2021, a economia do país reagiu positivamente ao processo de reabertura das atividades em geral, o que favoreceu a arrecadação pública. No Espírito Santo, a receita total municipal teve ganho real de 4,8%, o que contribuiu para a ampliação da despesa com educação, uma vez que parte desse gasto é vinculada à receita, por regra constitucional.

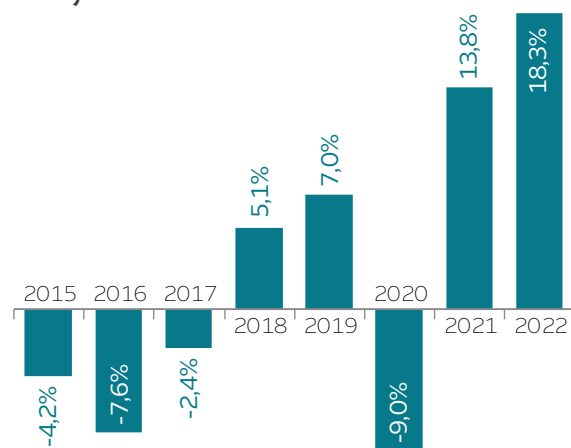
Já em 2022, com o funcionamento normal das atividades escolares e, sobretudo, com o término da vigência da LC nº 173/2020, possibilitando-se os reajustes salariais, deu-se a segunda elevação consecutiva anual no dispêndio com educação. Destaca-se também a expansão das receitas municipais vinculadas à área. Com a exceção da quota-parte municipal no ICMS, que acusou queda, as outras receitas municipais vinculadas conseguiram ótimo desempenho. Outro importante fator que contribuiu para a alta na educação foi a Emenda Constitucional (EC) nº 119/2022, a qual concedeu aos municípios que não conseguiram aplicar os 25% das receitas vinculadas à área a possibilidade

de aportarem a diferença faltante nos exercícios de 2022 e 2023 (veja mais sobre a EC 119 na página 88).

### Evolução das despesas com educação em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



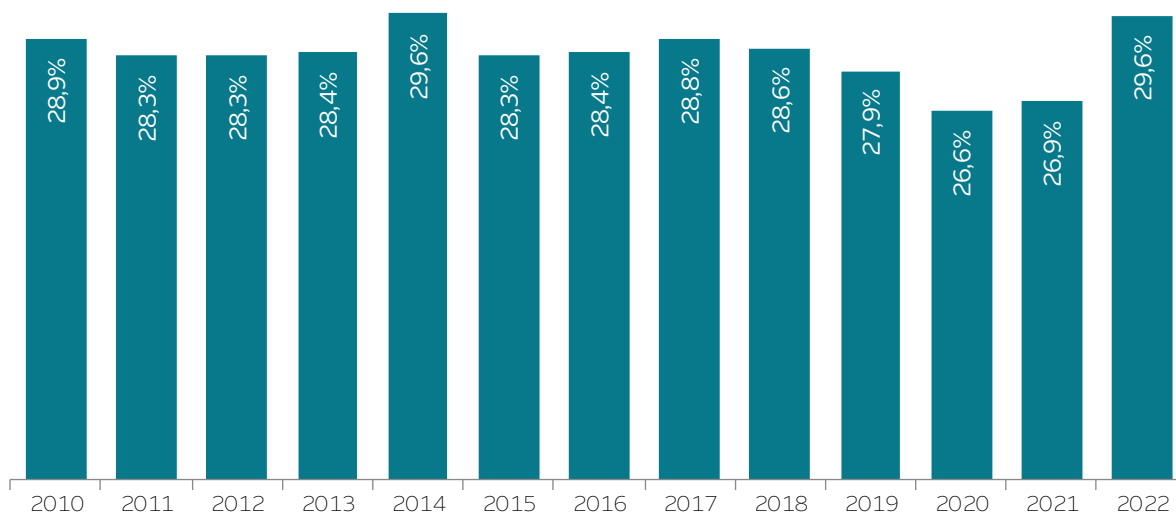
### Taxa de crescimento real da despesa com educação em relação ao ano anterior



Entre 2020 e 2021, diversas prefeituras em todo o país enfrentaram dificuldades para cumprir o limite constitucional mínimo de 25% das receitas vinculadas para o gasto com educação, como previsto no artigo 212 da Constituição Federal. No Espírito Santo, 11 e depois dez das 78 cidades não atingiram esse piso naquele período, respectivamente. No entanto, em 2022, todos os 66 municípios que divulgaram seus indicadores alocaram mais de 25%. Na média do conjunto das cidades com dados disponíveis, o índice foi de 29,6%, o maior desde 2014, conforme pode ser conferido no gráfico ao lado.



## Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



## O MÍNIMO constitucional de 25%

O artigo 212 da Constituição Federal define que os governos locais têm de destinar à educação um mínimo de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF), das transferências constitucionais originárias do recolhimento de impostos (FPM, ICMS, Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) e das respectivas arrecadações de dívida ativa, juros e multas. A Carta Magna estipula ainda, no mesmo artigo, que os estados também apliquem nesse campo 25% de suas receitas de impostos e transferências, e a União, 18%.

Os recursos assim vinculados devem ser aportados em ações de manutenção e desenvolvimento da educação (MDE). Essas execuções estão detalhadas na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e são referentes, por exemplo, à aquisição, à

manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outras.

Aplicar na educação uma porcentagem abaixo dos 25% constitucionais é um fato raro entre as cidades, uma vez que a administração municipal terá suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado e o prefeito estará sujeito à inelegibilidade (artigo 1º, g, Lei Complementar nº 64/1990) e a processo por crime de responsabilidade (artigo 1º, § 2º, Decreto-Lei nº 201/67). Além disso, a prefeitura deixará de receber transferências voluntárias por parte da União e do Estado (artigo 25 da Lei nº 101/2000), e poderá ocorrer uma intervenção estadual (artigo 35, III, da CF), entre outras sanções.

## OS 25% E A EC 119/2022

Como dito anteriormente, municípios de todo o Brasil tiveram percalços para a aplicação do mínimo constitucional em educação nos exercícios de 2020 e 2021. De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), em 2020, 399 cidades não conseguiram cumprir o piso de 25% de aplicação na educação. Em 2021, esse número subiu para 1.078, ou seja, 19,3% do total de cidades, uma parcela muito elevada, uma vez que em anos de normalidade esse grupo não ultrapassa 0,5%. No Espírito Santo, conforme já detalhado neste capítulo, foram registradas 11 e dez cidades em 2020 e 2021, respectivamente, algo entre 12% e 14% do total. Para um Estado cuja normalidade é zero ou no máximo um, esses resultados também foram muito preocupantes, uma vez que o descumprimento da regra constitucional acarreta graves sanções aos municípios, como a proibição de receber diversos tipos de recursos e a inelegibilidade do mandatário.

Procurando resolver a situação, o Congresso Nacional promulgou a EC nº 119/2022, em 27 de abril de 2022, que tramitou como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13/2020. O parlamento entendeu que 2020 e 2021 foram anos completamente atípicos, atingidos pela crise sanitária. Assim, ficou estabelecido na EC 119 que cada ente federado terá um prazo de dois anos, 2022 e 2023, para repor a diferença que deixou de ser destinada à educação durante 2020 e 2021.

Definiu-se também que os agentes públicos dos municípios, dos estados e do Distrito Federal não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente, e que os entes federados não sofrerão quaisquer penalidades, sanções ou restrições pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal. Os entes beneficiados ganharam, então, a oportunidade de reporem as despesas de forma planejada, e seus

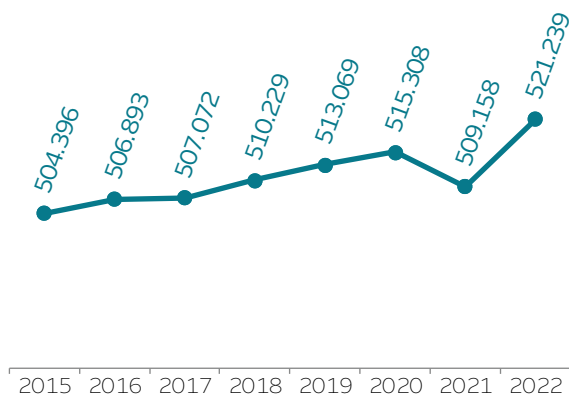
cidadãos deixaram de ser ainda mais penalizados com o corte de transferências voluntárias e outras sanções às quais estavam sujeitos.

## DESPESA por aluno

Com o avanço de 18,3% nos dispêndios com educação, a despesa por aluno em 2022 registrou um salto de 15,6% contra 2021, passando de R\$ 9,2 mil para R\$ 10,6 mil. Tal acréscimo mantém o ritmo iniciado em 2021 e alcança a maior cifra da série histórica. Diferentemente de 2021, quando o número de matrículas havia caído, em 2022 o total de alunos do ensino municipal avançou 2,4%, em relação ao ano anterior, computando 521.239, em 2022, contra 509.158, em 2021. Vale ressaltar que a quantidade de matriculados também foi a maior da série histórica levantada por **Finanças dos Municípios Capixabas**.

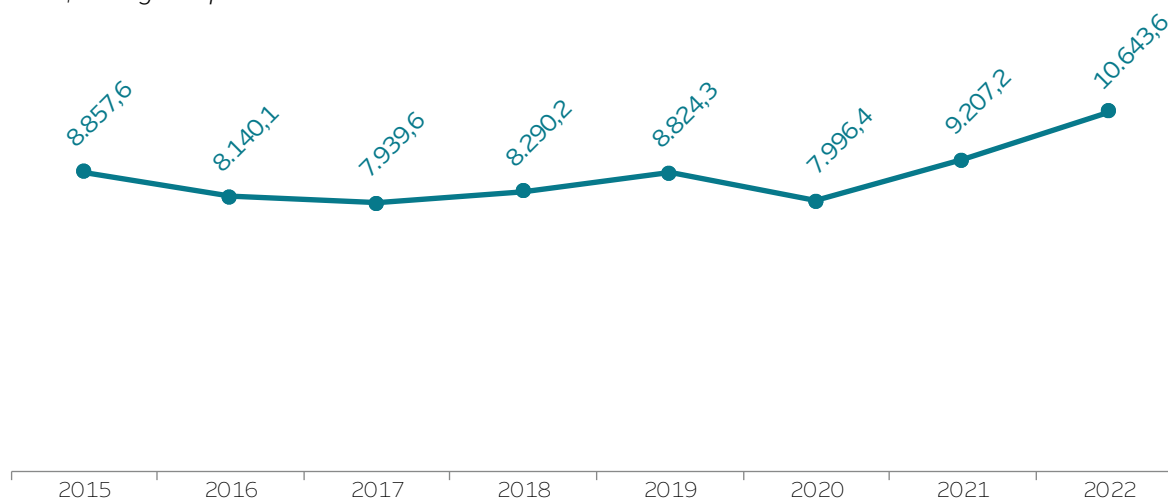
Existe, no entanto, uma discrepância bastante forte desse indicador entre os municípios. Como pode ser observado no ranking da despesa com educação por aluno, na página 93, as cifras vão de R\$ 36.706, em Presidente Kennedy, a R\$ 8.167, em São Gabriel da Palha. As desigualdades se explicam pelas próprias disparidades da receita corrente per capita entre as cidades, uma vez que o desembolso com a área está atrelado a um conjunto de receitas.

## Número de alunos na rede municipal



## Despesa média anual por aluno

em R\$ corrigidos pelo IPCA médio de 2022



## O FUNDEB

Parte do aporte obrigatório constitucional de 25% é enviada para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esse Fundo é composto por 20% das receitas municipais de FPM, quota-parte no ICMS, IPI-Exportação, quota-parte do ITR e quota-parte do IPVA. Os estados também contribuem com outros 20% de suas receitas de FPE, ICMS, IPI-Exportação, IPVA e ITCMD.

O Fundeb tornou-se uma política pública permanente a partir da promulgação da EC nº 108/2020 e foi regulamentado pela Lei nº 14.113/2020. Na nova legislação, esses percentuais foram mantidos. Há ainda a complementação por parte da União, que equivalia a 10% do somatório dos envios dos estados e municípios ao Fundeb e é direcionada às unidades da federação onde o valor por aluno não atinge o mínimo estabelecido nacionalmente. Com o novo Fundeb, as receitas de complementação da União vêm sendo ampliadas gradualmente, tendo passado de 10% para 12%, em 2021; para 15%, em 2022; e para 17%, em 2023; e chegarão a 19%, em 2024; a 21%, em 2025; e a 23%, a partir de 2026.

Para se operacionalizar o Fundeb, há um fundo de natureza contábil no âmbito de cada Estado, onde os valores das contribuições desse ente e de seus

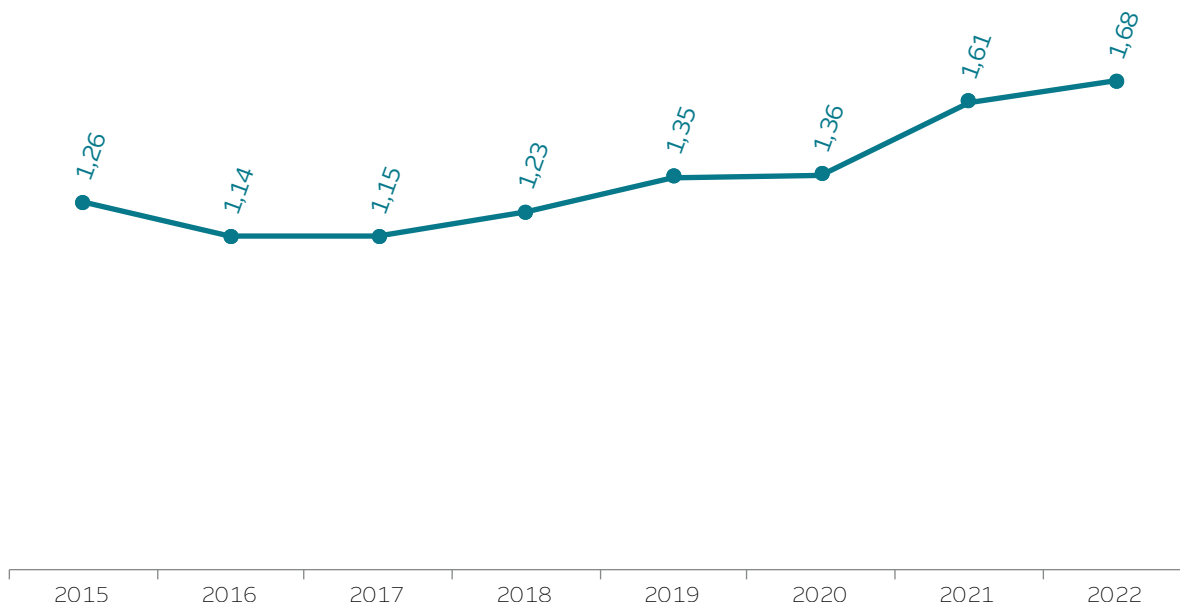
respectivos municípios são reunidos e redistribuídos de acordo com o número de matrículas na educação básica de cada administração. Os municípios recebem os repasses proporcionalmente ao número de estudantes na educação infantil e no ensino fundamental, e os estados, em relação às matrículas dos ensinos fundamental e médio.

Do total transferido pelo Fundeb, no mínimo, 60% eram destinados à remuneração dos profissionais do magistério na ativa. A partir de 2021, com a EC 108, esse percentual subiu para 70%, o que também traz impactos sobre o aumento do gasto com pessoal. Pelo menos 15% dos recursos do Fundo devem ser aplicados em despesas de capital, como obras e aquisição de equipamentos, e o restante tem de ser alocado em outros custos de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Em 2022, a contribuição dos municípios capixabas para o Fundeb foi de R\$ 1,52 bilhão, e o montante recebido do Fundo chegou a R\$ 3,2 bilhões. Portanto, os recursos líquidos que permaneceram efetivamente no caixa municipal, o chamado saldo Fundeb, é a diferença dessas quantias, ou seja, R\$ 1,68 bilhão. Em relação a 2021, o saldo Fundeb experimentou ascensão de 4,4% e respondeu por 30,3% de toda a despesa municipal com educação no Estado.

## Evolução do saldo Fundeb

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



## EDUCAÇÃO COMO CRITÉRIO DE distribuição do ICMS

Com a EC nº 108, houve mudanças significativas nos critérios de distribuição da quota municipal na arrecadação do ICMS dos estados definidos pela Constituição Federal em seu artigo 158, inciso IV, parágrafo único. Antes da Emenda Constitucional, os estados deveriam transferir 25% de sua arrecadação de ICMS aos seus municípios, sendo que, no mínimo, 75% dessa parcela eram repartidos de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do ente local, e os outros 25% obedeciam a critérios livremente adotados em lei estadual. Com a nova regra, no mínimo 65% da distribuição deverão ser feitos de acordo com o VAF; 10%, ao menos, precisarão considerar os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento

da equidade na rede do município, tendo como base o nível socioeconômico dos alunos; e o restante, 25%, continuará sendo definido livremente em lei estadual.

Os estados tiveram até o final de 2022 para definir em suas legislações os novos critérios de distribuição, conforme as diretrizes da EC 108. No caso do Espírito Santo, foi promulgada, inicialmente, a Lei Estadual nº 11.227, de 29 de dezembro de 2020, posteriormente alterada pela Lei nº 11.694, de 24 de agosto de 2022. Pela nova legislação, o fator educacional será inserido gradualmente na distribuição do ICMS: em 2025, com 10%; em 2026, com 12%; e, a partir de 2027, com 12,5%, como pode ser observado na tabela da página 39.

# AMUNES, UMA INSTITUIÇÃO CADA VEZ MAIS FORTE.

## NOVA MARCA AMUNES

Da panela de barro ao Convento da Penha, do café à moqueca, nova identidade reúne símbolos do Espírito Santo

## AMUNES NA ESTRADA

Encontros de articulação e interiorização nas 10 regiões administrativas

## CAPACITA AMUNES

### AGM 2.0

Preparando nossos municípios para gestão de resultados

## ORIENTA AMUNES

Boletins com orientações aos municípios sobre pareceres e jurisprudências

## AMUNES SEM PAPEL

Digitalização dos documentos da instituição em processo de tecnologia e sustentabilidade

## MONITQRA.TC POR AMUNES

Repasse de informações às prefeituras sobre processos em pauta no Tribunal de Contas



ACESSE  
NOSSO SITE  
E SAIBA  
MUITO MAIS

SÃO MAIS DE  
50 ANOS  
EM DEFESA DO  
MUNICIPALISMO

**AMUNES**  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO



## DESPESA COM EDUCAÇÃO

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2022
1º	Vitória	595.787.272,98	42.932
2º	Serra	584.987.343,89	65.759
3º	Vila Velha	548.178.206,69	53.605
4º	Cariacica	415.728.199,43	49.727
5º	Linhães	256.220.559,73	26.848
6º	Cachoeiro de Itapemirim	209.583.947,52	22.428
7º	Guarapari	167.368.220,36	20.272
8º	Colatina	164.912.109,03	15.268
9º	São Mateus	158.957.303,62	17.279
10º	Aracruz	137.614.554,22	15.793
11º	Marataízes	132.552.019,84	7.574
12º	Itapemirim	115.893.439,25	7.880
13º	Viana	115.191.526,96	13.510
14º	Presidente Kennedy	109.677.410,41	2.988
15º	Anchieta	82.295.931,80	5.593
16º	Nova Venécia	75.321.483,07	7.101
17º	Domingos Martins	61.291.249,71	5.328
18º	Jaguaré	57.015.492,85	5.329
19º	Castelo	54.331.810,66	4.596
20º	Santa Maria de Jetibá	53.631.719,57	4.094
21º	Conceição da Barra	49.322.123,63	5.148
22º	Barra de São Francisco	47.373.308,49	5.059
23º	Sooretama	45.738.517,03	5.592
24º	Baixo Guandu	42.443.605,56	4.040
25º	Pinheiros	41.870.575,59	3.678
26º	Afonso Cláudio	40.566.608,62	3.578
27º	Piúma	40.563.737,14	3.790
28º	Iúna	39.673.658,83	3.613
29º	Guaçuí	39.045.906,06	4.263
30º	Rio Bananal	37.711.061,00	3.530
31º	Santa Teresa	35.111.065,52	3.000
32º	Vargem Alta	34.869.348,05	2.714
33º	Ibatiba	34.743.330,39	4.006
34º	Montanha	32.902.412,90	2.848
35º	São Gabriel da Palha	32.519.896,93	3.982
36º	Venda Nova do Imigrante	31.372.776,92	2.247
37º	Ecoporanga	30.879.955,57	2.114
38º	Mimoso do Sul	30.388.955,28	2.634
39º	Marechal Floriano	30.264.373,33	2.444
40º	Pancas	28.672.156,10	2.013
41º	Muniz Freire	28.253.129,13	2.461
42º	Fundão	27.225.961,38	2.798
43º	Vila Valério	26.857.927,70	2.195
44º	Pedro Canário	25.859.626,61	2.908
45º	Alegre	25.677.351,18	2.520
46º	Atílio Vivácqua	25.068.680,04	2.054
47º	Alfredo Chaves	25.034.751,66	1.794
48º	Boa Esperança	23.092.148,67	1.968
49º	Ibitirama	22.573.485,46	1.466
50º	Brejetuba	22.270.479,89	1.560
51º	Conceição do Castelo	22.143.721,88	1.459
52º	Laranja da Terra	22.013.571,46	1.170
53º	João Neiva	21.458.569,83	2.141
54º	Irupi	20.452.390,91	1.725
55º	São Domingos do Norte	20.071.887,79	1.370
56º	Marilândia	19.464.425,45	1.463
57º	Água Branca	18.872.410,39	1.385
58º	Itaguaçu	18.325.720,44	1.414
59º	Muqui	18.074.240,28	1.522
60º	Iconha	17.919.661,06	1.604
61º	Santa Leopoldina	17.767.789,85	1.441
62º	São Roque do Canaã	17.510.443,94	946
63º	Água Doce do Norte	17.218.074,62	1.524
64º	Governador Lindenberg	16.591.241,37	913
65º	Mantenópolis	16.562.458,82	1.548
66º	Bom Jesus do Norte	16.143.117,63	1.154
67º	Rio Novo do Sul	15.449.391,91	1.255
68º	São José do Calçado	15.375.939,18	1.503
69º	Ibiraçu	15.039.209,49	1.342
70º	Itarana	14.549.276,58	878
71º	Vila Pavão	14.463.721,77	1.366
72º	Jerônimo Monteiro	14.362.053,36	1.476
73º	Ponto Belo	13.214.378,56	876
74º	Mucurici	11.678.908,46	646
75º	Dores do Rio Preto	11.111.337,86	860
76º	Alto Rio Novo	10.564.161,48	924
77º	Apiacá	10.115.213,87	918
78º	Divino de São Lourenço	6.856.387,57	495
<b>TOTAL</b>		<b>5.547.856.422,06</b>	<b>521.239</b>

## DESPESA COM EDUCAÇÃO POR ALUNO

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A) em R\$	Matrículas 2022 (B)
1º	Presidente Kennedy	36.705,96	109.677.410,41	2.988
2º	Laranja da Terra	18.815,02	22.013.571,46	1.170
3º	São Roque do Canaã	18.509,98	17.510.443,94	946
4º	Governador Lindenberg	18.172,22	16.591.241,37	913
5º	Mucurici	18.078,81	11.678.908,46	646
6º	Marataízes	17.500,93	132.552.019,84	7.574
7º	Itarana	16.570,93	14.549.276,58	878
8º	Ibitirama	15.398,01	22.573.485,46	1.466
9º	Conceição do Castelo	15.177,33	22.143.721,88	1.459
10º	Ponto Belo	15.084,91	13.214.378,56	876
11º	Anchieta	14.714,09	82.295.931,80	5.593
12º	Itapemirim	14.707,29	115.893.439,25	7.880
13º	São Domingos do Norte	14.651,01	20.071.887,79	1.370
14º	Ecoporanga	14.607,36	30.879.955,57	2.114
15º	Brejetuba	14.275,95	22.270.479,89	1.560
16º	Pancas	14.243,50	28.672.156,10	2.013
17º	Bom Jesus do Norte	13.988,84	16.143.117,63	1.154
18º	Venda Nova do Imigrante	13.962,07	31.372.776,92	2.247
19º	Alfredo Chaves	13.954,71	25.034.751,66	1.794
20º	Vitória	13.877,46	595.787.272,98	42.932
21º	Divino de São Lourenço	13.851,29	6.856.387,57	495
22º	Água Branca	13.626,29	18.872.410,39	1.385
23º	Marilândia	13.304,46	19.464.425,45	1.463
24º	Santa Maria de Jetibá	13.100,08	53.631.719,57	4.094
25º	Itaguaçu	12.960,20	18.325.720,44	1.414
26º	Dores do Rio Preto	12.920,16	11.111.337,86	860
27º	Vargem Alta	12.847,95	34.869.348,05	2.714
28º	Marechal Floriano	12.383,13	30.264.373,33	2.444
29º	Santa Leopoldina	12.330,18	17.767.789,85	1.441
30º	Rio Novo do Sul	12.310,27	15.449.391,91	1.255
31º	Vila Valério	12.235,96	26.857.927,70	2.195
32º	Atílio Vivácqua	12.204,81	25.068.680,04	2.054
33º	Muqui	11.875,32	18.074.240,28	1.522
34º	Irupi	11.856,46	20.452.390,91	1.725
35º	Castelo	11.821,54	54.331.810,66	4.596
36º	Boa Esperança	11.733,82	23.092.148,67	1.968
37º	Santa Teresa	11.703,69	35.111.065,52	3.000
38º	Montanha	11.552,81	32.902.412,90	2.848
39º	Mimoso do Sul	11.537,19	30.388.955,28	2.634
40º	Domingos Martins	11.503,61	61.291.249,71	5.328
41º	Muniz Freire	11.480,35	28.253.129,13	2.461
42º	Alto Rio Novo	11.433,08	10.564.161,48	924
43º	Pinheiros	11.384,06	41.870.575,59	3.678
44º	Afonso Cláudio	11.337,79	40.566.608,62	3.578
45º	Água Doce do Norte	11.297,95	17.218.074,62	1.524
46º	Ibiraçu	11.206,56	15.039.209,49	1.342
47º	Iconha	11.171,86	17.919.661,06	1.604
48º	Apiacá	11.018,75	10.115.213,87	918
49º	Iúna	10.980,81	39.673.658,83	3.613
50º	Colatina	10.801,16	164.912.109,03	15.268
51º	Piúma	10.702,83	40.563.737,14	3.790
52º	Mantenópolis	10.699,26	16.562.458,82	1.548
53º	Jaguaré	10.699,10	57.015.492,85	5.329
54º	Rio Bananal	10.683,02	37.711.061,00	3.530
55º	Nova Venécia	10.607,17	75.321.483,07	7.101
56º	Vila Pavão	10.588,38	14.463.721,77	1.366
57º	Baixo Guandu	10.505,84	42.443.605,56	4.040
58º	São José do Calçado	10.230,17	15.375.939,18	1.503
59º	Vila Velha	10.226,25	548.178.206,69	53.605
60º	Alegre	10.189,43	25.677.351,18	2.520
61º	João Neiva	10.022,69	21.458.569,83	2.141
62º	Fundão	9.730,51	27.225.961,38	2.798
63º	Jerônimo Monteiro	9.730,39	14.362.053,36	1.476
64º	Conceição da Barra	9.580,83	49.322.123,63	5.148
65º	Linhães	9.543,38	256.220.559,73	26.848
66º	Barra de São Francisco	9.364,16	47.373.308,49	5.059
67º	Cachoeiro de Itapemirim	9.344,75	209.583.947,52	22.428
68º	São Mateus	9.199,45	158.957.303,62	17.279
69º	Guaçuí	9.159,26	39.045.906,06	4.263
70º	Serra	8.895,93	584.987.343,89	65.759
71º	Pedro Canário	8.892,58	25.859.626,61	2.908
72º	Aracruz	8.713,64	137.614.554,22	15.793
73º	Ibatiba	8.672,82	34.743.330,39	4.006
74º	Viana	8.526,39	115.191.526,96	13.510
75º	Cariacica	8.360,21	415.728.199,43	49.727
76º	Guarapari	8.256,13	167.368.220,36	20.272
77º	Sooretama	8.179,28	45.738.517,03	5.592
78º	São Gabriel da Palha	8.166,72	32.519.896,93	3.982
<b>TOTAL</b>		<b>10.643,59</b>	<b>5.547.856.422,06</b>	<b>521.239</b>

RANKING 2022

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

## DESEMPENHO

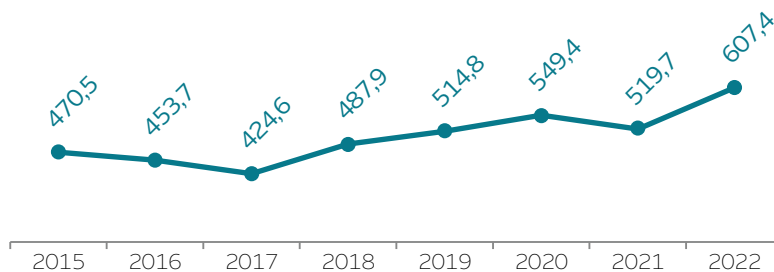
Após reduzirem em 5,4% a aplicação de recursos na área da assistência social em 2021, os municípios capixabas elevaram em 16,9% os aportes nessa função em 2022, alcançando o montante de R\$ 607,4 milhões no exercício em relato. Levando em consideração a inflação medida pelo IPCA médio de 2022, esse valor supera em R\$ 87,7 milhões o montante verificado no ano anterior.

O aumento de gastos sugere que as administrações municipais retomaram a trajetória de crescimento que havia sido iniciada em 2018. Certamente, os gestores públicos municipais estão alocando mais verbas nesse campo devido à piora nas condições de vida da população. Segundo dados do Ministério da Cidadania, a situação de pobreza e extrema pobreza atingiu 23,9% do total de habitantes do Espírito Santo, em 2022, o maior índice desde 2015, com acréscimo de mais de cinco pontos percentuais (p.p) sobre 2021, quando o resultado apurado ficou em 18,6% (veja gráfico na página 96). Esses dados demonstram a necessidade de recursos e políticas públicas que visem a refrear esses níveis e melhorar a qualidade de vida da população.

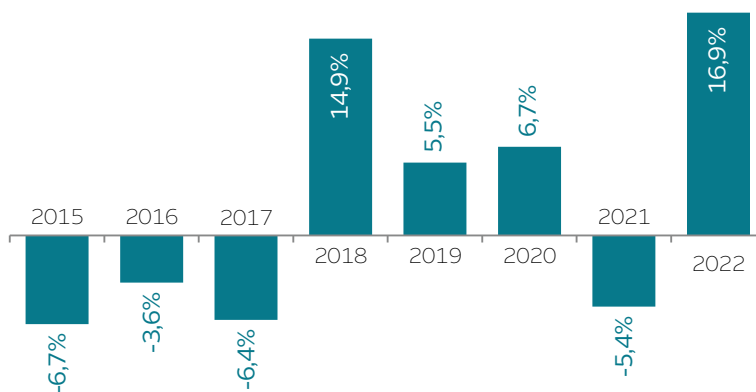
Apesar do expressivo crescimento nos dispêndios dos municípios capixabas com programas de assistência social, a parcela da despesa total destinada à área se manteve em 3,4% em 2022, um patamar que se segue estável há dez anos.

### Evolução das despesas com assistência social

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio 2022



### Taxa de crescimento real das despesas com assistência social em relação ao ano anterior



Entre os 8 municípios com mais de 100 mil habitantes no Espírito Santo, apenas São Mateus diminuiu a injeção de recursos em assistência social. No ano de 2022, a quantia destinada a essa área foi de R\$ 14,3 milhões, cifra 21,6% menor do que os R\$ 18,3 milhões encaminhados em 2021. Nesse grupo, os maiores incrementos foram verificados em Cachoeiro de Itapemirim (32,1%), Guarapari (20,2%), Linhares (19,3%), Serra (17,7%) e Colatina (15,1%). A capital Vitória experimentou ligeira alta de 2,3%

## DESPESA per capita

Em 2022, os municípios capixabas desembolsaram, em média, R\$ 158,44 por habitante com assistência social. As cidades menores, proporcionalmente, aplicaram maiores volumes nessa função do que as mais populosas. Municípios com menos de 15 mil habitantes despenderam, em média, R\$ 307,93 por pessoa. Nos demais grupos, o quantitativo reduz-se gradualmente até chegar a R\$ 109,52 nas localidades com mais de 100 mil habitantes, exceto Vitória. Na capital, o indicador foi de R\$ 221,47.



Ponto Belo lidera o ranking com R\$ 1.043,18 por habitante, seguido por Ibirapu (R\$ 876,87) e Presidente Kennedy (R\$ 473,71). Na Região Metropolitana da Grande Vitória, Vila Velha teve o menor gasto per capita, com R\$ 64,80.

## NÚMEROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL no Espírito Santo

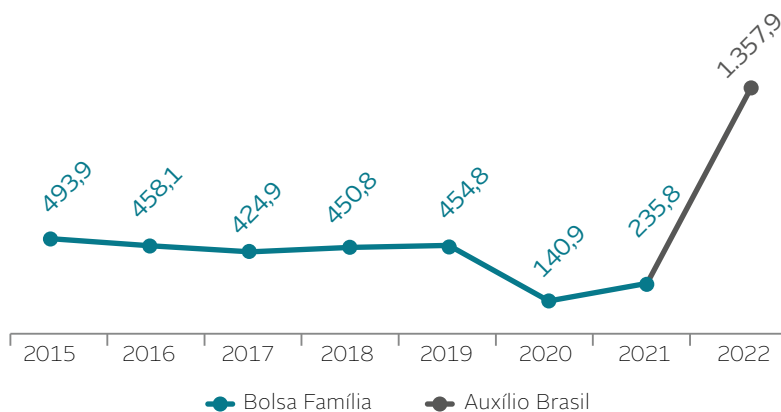
Em novembro de 2021, foi instituído o Auxílio Brasil como substituto do programa Bolsa Família. No ano de 2022, o novo mecanismo transferiu R\$ 1,36 bilhão para as famílias beneficiadas no Espírito Santo. Esse valor representa quase três vezes mais do que os recursos enviados nos anos anteriores à pandemia da Covid-19, quando o Bolsa Família estava em vigor.

Além disso, houve um notável crescimento no número de famílias beneficiadas, que passou de 205.770, em outubro de 2021, para 311.567, em dezembro de 2022. No entanto, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União revelou que ocorreram desvios em relação ao público-alvo e à equidade do programa, principalmente devido ao aumento de famílias que foram indevidamente consideradas elegíveis. Essa auditoria apontou para a necessidade de aprimoramentos e ajustes no processo de seleção e acompanhamento das famílias beneficiadas, a fim de garantir que o Auxílio Brasil seja acessado por

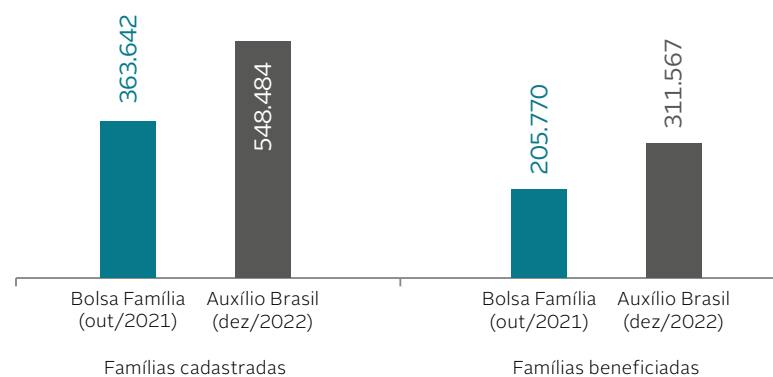
aqueles que realmente necessitam e estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica<sup>1</sup>.

### Valores repassados pelos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio 2022



### Famílias cadastradas e beneficiárias no Bolsa Família e Auxílio Brasil no Espírito Santo



Antes da transição para o Auxílio Brasil, o valor médio do antigo Bolsa Família variava de acordo com a composição familiar e a renda per capita. Em média, o benefício por família ficava em torno de R\$ 180,75 mensais.

Já o Auxílio Brasil estabeleceu um acréscimo no valor médio do benefício. Durante sua implementação, a cifra definida foi de R\$ 300 mensais por pessoa. Posteriormente, a partir da segunda metade do ano de 2022, deu-se a elevação para R\$ 606,27.

Em 2023, com a nova gestão do Governo Federal já empossada, o Auxílio Brasil foi descontinuado e o Bolsa Família retomou sua vigência

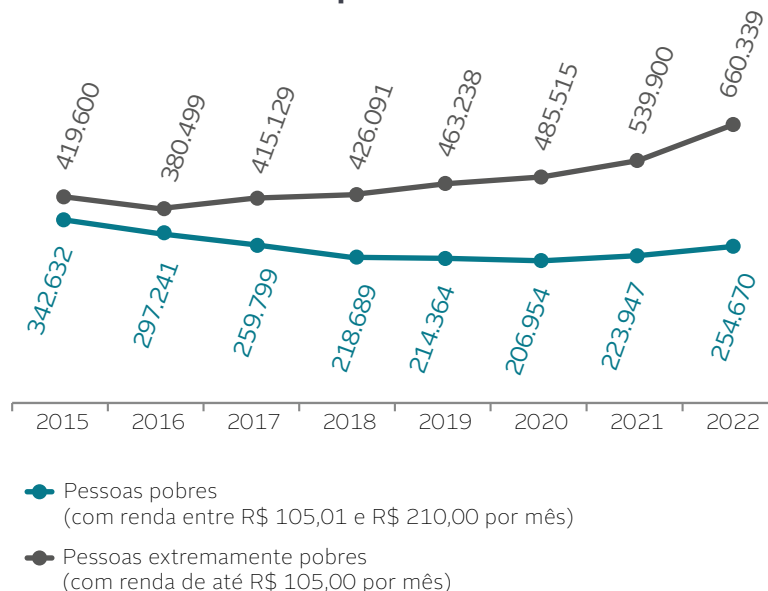
<sup>1</sup> <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-no-auxilio-brasil-constata-desvio-do-publico-alvo-do-programa.htm>

por meio da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março. O Novo Bolsa Família preserva a sua estrutura anterior. O benefício médio permanece em torno de R\$ 600 por pessoa, mensalmente, o mesmo valor dos últimos meses do Auxílio Brasil, e acrescenta R\$ 150 por criança de até 6 anos de idade que esteja cumprindo algumas exigências com relação à frequência escolar, vacinação e acompanhamento nutricional.

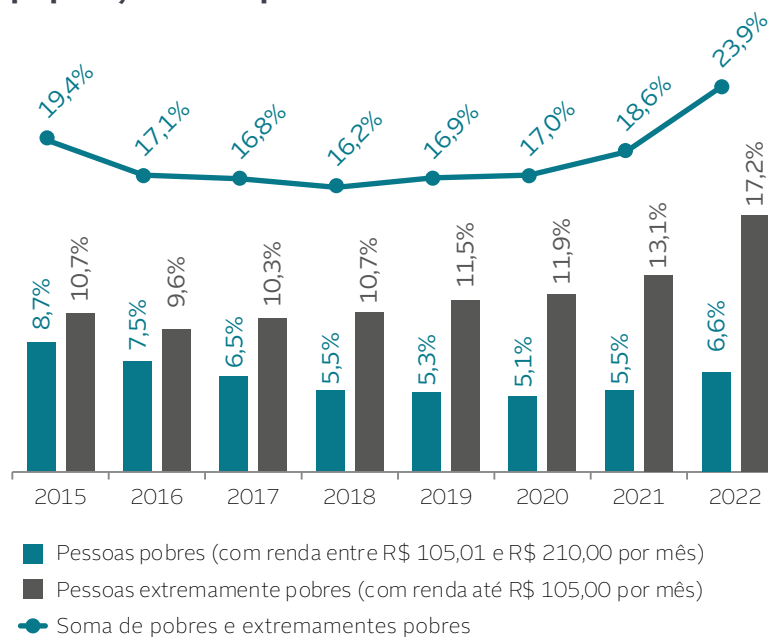
A ampliação no volume de recursos transferidos e das famílias beneficiadas não conteve a piora das condições de vulnerabilidade da população. Em 2022, como dito na abertura deste tópico, o Espírito Santo contava com a marca de 23,9% de sua população em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Eram 915 mil pessoas, das quais 660 mil (72,2%) estavam no grupo dos extremamente pobres, sobrevivendo com até R\$ 105,00 por mês, e 255 mil (27,8%) pertenciam ao estrato dos pobres, recebendo entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 mensais. Quando se incluía nesse cômputo a faixa de renda até meio salário mínimo (R\$ 606,00 em 2022), o percentual chegava a 37,1%. Vale destacar que no mesmo ano a cesta básica custava R\$ 701,66<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> O levantamento do custo da cesta básica é realizado pelo Dieese e leva em conta os valores médios do município de Vitória.

## Número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no Espírito Santo



## Evolução do percentual das pessoas pobres e extremamente pobres na população no Espírito Santo



Fonte: Ministério da Cidadania

## A ASSISTÊNCIA social no Brasil

Desde que a Constituição de 1988 reconheceu a assistência social no Brasil como um direito do cidadão, um dever do Estado e uma política pública não contributiva e integrante da seguridade social, o país não parou de avançar nessa área. Foram criadas a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e as Normas Operacionais Básicas (NOB), que tornaram a gestão da assistência social participativa e descentralizada e expandiram as competências dos estados e dos municípios.

A partir de 2004, no Plano Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), foi criado o Sistema Único de Assistência Social (Suas), e hoje o país dispõe de uma rede dessa função em todos os municípios. O Suas é apoiado por recursos das três esferas de governo e pela participação da Rede Socioassistencial Privada. Além dos serviços de proteção social básica que se constituem em

programas, projetos, serviços e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social, o Suas conta com a proteção social especial de média e alta complexidade, voltada para pessoas que já se encontram em situação de risco ou tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, uso de drogas e abuso sexual, entre outros casos.

A assistência social passou a administrar os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos Benefícios Eventuais, que visam a cobrir necessidades temporárias e a gerir a inclusão das pessoas no Cadastro Único, criado em 2001, o qual é a base de dados para a distribuição de diversos benefícios e o instrumento que permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil.

# ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>1</sup> - 2017-2022

Municípios	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	Participação na desp. total 2022	Gasto com assistência social per capita 2022
	em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2022						em %		em R\$
Afonso Cláudio	3.943,0	4.104,5	4.835,5	4.437,4	4.519,7	5.904,7	30,6	4,9	192,44
Água Doce do Norte	1.709,3	1.902,9	2.238,2	2.601,5	2.010,9	2.600,0	29,3	4,4	215,91
Água Branca	1.295,5	1.990,5	1.933,0	1.852,9	2.005,3	2.422,6	20,8	4,2	249,47
Alegre	1.699,6	3.250,0	2.802,8	3.014,8	3.977,1	3.142,0	-21,0	2,8	107,69
Alfredo Chaves	2.797,0	3.219,3	3.452,6	3.235,6	3.761,9	3.132,6	-16,7	3,7	226,41
Alto Rio Novo	978,5	1.474,1	1.338,1	1.283,2	1.260,3	1.677,3	33,1	4,5	225,63
Anchieta	5.944,4	5.446,1	5.669,3	6.440,9	6.739,5	5.510,8	-18,2	1,9	183,79
Apicá	2.040,3	2.031,0	1.731,4	1.869,5	2.321,2	3.263,7	40,6	8,0	451,84
Aracruz	10.992,7	12.447,3	14.348,6	13.400,6	10.738,9	14.702,3	36,9	2,7	155,14
Atílio Vivácqua	2.294,6	2.193,0	2.755,5	2.646,4	2.657,7	2.700,5	1,6	3,7	256,22
Baixo Guandu	3.326,5	3.227,6	4.573,2	4.705,8	4.059,5	5.352,2	31,8	3,7	174,49
Barra de São Francisco	3.541,0	4.082,9	4.556,1	4.155,8	5.705,2	5.337,1	-6,5	3,1	125,58
Boa Esperança	1.686,5	1.899,4	2.321,6	2.567,3	1.923,1	2.483,8	29,2	3,7	182,53
Bom Jesus do Norte	1.162,8	1.378,7	1.775,7	1.711,2	1.784,5	3.007,9	68,6	5,9	293,34
Brejetuba	1.715,1	1.940,7	2.250,7	2.661,2	1.686,1	2.455,8	45,7	3,5	189,13
Cachoeiro de Itapemirim	17.193,7	24.484,3	21.644,2	24.728,6	22.109,3	29.196,6	32,1	4,3	157,15
Cariacica	17.249,9	24.486,5	25.950,0	30.641,0	26.843,3	29.933,9	11,5	2,6	84,68
Castelo	3.795,3	3.963,7	4.759,1	5.428,1	4.211,3	5.480,0	30,1	3,6	148,39
Colatina	8.144,8	9.840,7	10.140,2	9.946,2	14.428,2	16.606,1	15,1	2,9	138,39
Conceição da Barra	4.211,8	5.620,6	5.216,7	5.167,7	4.765,1	5.428,4	13,9	3,9	197,70
Conceição do Castelo	2.501,7	2.345,3	2.341,9	2.947,5	2.907,9	3.255,9	12,0	5,0	272,76
Divino de São Lourenço	1.231,4	954,9	1.163,5	1.066,8	1.072,4	1.216,0	13,4	3,8	239,22
Domingos Martins	3.312,7	3.825,2	4.326,9	3.440,0	3.174,6	4.196,7	32,2	2,5	118,50
Dores do Rio Preto	1.274,0	1.651,3	2.065,0	1.612,4	2.548,3	3.056,9	20,0	7,0	463,45
Ecoporanga	3.139,5	6.357,1	5.105,2	4.668,1	4.801,3	5.657,8	17,8	5,9	257,27
Fundão	3.214,6	3.188,8	4.073,4	4.494,7	3.452,3	4.574,7	32,5	4,9	253,96
Governador Lindenberg	1.997,6	2.642,1	2.424,6	2.350,1	2.696,5	4.783,7	77,4	7,7	434,53
Guaçuí	3.332,4	4.022,7	6.395,2	4.276,3	4.531,6	4.071,4	-10,2	3,1	138,68
Guarapari	8.326,1	10.386,9	9.886,2	11.723,8	10.041,2	12.070,1	20,2	2,6	96,83
Ibatiba	3.017,5	3.214,4	4.838,2	3.787,8	4.176,0	3.725,1	-10,8	4,4	146,77
Ibiraçu	2.522,8	3.267,0	3.429,3	4.001,0	4.884,2	10.270,8	110,3	15,5	876,87
Ibitirama	1.948,3	1.926,6	2.277,9	2.236,1	1.859,1	1.944,8	4,6	4,1	204,28
Iconha	3.636,3	3.375,7	3.362,2	3.170,8	3.161,6	3.628,6	14,8	5,0	294,39
Irupi	3.377,4	3.084,3	3.410,1	3.690,0	3.638,4	3.879,3	6,6	6,5	282,95
Itaguaçu	1.764,3	1.978,0	2.042,2	1.366,8	1.362,0	2.264,6	66,3	3,5	166,65
Itapemirim	14.031,2	13.587,7	13.961,6	14.072,8	15.628,7	12.844,5	-17,8	2,7	322,47
Itarana	2.053,8	1.925,8	1.919,4	1.585,4	1.547,1	3.124,6	102,0	5,5	294,86
Ituna	3.211,6	3.101,1	3.748,9	3.715,3	3.674,8	4.695,1	27,8	3,8	164,22
Jaguaré	6.107,5	7.333,6	7.268,8	8.942,7	7.122,6	9.945,6	39,6	5,9	343,77
Jerônimo Monteiro	2.246,9	2.996,3	2.545,7	2.146,9	2.353,5	1.947,2	-17,3	3,9	168,23
João Neiva	2.755,9	3.609,7	3.532,5	2.854,5	2.799,8	5.890,1	110,4	6,9	418,36
Laranja da Terra	1.634,4	1.821,7	2.430,7	1.861,3	1.941,1	3.028,3	56,0	4,8	272,97
Linhares	18.595,8	24.618,6	26.746,8	28.177,8	24.033,8	28.669,2	19,3	3,0	171,89
Mantenópolis	1.756,3	2.242,9	2.915,2	2.045,9	2.843,7	3.904,4	37,3	7,1	305,75
Marataízes	3.774,5	8.642,3	10.899,5	15.429,4	12.638,5	14.011,1	10,9	3,6	334,16
Marechal Floriano	1.629,0	1.920,7	2.652,6	2.517,1	2.510,3	3.191,2	27,1	3,6	180,90
Mariândia	2.005,0	2.275,4	2.281,2	2.688,5	2.093,1	3.768,1	80,0	5,8	308,81
Mimoso do Sul	2.960,8	3.397,9	3.113,0	4.527,6	3.916,7	4.942,2	26,2	4,5	201,93
Montanha	3.611,1	4.126,7	4.333,4	4.065,7	4.309,8	5.023,9	16,6	5,2	265,81
Mucurici	915,0	990,8	1.454,6	872,9	1.384,6	1.785,9	29,0	4,3	326,72
Muniz Freire	2.564,1	2.427,7	2.842,9	2.744,9	2.605,8	3.154,7	21,1	3,6	173,78
Muqui	3.105,0	2.708,8	2.404,7	2.001,9	3.227,5	3.880,0	20,2	6,2	282,28
Nova Venécia	3.169,5	3.081,0	2.903,4	2.823,3	2.368,1	3.166,0	33,7	1,5	64,53
Pancas	2.417,8	3.197,5	3.857,3	3.200,3	2.812,9	3.429,0	21,9	3,8	181,50
Pedro Canário	3.122,7	4.255,5	3.746,3	4.289,2	4.650,7	5.291,3	13,8	5,6	245,86
Pinheiros	3.271,4	3.614,9	4.034,9	4.108,9	3.150,7	3.640,9	15,6	3,5	152,25
Piúma	3.136,8	3.023,2	3.689,4	5.049,7	3.734,7	4.347,0	16,4	4,1	194,93
Ponto Belo	2.421,3	2.376,0	2.537,8	3.180,8	5.914,6	6.777,6	14,6	14,1	1.043,18
Presidente Kennedy	2.996,3	4.288,1	5.541,4	5.132,1	3.876,4	6.488,0	67,4	1,6	473,71
Rio Bananal	2.076,3	2.521,3	2.278,5	2.962,9	1.885,0	2.754,1	46,1	2,7	142,90
Rio Novo do Sul	1.432,8	2.074,0	2.656,9	2.357,2	2.492,1	3.113,3	24,9	5,1	281,26
Santa Leopoldina	1.634,4	2.780,5	2.825,6	2.245,5	2.369,0	2.725,7	15,1	4,5	207,97
Santa Maria de Jetibá	4.481,1	6.007,6	6.268,2	7.154,5	6.567,4	9.841,9	49,9	4,6	236,38
Santa Teresa	3.432,9	3.916,8	3.968,5	3.035,2	2.868,4	4.420,2	54,1	3,9	193,80
São Domingos do Norte	1.223,5	2.281,7	2.031,4	1.572,0	2.308,8	3.136,3	35,8	5,6	365,15
São Gabriel da Palha	2.703,9	3.722,2	4.103,0	4.011,2	3.632,3	5.825,8	60,4	4,5	180,63
São José do Calçado	2.126,8	2.299,0	2.175,5	2.102,7	2.430,5	3.313,7	36,3	5,5	304,62
São Mateus	8.125,9	10.204,6	10.998,9	18.993,8	18.272,8	14.328,2	-21,6	3,2	115,78
São Roque do Canaã	1.892,4	1.475,7	1.552,2	2.477,3	1.316,7	2.120,7	61,1	3,6	194,81
Serra	52.750,3	48.455,6	49.993,5	54.773,6	55.064,4	64.817,4	17,7	3,2	124,49
Sooretama	2.741,7	3.958,0	4.261,8	5.271,7	6.087,4	5.759,3	-5,4	5,3	217,31
Vargem Alta	2.909,4	2.400,7	2.297,7	2.309,5	2.697,5	2.901,2	7,6	3,0	148,30
Venda Nova do Imigrante	3.206,7	3.908,2	4.441,5	3.757,7	3.272,9	4.711,2	43,9	3,8	197,69
Viana	4.922,8	5.348,1	6.848,4	6.936,1	4.612,3	5.334,1	15,6	1,6	72,65
Vila Pavão	866,5	1.077,8	1.648,2	1.768,5	1.156,9	2.016,5	74,3	4,1	226,29
Vila Valério	2.250,1	2.110,5	2.027,7	2.150,5	2.649,2	2.564,1	-3,2	3,3	186,78
Vila Velha	23.611,1	27.397,3	30.011,1	27.139,6	27.110,0	30.307,6	11,8	1,9	64,80
Vitória	68.420,5	73.236,6	71.629,7	82.981,4	69.907,4	71.507,0	2,3	3,4	221,47
<b>TOTAL</b>	<b>424.621,4</b>	<b>487.944,1</b>	<b>514.814,5</b>	<b>549.363,7</b>	<b>519.656,0</b>	<b>607.378,6</b>	<b>16,9</b>	<b>3,4</b>	<b>158,44</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Nota: <sup>1</sup>despesa total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas", na página 3).

## DESPESA COM ASSIST. SOCIAL

Posição	Município	Despesa com assistência social em R\$	População 2022
1º	Vitória	71.506.996,21	322.869
2º	Serra	64.817.353,47	520.649
3º	Vila Velha	30.307.606,70	467.722
4º	Cariacica	29.933.890,03	353.510
5º	Cachoeiro de Itapemirim	29.196.553,54	185.784
6º	Linhares	28.669.176,55	166.786
7º	Colatina	16.606.098,12	119.992
8º	Aracruz	14.702.300,71	94.765
9º	São Mateus	14.328.249,70	123.750
10º	Marataízes	14.011.053,74	41.929
11º	Itapemirim	12.844.481,66	39.832
12º	Guarapari	12.070.073,92	124.656
13º	Ibiraçu	10.270.827,48	11.713
14º	Jaguaré	9.945.618,28	28.931
15º	Santa Maria de Jetibá	9.841.900,59	41.636
16º	Ponto Belo	6.777.560,89	6.497
17º	Presidente Kennedy	6.487.976,79	13.696
18º	Afonso Cláudio	5.904.681,64	30.684
19º	João Neiva	5.890.063,31	14.079
20º	São Gabriel da Palha	5.825.828,94	32.252
21º	Sooretama	5.759.250,49	26.502
22º	Ecoporanga	5.657.791,00	21.992
23º	Anchieta	5.510.788,10	29.984
24º	Castelo	5.479.996,57	36.930
25º	Conceição da Barra	5.428.444,06	27.458
26º	Baixo Guandu	5.352.216,73	30.674
27º	Barra de São Francisco	5.337.105,13	42.498
28º	Viana	5.334.057,56	73.423
29º	Pedro Canário	5.291.295,34	21.522
30º	Montanha	5.023.850,55	18.900
31º	Mimoso do Sul	4.942.248,64	24.475
32º	Governador Lindenberg	4.783.720,29	11.009
33º	Venda Nova do Imigrante	4.711.243,03	23.831
34º	Ilúna	4.695.141,19	28.590
35º	Fundão	4.574.749,34	18.014
36º	Santa Teresa	4.420.162,85	22.808
37º	Piúma	4.346.985,89	22.300
38º	Domingos Martins	4.196.741,87	35.416
39º	Guaçuí	4.071.400,77	29.358
40º	Mantenópolis	3.904.432,84	12.770
41º	Muqui	3.879.963,55	13.745
42º	Irupi	3.879.255,58	13.710
43º	Marilândia	3.768.076,78	12.202
44º	Ibatiba	3.725.106,95	25.380
45º	Pinheiros	3.640.941,05	23.915
46º	Iconha	3.628.637,83	12.326
47º	Pancas	3.428.997,80	18.893
48º	São José do Calçado	3.313.676,26	10.878
49º	Apiacá	3.263.662,05	7.223
50º	Conceição do Castelo	3.255.897,91	11.937
51º	Marechal Floriano	3.191.240,54	17.641
52º	Nova Venécia	3.165.961,71	49.065
53º	Muniz Freire	3.154.687,06	18.153
54º	Alegre	3.141.996,64	29.177
55º	São Domingos do Norte	3.136.264,99	8.589
56º	Alfredo Chaves	3.132.612,13	13.836
57º	Itarana	3.124.642,73	10.597
58º	Rio Novo do Sul	3.113.307,70	11.069
59º	Dores do Rio Preto	3.056.896,98	6.596
60º	Laranja da Terra	3.028.343,32	11.094
61º	Bom Jesus do Norte	3.007.888,83	10.254
62º	Vargem Alta	2.901.183,46	19.563
63º	Rio Bananal	2.754.054,50	19.273
64º	Santa Leopoldina	2.725.666,73	13.106
65º	Atílio Vivácqua	2.700.507,95	10.540
66º	Água Doce do Norte	2.599.979,09	12.042
67º	Vila Valério	2.564.103,39	13.728
68º	Boa Esperança	2.483.809,95	13.608
69º	Brejetuba	2.455.817,69	12.985
70º	Água Branca	2.422.631,18	9.711
71º	Itaguaçu	2.264.554,72	13.589
72º	São Roque do Canaã	2.120.726,13	10.886
73º	Vila Pavão	2.016.464,41	8.911
74º	Jerônimo Monteiro	1.947.223,62	11.575
75º	Ibitirama	1.944.770,91	9.520
76º	Mucurici	1.785.854,24	5.466
77º	Alto Rio Novo	1.677.322,91	7.434
78º	Divino de São Lourenço	1.215.962,39	5.083
<b>TOTAL</b>		<b>607.378.606,17</b>	<b>3.833.486</b>

## DESPESA C/ ASSIST. SOCIAL PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com assistência social (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Ponto Belo	1.043,18	6.777.560,89	6.497
2º	Ibiraçu	876,87	10.270.827,48	11.713
3º	Presidente Kennedy	473,71	6.487.976,79	13.696
4º	Dores do Rio Preto	463,45	3.056.896,98	6.596
5º	Apiacá	451,84	3.263.662,05	7.223
6º	Governador Lindenberg	434,53	4.783.720,29	11.009
7º	João Neiva	418,36	5.890.063,31	14.079
8º	São Domingos do Norte	365,15	3.136.264,99	8.589
9º	Jaguaré	343,77	9.945.618,28	28.931
10º	Marataízes	334,16	14.011.053,74	41.929
11º	Mucurici	326,72	1.785.854,24	5.466
12º	Itapemirim	322,47	12.844.481,66	39.832
13º	Marilândia	308,81	3.768.076,78	12.202
14º	Mantenópolis	305,75	3.904.432,84	12.770
15º	São José do Calçado	304,62	3.313.676,26	10.878
16º	Itarana	294,86	3.124.642,73	10.597
17º	Iconha	294,39	3.628.637,83	12.326
18º	Bom Jesus do Norte	293,34	3.007.888,83	10.254
19º	Irupi	282,95	3.879.255,58	13.710
20º	Muqui	282,28	3.879.963,55	13.745
21º	Rio Novo do Sul	281,26	3.113.307,70	11.069
22º	Laranja da Terra	272,97	3.028.343,32	11.094
23º	Conceição do Castelo	272,76	3.255.897,91	11.937
24º	Montanha	265,81	5.023.850,55	18.900
25º	Ecoporanga	257,27	5.657.791,00	21.992
26º	Atílio Vivácqua	256,22	2.700.507,95	10.540
27º	Fundão	253,96	4.574.749,34	18.014
28º	Água Branca	249,47	2.422.631,18	9.711
29º	Pedro Canário	245,86	5.291.295,34	21.522
30º	Divino de São Lourenço	239,22	1.215.962,39	5.083
31º	Santa Maria de Jetibá	236,38	9.841.900,59	41.636
32º	Alfredo Chaves	226,41	3.132.612,13	13.836
33º	Vila Pavão	226,29	2.016.464,41	8.911
34º	Alto Rio Novo	225,63	1.677.322,91	7.434
35º	Vitória	221,47	71.506.996,21	322.869
36º	Sooretama	217,31	5.759.250,49	26.502
37º	Água Doce do Norte	215,91	2.599.979,09	12.042
38º	Santa Leopoldina	207,97	2.725.666,73	13.106
39º	Ibitirama	204,28	1.944.770,91	9.520
40º	Mimoso do Sul	201,93	4.942.248,64	24.475
41º	Conceição da Barra	197,70	5.428.444,06	27.458
42º	Venda Nova do Imigrante	197,69	4.711.243,03	23.831
43º	Piúma	194,93	4.346.985,89	22.300
44º	São Roque do Canaã	194,81	2.120.726,13	10.886
45º	Santa Teresa	193,80	4.420.162,85	22.808
46º	Afonso Cláudio	192,44	5.904.681,64	30.684
47º	Brejetuba	189,13	2.455.817,69	12.985
48º	Vila Valério	186,78	2.564.103,39	13.728
49º	Anchieta	183,79	5.510.788,10	29.984
50º	Boa Esperança	182,53	2.483.809,95	13.608
51º	Pancas	181,50	3.428.997,80	18.893
52º	Marechal Floriano	180,90	3.191.240,54	17.641
53º	São Gabriel da Palha	180,63	5.825.828,94	32.252
54º	Baixo Guandu	174,49	5.352.216,73	30.674
55º	Muniz Freire	173,78	3.154.687,06	18.153
56º	Linhares	171,89	28.669.176,55	166.786
57º	Jerônimo Monteiro	168,23	1.947.223,62	11.575
58º	Itaguaçu	166,65	2.264.554,72	13.589
59º	Ilúna	164,22	4.695.141,19	28.590
60º	Cachoeiro de Itapemirim	157,15	29.196.553,54	185.784
61º	Aracruz	155,14	14.702.300,71	94.765
62º	Pinheiros	152,25	3.640.941,05	23.915
63º	Castelo	148,39	5.479.996,57	36.930
64º	Vargem Alta	148,30	2.901.183,46	19.563
65º	Ibatiba	146,77	3.725.106,95	25.380
66º	Rio Bananal	142,90	2.754.054,50	19.273
67º	Guaçuí	138,68	4.071.400,77	29.358
68º	Colatina	138,39	16.606.098,12	119.992
69º	Barra de São Francisco	125,58	5.337.105,13	42.498
70º	Serra	124,49	64.817.353,47	520.649
71º	Domingos Martins	118,50	4.196.741,87	35.416
72º	São Mateus	115,78	14.328.249,70	123.750
73º	Alegre	107,69	3.141.996,64	29.177
74º	Guarapari	96,83	12.070.073,92	124.656
75º	Cariacica	84,68	29.933.890,03	353.510
76º	Viana	72,65	5.334.057,56	73.423
77º	Vila Velha	64,80	30.307.606,70	467.722
78º	Nova Venécia	64,53	3.165.961,71	49.065
<b>TOTAL</b>		<b>158,44</b>	<b>607.378.606,17</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

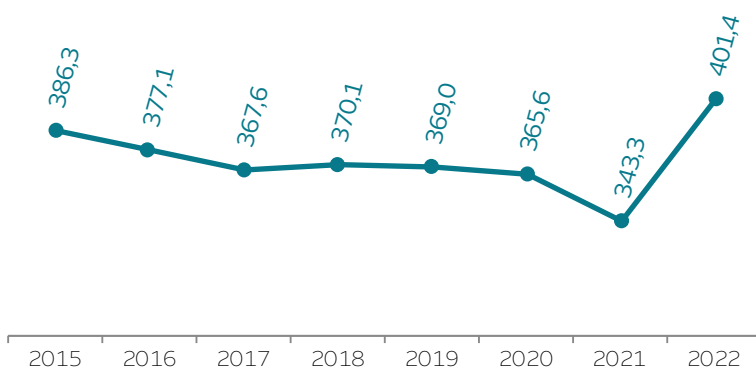
## DESEMPENHO

Após três anos de contração, as despesas com o legislativo municipal no Espírito Santo cresceram 7% em 2022 no comparativo com o exercício anterior. O volume apurado chegou a R\$ 401,4 milhões, já descontada a inflação medida pelo IPCA.

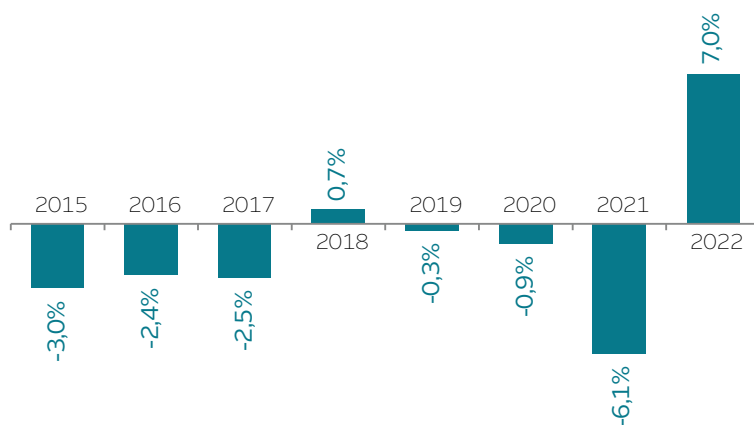
A recuperação orçamentária das câmaras municipais é resultado da superação dos efeitos derivados da pandemia da Covid-19, notadamente devido ao retorno das atividades presenciais parlamentares, que foram limitadas ou realizadas a distância nos anos da crise sanitária.

### Evolução da despesa com as câmaras municipais

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2022



### Taxa de crescimento real da despesa com as câmaras municipais em relação ao ano anterior



Diferentemente de 2021, quando a retração deu-se de modo generalizado, em 2022 apenas 18 municípios reduziram seus desembolsos com o legislativo, com as quedas mais acentuadas sendo registradas nos municípios de Boa Esperança (-14,7%), Aracruz (-8,9%), Brejetuba (-8,7%) e Anchieta (-6,9%). Em sentido oposto, as altas mais expressivas foram observadas em Domingos Martins (35,6%), Viana (32,6%), Santa Teresa (26,9%), Rio Bananal (25,8%) e Apiacá (25,7%).

A movimentação de recursos pelas casas legislativas é regida pela Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009, que atrela as despesas das câmaras às receitas provenientes dos tributos municipais e das transferências previstas na Constituição Federal, no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM, IPI-Exportação e Cide).

A EC nº 58 estabelece diferentes percentuais incidentes sobre esses itens de receita, conforme o porte populacional dos municípios. Para a primeira faixa, que abrange municípios com até 100 mil habitantes, estipulou-se a parcela máxima de 7%. Esses limites decrescem paulatinamente ao longo de seis faixas populacionais, até que na última, aquela de municípios com mais de 8 milhões de habitantes, o teto é de 3,5%.

## Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos da receita vinculada
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, 23/09/2009.

A Emenda também vinculou o número de vereadores ao tamanho populacional, definindo o limite de nove parlamentares para municípios com até 15 mil moradores e de 55 para aqueles com mais de 8 milhões de habitantes, conforme pode-se conferir na tabela ao lado.

Nota-se que, pelas regras em vigor, os recursos direcionados às câmaras municipais não guardam relação direta com o custo para o exercício da atividade legislativa propriamente dita. Pelas normas, os orçamentos das câmaras brasileiras estão associados ao volume de receita obtida pelo Poder Executivo. Em 2022, por exemplo, o orçamento médio das câmaras do Espírito Santo de municípios com população até 15 mil habitantes foi de R\$ 1,6 milhão. Para os municípios entre 15 mil e 30 mil habitantes, a quantia saltou para R\$ 3,1 milhões, ou seja, o dobro da faixa anterior, sendo que de uma para outra foram acrescidos apenas dois vereadores, passando de nove para 11.

É fundamental destacar que, em 2022, com a publicação dos primeiros resultados do Censo Demográfico, ocorreram mudanças na faixa populacional de três municípios do Espírito Santo. Como resultado, essas cidades sofreram alterações no número

de vereadores para a próxima eleição. Alegre terá uma redução de 13 para 11 vereadores, enquanto João Neiva e Mantenópolis passarão de 11 para nove.

## Número de vereadores por faixa populacional do município

Número de habitantes do município	Número máximo de vereadores
até 15.000	9
de 15.000 até 30.000	11
de 30.000 até 50.000	13
de 50.000 até 80.000	15
de 80.000 até 120.000	17
de 120.000 até 160.000	19
de 160.000 até 300.000	21
de 300.000 até 450.000	23
de 450.000 até 600.000	25
de 600.000 até 750.000	27
de 750.000 até 900.000	29
de 900.000 até 1.050.000	31
de 1.050.000 até 1.200.000	33
de 1.200.000 até 1.350.000	35
de 1.350.000 até 1.500.000	37
de 1.500.000 até 1.800.000	39
de 1.800.000 até 2.400.000	41
de 2.400.000 até 3.000.000	43
de 3.000.000 até 4.000.000	45
de 4.000.000 até 5.000.000	47
de 5.000.000 até 6.000.000	49
de 6.000.000 até 7.000.000	51
de 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

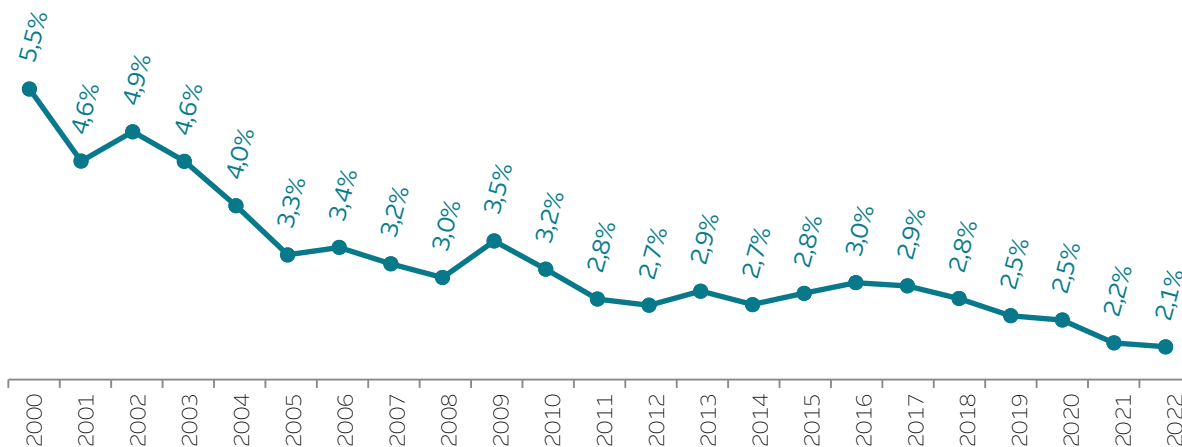
Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23/09/2009.

## PESO DAS CÂMARAS no orçamento

Observa-se no gráfico abaixo, que a participação da despesa com câmaras municipais na receita corrente sofreu uma forte queda entre os anos de 2000 e 2010 para se estabilizar na década seguinte, com o indicador fluuando entre 2,5% e 3%.

Entretanto, o peso das despesas das câmaras municipais no total das receitas correntes voltou a cair de forma expressiva nos dois últimos anos, para chegar ao seu patamar historicamente mais baixo, de 2,1%, em 2022.

### Participação da despesa com câmaras municipais na receita corrente





## DESPESA COM AS CÂMARAS MUNICIPAIS - 2017-2022

Municípios	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	Participação 2022		Desp. câmaras per capita 2022 em R\$
								no total da desp. com câmaras	na receita corrente <sup>1</sup>	
em R\$ mil corrigidos pelo IPCA médio de 2022							em %		em R\$	
Afonso Cláudio	3.985,4	3.838,9	4.115,6	4.497,3	4.054,3	3.994,0	-1,5	1,0	3,3	130,16
Água Doce do Norte	1.814,5	1.768,9	1.751,0	1.486,0	1.432,3	1.465,7	2,3	0,4	2,6	121,72
Água Branca	1.422,2	1.338,7	1.482,4	1.520,2	1.515,4	1.608,3	6,1	0,4	2,8	165,62
Alegre	2.626,2	2.699,3	2.432,7	2.238,6	2.130,0	2.441,7	14,6	0,6	1,9	83,69
Alfredo Chaves	1.749,9	1.765,2	1.829,8	2.054,2	1.972,6	2.099,3	6,4	0,5	2,6	151,73
Alto Rio Novo	1.231,1	1.253,8	1.350,2	1.349,2	1.258,2	1.449,2	15,2	0,4	3,5	194,94
Anchieta	17.693,4	16.756,4	13.946,4	14.085,7	11.854,5	11.034,3	-6,9	2,7	4,0	368,01
Apicá	1.068,0	1.073,3	1.026,1	1.025,9	1.021,3	1.283,5	25,7	0,3	3,3	177,70
Aracruz	13.275,9	15.759,0	14.757,8	13.571,3	14.153,4	12.896,8	-8,9	3,2	1,8	136,09
Atilio Vivacqua	1.659,6	1.778,1	1.918,8	1.946,1	1.828,5	1.831,0	0,1	0,5	3,1	173,72
Baixo Guandu	3.847,7	4.066,4	4.059,9	3.896,8	3.731,8	3.961,5	6,2	1,0	2,8	129,15
Barra de São Francisco	4.790,7	4.515,0	5.000,5	4.309,0	4.536,7	4.894,0	7,9	1,2	2,8	115,16
Boa Esperança	1.576,8	1.621,1	1.737,7	1.515,8	1.562,9	1.332,9	-14,7	0,3	1,8	97,95
Bom Jesus do Norte	1.285,5	1.219,2	1.401,9	1.083,1	1.558,2	1.478,3	-5,1	0,4	3,1	144,17
Brejetuba	1.313,9	1.467,3	1.744,6	2.164,1	2.108,6	1.925,4	-8,7	0,5	2,9	148,28
Cachoeira de Itapemirim	14.757,8	15.601,9	17.285,2	17.053,6	16.260,1	19.574,4	20,4	4,9	2,7	105,36
Cariacica	21.944,3	22.123,7	21.797,2	23.825,7	21.926,4	23.696,0	8,1	5,9	2,1	67,03
Castelo	3.740,4	3.993,7	3.851,7	3.557,6	3.875,2	4.278,6	10,4	1,1	2,6	115,86
Colatina	8.340,0	8.186,0	8.184,9	8.256,3	7.218,4	7.135,8	-1,1	1,8	1,3	59,47
Conceição da Barra	3.702,1	3.631,2	4.146,2	3.648,1	3.493,6	4.120,6	17,9	1,0	2,7	150,07
Conceição do Castelo	1.927,5	1.708,3	1.635,4	1.455,8	1.307,9	1.333,8	2,0	0,3	2,2	111,73
Divino de São Lourenço	1.230,3	1.177,0	1.191,2	1.253,9	1.098,4	1.161,6	5,8	0,3	3,8	228,53
Domingos Martins	3.369,0	3.581,2	3.078,5	2.948,4	2.717,0	3.683,2	35,6	0,9	1,9	104,00
Dores do Rio Preto	1.342,0	...	1.147,6	1.146,2	1.068,7	1.135,8	6,3	0,3	2,5	172,20
Ecoporanga	3.453,9	...	3.641,8	2.934,1	2.826,7	2.817,7	-0,3	0,7	2,9	128,13
Fundão	2.947,8	2.780,9	2.666,9	2.682,3	2.534,7	2.731,0	7,7	0,7	2,6	151,60
Governador Lindenberg	1.393,0	1.357,3	1.263,7	1.202,1	1.169,3	1.223,0	4,6	0,3	2,3	111,09
Guaçuí	2.324,4	2.601,8	2.864,7	2.627,2	2.379,0	2.526,0	6,2	0,6	2,0	86,04
Guarapari	12.433,8	12.326,3	12.295,3	13.282,2	12.318,3	13.326,5	8,2	3,3	2,8	106,91
Ibatiba	2.685,1	2.498,1	2.766,0	2.686,7	2.664,9	2.495,6	-6,4	0,6	2,7	98,33
Ibiraçu	1.444,9	1.518,8	1.497,6	1.521,1	1.528,4	1.503,1	-1,7	0,4	2,2	128,33
Ibitirama	1.290,5	1.259,2	...	1.386,0	1.346,8	1.465,5	8,8	0,4	3,2	153,94
Iconha	2.495,3	2.570,5	2.497,6	2.343,4	2.155,0	2.158,1	0,1	0,5	3,1	175,08
Irupi	1.853,4	1.886,9	1.966,6	2.130,7	1.685,2	1.989,7	18,1	0,5	3,4	145,13
Itaguaçu	1.688,9	1.713,1	1.593,9	1.553,3	1.821,8	2.220,7	21,9	0,6	3,3	163,42
Itapemirim	9.876,7	10.753,4	8.022,2	8.303,2	8.564,1	10.505,6	22,7	2,6	2,2	263,75
Itarana	1.579,1	1.501,0	1.522,1	1.309,3	1.278,2	1.507,3	17,9	0,4	2,8	142,24
Iúna	2.947,3	2.808,9	2.919,0	3.044,1	2.819,0	3.217,0	14,1	0,8	3,2	112,52
Jaguaré	4.609,5	4.428,2	4.221,9	4.063,6	3.938,2	3.911,5	-0,7	1,0	2,5	135,20
Jerônimo Monteiro	1.457,5	1.560,9	1.478,9	1.601,4	1.425,3	1.411,6	-1,0	0,4	2,6	121,95
João Neiva	1.941,2	2.079,0	1.937,0	1.897,6	1.934,2	2.204,4	14,0	0,5	2,1	156,57
Laranjal da Terra	1.672,0	1.627,0	1.719,6	1.690,8	1.710,5	2.005,8	17,3	0,5	3,7	180,80
LinhARES	19.070,4	19.395,4	20.343,2	21.459,1	14.409,8	15.978,6	10,9	4,0	1,7	95,80
Mantenópolis	1.894,2	1.897,6	1.998,8	2.101,1	1.867,3	2.080,5	11,4	0,5	3,6	162,92
Marataízes	6.583,2	6.182,0	5.268,1	5.026,7	5.017,8	5.800,5	15,6	1,4	1,4	138,34
Marechal Floriano	2.672,6	3.018,6	2.998,8	2.896,2	3.210,5	3.191,6	-0,6	0,8	3,4	180,92
MariLândia	1.645,1	1.549,5	1.685,3	1.695,1	1.599,3	1.696,2	6,1	0,4	2,9	139,01
Mimoso do Sul	2.647,9	2.547,5	2.589,5	2.460,1	2.335,3	2.559,7	9,6	0,6	2,3	104,58
Montanha	1.485,5	1.856,5	2.038,6	1.970,1	1.887,0	2.189,4	16,0	0,5	2,5	115,84
Mucurici	1.072,5	1.239,8	1.195,2	1.136,3	1.126,5	1.200,4	6,6	0,3	3,1	219,62
Muniz Freire	2.797,7	2.715,9	2.741,2	2.482,6	2.602,3	3.155,2	21,2	0,8	3,5	173,81
Muqui	2.033,4	1.981,7	2.034,8	1.822,0	1.844,9	1.889,2	2,4	0,5	3,2	137,45
Nova Venécia	4.799,6	5.161,7	5.039,6	4.668,8	4.832,6	5.423,6	12,2	1,4	2,5	110,54
Pancas	2.222,3	2.604,8	2.611,5	2.636,3	2.466,8	2.483,6	0,7	0,6	3,2	131,46
Pedro Canário	2.812,7	2.506,4	2.594,3	2.660,2	2.538,6	2.929,3	15,4	0,7	3,0	136,11
Pinheiros	3.550,1	3.496,7	3.437,7	3.463,0	3.370,1	3.521,6	4,5	0,9	3,3	147,25
Piúma	3.663,2	3.679,5	3.777,6	3.544,7	2.951,5	2.796,9	-5,2	0,7	2,7	125,42
Ponto Belo	1.170,8	1.263,2	1.280,9	1.187,7	1.108,2	1.198,8	8,2	0,3	3,2	184,52
Presidente Kennedy	2.855,8	2.614,6	2.876,0	2.670,4	2.348,3	2.285,3	-2,7	0,6	0,4	166,86
Rio Bananal	2.955,6	3.045,7	2.914,4	3.014,2	2.710,7	3.410,7	25,8	0,8	2,8	176,97
Rio Novo do Sul	1.592,3	1.604,9	1.679,3	1.669,0	1.455,1	1.481,8	1,8	0,4	2,4	133,87
Santa Leopoldina	1.979,7	2.025,8	2.090,5	2.017,7	2.009,9	1.996,7	-0,7	0,5	3,0	152,35
Santa Maria de Jetibá	4.770,4	4.527,3	4.307,8	4.448,1	3.941,5	4.136,5	4,9	1,0	2,0	99,35
Santa Teresa	2.659,6	2.645,6	2.670,2	2.236,2	2.155,4	2.734,3	26,9	0,7	2,3	119,88
São Domingos do Norte	1.355,2	1.368,0	1.351,7	1.322,9	1.559,3	1.647,2	5,6	0,4	3,2	191,78
São Gabriel da Palha	3.548,4	3.721,0	3.770,4	3.746,6	3.023,7	2.935,0	-2,9	0,7	2,0	91,00
São José do Calçado	1.602,9	1.630,5	1.628,0	1.526,5	1.538,2	1.630,4	6,0	0,4	2,1	149,88
São Mateus	9.895,8	10.178,0	10.585,7	10.618,4	10.536,8	10.925,2	3,7	2,7	2,5	88,28
São Roque do Canaã	1.450,3	1.444,3	1.500,1	1.506,6	1.425,2	1.467,5	3,0	0,4	3,1	134,81
Serra	43.108,0	40.202,8	40.313,1	39.312,9	37.191,0	37.334,7	0,4	9,3	1,9	71,71
Sooretama	2.255,3	2.526,1	2.715,8	2.428,8	2.276,5	2.830,3	24,3	0,7	2,3	106,79
Vargem Alta	1.896,9	2.015,4	2.032,8	2.134,7	1.919,4	2.121,4	10,5	0,5	2,2	108,44
Venda Nova do Imigrante	1.983,3	2.234,8	2.135,2	2.115,1	2.072,9	2.377,5	14,7	0,6	2,0	99,77
Viana	8.456,1	11.140,6	8.373,3	8.313,8	9.607,9	12.742,6	32,6	3,2	3,3	173,55
Vila Pavão	...	...	1.510,7	1.499,1	1.384,5	1.436,7	3,8	0,4	3,2	161,23
Vila Valério	2.608,7	2.731,2	2.490,0	2.405,8	2.263,5	2.308,2	2,0	0,6	3,1	168,14
Vila Velha	36.139,8	32.800,6	36.334,9	35.897,0	34.597,6	38.388,1	11,0	9,6	2,4	82,07
Vitória	32.712,2	33.929,1	33.275,5	33.270,0	30.176,3	30.121,1	-0,2	7,5	1,2	93,29
<b>TOTAL</b>	<b>401.736,1</b>	<b>404.424,3</b>	<b>403.221,4</b>	<b>399.511,8</b>	<b>375.146,3</b>	<b>401.442,5</b>	<b>7,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,1</b>	<b>104,72</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Nota: <sup>1</sup>receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 3).


## DESPESA COM AS CÂMARAS

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População 2022
1º	Vila Velha	38.388.130,58	467.722
2º	Serra	37.334.685,66	520.649
3º	Vitória	30.121.142,04	322.869
4º	Cariacica	23.696.011,33	353.510
5º	Cachoeiro de Itapemirim	19.574.401,28	185.784
6º	Linhares	15.978.551,43	166.786
7º	Guarapari	13.326.480,82	124.656
8º	Aracruz	12.896.751,22	94.765
9º	Viana	12.742.635,54	73.423
10º	Anchieta	11.034.318,43	29.984
11º	São Mateus	10.925.170,31	123.750
12º	Itapemirim	10.505.580,24	39.832
13º	Colatina	7.135.828,31	119.992
14º	Marataizes	5.800.505,11	41.929
15º	Nova Venécia	5.423.611,59	49.065
16º	Barra de São Francisco	4.893.953,37	42.498
17º	Castelo	4.278.552,71	36.930
18º	Santa Maria de Jetibá	4.136.485,59	41.636
19º	Conceição da Barra	4.120.610,68	27.458
20º	Afonso Cláudio	3.993.965,06	30.684
21º	Baixo Guandu	3.961.531,87	30.674
22º	Jaguare	3.911.493,66	28.931
23º	Domingos Martins	3.683.215,29	35.416
24º	Pinheiros	3.521.563,15	23.915
25º	Rio Bananal	3.410.720,47	19.273
26º	Iúma	3.216.969,43	28.590
27º	Marechal Floriano	3.191.566,51	17.641
28º	Muniz Freire	3.155.190,52	18.153
29º	São Gabriel da Palha	2.935.020,78	32.252
30º	Pedro Canário	2.929.294,69	21.522
31º	Sooretama	2.830.266,28	26.502
32º	Ecoporanga	2.817.740,96	21.992
33º	Piúma	2.796.884,37	22.300
34º	Santa Teresa	2.734.301,97	22.808
35º	Fundão	2.731.011,48	18.014
36º	Mimoso do Sul	2.559.688,78	24.475
37º	Guaçuí	2.526.035,14	29.358
38º	Ibatiba	2.495.647,50	25.380
39º	Pancas	2.483.586,37	18.893
40º	Alegre	2.441.736,65	29.177
41º	Venda Nova do Imigrante	2.377.545,97	23.831
42º	Vila Valério	2.308.173,99	13.728
43º	Presidente Kennedy	2.285.341,36	13.696
44º	Itaguaçu	2.220.660,71	13.589
45º	João Neiva	2.204.392,00	14.079
46º	Montanha	2.189.379,02	18.900
47º	Iconha	2.158.078,27	12.326
48º	Vargem Alta	2.121.442,67	19.563
49º	Alfredo Chaves	2.099.339,46	13.836
50º	Mantenópolis	2.080.523,33	12.770
51º	Laranja da Terra	2.005.769,34	11.094
52º	Santa Leopoldina	1.996.725,87	13.106
53º	Irupi	1.989.730,41	13.710
54º	Brejetuba	1.925.406,39	12.985
55º	Muqui	1.889.191,58	13.745
56º	Atílio Vivácqua	1.831.005,73	10.540
57º	Mariilândia	1.696.247,80	12.202
58º	São Domingos do Norte	1.647.221,54	8.589
59º	São José do Calçado	1.630.412,89	10.878
60º	Água Branca	1.608.349,62	9.711
61º	Itarana	1.507.337,36	10.597
62º	Ibiraçu	1.503.128,76	11.713
63º	Rio Novo do Sul	1.481.803,83	11.069
64º	Bom Jesus do Norte	1.478.295,04	10.254
65º	São Roque do Canaã	1.467.535,31	10.886
66º	Água Doce do Norte	1.465.742,03	12.042
67º	Ibitirama	1.465.519,43	9.520
68º	Alto Rio Novo	1.449.217,36	7.434
69º	Vila Pavão	1.436.687,35	8.911
70º	Jerônimo Monteiro	1.411.570,45	11.575
71º	Conceição do Castelo	1.333.776,44	11.937
72º	Boa Esperança	1.332.857,31	13.608
73º	Apicá	1.283.500,34	7.223
74º	Governador Lindenberg	1.223.015,96	11.009
75º	Mucurici	1.200.434,04	5.466
76º	Ponto Belo	1.198.841,41	6.497
77º	Divino de São Lourenço	1.161.629,78	5.083
78º	Dores do Rio Preto	1.135.823,99	6.596
<b>TOTAL</b>		<b>401.442.491,31</b>	<b>3.833.486</b>

## DESPESA COM AS CÂMARAS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A)	População 2022 (B)
			em R\$	
1º	Anchieta	368,01	11.034.318,43	29.984
2º	Itapemirim	263,75	10.505.580,24	39.832
3º	Divino de São Lourenço	228,53	1.161.629,78	5.083
4º	Mucurici	219,62	1.200.434,04	5.466
5º	Alto Rio Novo	194,94	1.449.217,36	7.434
6º	São Domingos do Norte	191,78	1.647.221,54	8.589
7º	Ponto Belo	184,52	1.198.841,41	6.497
8º	Marechal Floriano	180,92	3.191.566,51	17.641
9º	Laranja da Terra	180,80	2.005.769,34	11.094
10º	Apicá	177,70	1.283.500,34	7.223
11º	Rio Bananal	176,97	3.410.720,47	19.273
12º	Iconha	175,08	2.158.078,27	12.326
13º	Muniz Freire	173,81	3.155.190,52	18.153
14º	Atílio Vivácqua	173,72	1.831.005,73	10.540
15º	Viana	173,55	12.742.635,54	73.423
16º	Dores do Rio Preto	172,20	1.135.823,99	6.596
17º	Vila Valério	168,14	2.308.173,99	13.728
18º	Presidente Kennedy	166,86	2.285.341,36	13.696
19º	Água Branca	165,62	1.608.349,62	9.711
20º	Ponto Belo	163,42	2.220.660,71	13.589
21º	Mantenópolis	162,92	2.080.523,33	12.770
22º	Vila Pavão	161,23	1.436.687,35	8.911
23º	João Neiva	156,57	2.204.392,00	14.079
24º	Ibitirama	153,94	1.465.519,43	9.520
25º	Santa Leopoldina	152,35	1.996.725,87	13.106
26º	Alfredo Chaves	151,73	2.099.339,46	13.836
27º	Fundão	151,60	2.731.011,48	18.014
28º	Conceição da Barra	150,07	4.120.610,68	27.458
29º	São José do Calçado	149,88	1.630.412,89	10.878
30º	Brejetuba	148,28	1.925.406,39	12.985
31º	Pinheiros	147,25	3.521.563,15	23.915
32º	Irupi	145,13	1.989.730,41	13.710
33º	Bom Jesus do Norte	144,17	1.478.295,04	10.254
34º	Itarana	142,24	1.507.337,36	10.597
35º	Mariilândia	139,01	1.696.247,80	12.202
36º	Marataizes	138,34	5.800.505,11	41.929
37º	Muqui	137,45	1.889.191,58	13.745
38º	Pedro Canário	136,11	2.929.294,69	21.522
39º	Aracruz	136,09	12.896.751,22	94.765
40º	Jaguare	135,20	3.911.493,66	28.931
41º	São Roque do Canaã	134,81	1.467.535,31	10.886
42º	Rio Novo do Sul	133,87	1.481.803,83	11.069
43º	Pancas	131,46	2.483.586,37	18.893
44º	Afonso Cláudio	130,16	3.993.965,06	30.684
45º	Baixo Guandu	129,15	3.961.531,87	30.674
46º	Ibiraçu	128,33	1.503.128,76	11.713
47º	Ecoporanga	128,13	2.817.740,96	21.992
48º	Piúma	125,42	2.796.884,37	22.300
49º	Jerônimo Monteiro	121,95	1.411.570,45	11.575
50º	Água Doce do Norte	121,72	1.465.742,03	12.042
51º	Santa Teresa	119,88	2.734.301,97	22.808
52º	Castelo	115,86	4.278.552,71	36.930
53º	Montanha	115,84	2.189.379,02	18.900
54º	Barra de São Francisco	115,16	4.893.953,37	42.498
55º	Iúma	112,52	3.216.969,43	28.590
56º	Conceição do Castelo	111,73	1.333.776,44	11.937
57º	Governador Lindenberg	111,09	1.223.015,96	11.009
58º	Nova Venécia	110,54	5.423.611,59	49.065
59º	Vargem Alta	108,44	2.121.442,67	19.563
60º	Guarapari	106,91	13.326.480,82	124.656
61º	Sooretama	106,79	2.830.266,28	26.502
62º	Cachoeiro de Itapemirim	105,36	19.574.401,28	185.784
63º	Mimoso do Sul	104,58	2.559.688,78	24.475
64º	Domingos Martins	104,00	3.683.215,29	35.416
65º	Venda Nova do Imigrante	99,77	2.377.545,97	23.831
66º	Santa Maria de Jetibá	99,35	4.136.485,59	41.636
67º	Ibatiba	98,33	2.495.647,50	25.380
68º	Boa Esperança	97,95	1.332.857,31	13.608
69º	Linhares	95,80	15.978.551,43	166.786
70º	Vitória	93,29	30.121.142,04	322.869
71º	São Gabriel da Palha	91,00	2.935.020,78	32.252
72º	São Mateus	88,28	10.925.170,31	123.750
73º	Guaçuí	86,04	2.526.035,14	29.358
74º	Alegre	83,69	2.441.736,65	29.177
75º	Vila Velha	82,07	38.388.130,58	467.722
76º	Serra	71,71	37.334.685,66	520.649
77º	Cariacica	67,03	23.696.011,33	353.510
78º	Colatina	59,47	7.135.828,31	119.992
<b>TOTAL</b>		<b>104,72</b>	<b>401.442.491,31</b>	<b>3.833.486</b>

Fonte: Declarações de Contas Anuais coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



ADMINISTRAÇÃO  
FIDUCIÁRIA E GESTÃO  
DE FUNDOS:  
**SUA PREFEITURA  
PODE CONTAR COM  
A BANESTES DTVM.**

**Conheça nossos serviços:**

**BANESTES INVEST  
MONEY FI RENDA FIXA**

- Fundo de baixo risco
- 100% Títulos Públicos Federais
- Rentabilidade acumulada de 11,21% em 2022 (90,46% do CDI)

**BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS  
PÚBLICOS FI RENDA FIXA  
(Exclusivo para RPPS)**

- Fundo de baixo risco
- Patrimônio Líquido de R\$ 345 milhões (dez/2022)
- Rentabilidade acumulada de 11,96% em 2022 (99,55% do IRF-M 1)

**BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA  
FIXA REFERENCIADO DI**

- Fundo de baixo risco
- Liquidez imediata (D+0)
- Patrimônio Líquido de R\$ 3,2 bilhões (dez/2022)
- Rentabilidade acumulada de 12,94% em 2022 (104,41% do CDI)

**BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO  
FI RENDA FIXA CURTO PRAZO**

- Indicado para remunerar recursos disponíveis em conta corrente para pagamento de despesas administrativas
- Aplicações e resgates automáticos (multas, IPTU, contas de água e energia)

**BANESTES INVEST FÁCIL FUNDO DE  
INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES**

- Fundo conservador
- Pessoas físicas e/ou jurídicas
- Exclusivamente títulos públicos
- Aplicação mínima de R\$ 1,00 e liquidez imediata



SW

# INVESTIR COM A BANESTES DTVM É INVESTIR NO SEU MUNICÍPIO.

A Banestes DTVM oferece serviços de administração fiduciária, gestão de fundos de investimento distribuídos pelo Banestes S.A. e gestão de Fundo de Investimento Imobiliário.

**São 19 fundos  
e R\$ 6,4 bilhões  
em ativos sob gestão.**

**Oferecemos excelentes opções de investimentos sob medida para o seu perfil.**

- Fundos de investimentos.
- Plataforma de Investimentos.
- Renda Fixa e Poupança.
- Gerentes de Investimentos.
- Regulação.
- Transparência.
- Educação Financeira.